



Universidade Estadual do Paraná
Campus de União da Vitória
Mestrado profissional em filosofia – PROFILO



VINÍCIUS MOYSÉS DE SOUZA

**O TESTE DE COORDENADAS POLÍTICAS COMO FERRAMENTA DIDÁTICA NO
ENSINO DE FILOSOFIA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

UNIÃO DA VITÓRIA – PR

2024

VINÍCIUS MOYSÉS DE SOUZA

**O TESTE DE COORDENADAS POLÍTICAS COMO FERRAMENTA DIDÁTICA NO
ENSINO DE FILOSOFIA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Filosofia da Universidade Estadual do Paraná, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Hessmann Dalaqua

UNIÃO DA VITÓRIA – PR

2024

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

SOUZA, Vinícius Moysés de.

O teste de coordenadas políticas como ferramenta didática no ensino de filosofia: desafios e possibilidades / Vinícius Moysés de. SOUZA. -- União da Vitória-PR, 2024.

106 f.: il.

Orientador: DALAQUA, Gustavo Hessman.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Filosofia) -- Universidade Estadual do Paraná, 2024.




1. Filosofia política. 2. Direita e esquerda. 3. Ensino de filosofia. I - Gustavo Hessman, DALAQUA, (orient). II - Título.


ATA DE DEFESA DE MESTRADO

Aos doze dias do mês de abril do ano de 2024, às 14h, na Plataforma Google Meet, foram instaladas as atividades pertinentes à defesa da dissertação do mestrando Vinícius Moysés de Souza, intitulada “O teste de coordenadas políticas como ferramenta didática no ensino de filosofia: desafios e possibilidades” e realizada sob orientação do Prof. Dr. Gustavo Hessmann Dalaqua. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Mestrado Profissional em Filosofia, núcleo da Universidade Estadual do Paraná, *campus* de União da Vitória, foi constituída pelos seguintes Membros: Prof. Dr. Celso de Moraes Pinheiro (UFPR/PROF-FILO) e Prof. Dr. Gabriel Kafure da Rocha (IFSertãoPE/PROF-FILO). A presidência iniciou a sessão, sendo que coube ao candidato expor o tema de sua dissertação dentro do tempo determinado. Após exarado os pareceres dos membros da Banca Examinadora e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final que decidiu pela **aprovação**. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada às 16h e eu, Prof. Dr. Gustavo Hessmann Dalaqua, presidente da banca, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim, pelos demais membros da Banca Examinadora e pelo candidato. O candidato está ciente de que deve entregar a versão final, com as devidas correções se necessário, dentro do prazo de 90 dias, considerando as normas do Programa.

União da Vitória, 12 de abril de 2024.

Banca Examinadora:

Nome	Instituição	Assinatura
Prof. Dr. Gustavo Hessmann Dalaqua	Unespar/PROF-FILO	Documento assinado digitalmente  GUSTAVO HESSMANN DALAQUA Data: 13/04/2024 11:19:02-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br Documento assinado digitalmente
Prof. Dr. Celso de Moraes Pinheiro	UFPR/PROF-FILO	 CELSO DE MORAES PINHEIRO Data: 15/04/2024 12:10:32-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
Prof. Dr. Gabriel Kafure da Rocha	IFSertãoPE/PROF-FILO	 Documento assinado digitalmente GABRIEL KAFURE DA ROCHA Data: 15/04/2024 08:43:55-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

Candidato	Assinatura
Vinícius Moysés de Souza	Documento assinado digitalmente  VINICIUS MOYSES DE SOUZA Data: 13/04/2024 14:45:22-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

RECOMENDAÇÕES/OBSERVAÇÕES DA BANCA:

A banca considerou o trabalho bem estruturado e escrito, cumprindo com todas as exigências para a sua aprovação, e recomendou a dissertação para publicação.

Aos meus pais, João Roque e Mariléa.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, a quem dedico este trabalho, pois, sem vocês não teria chegado aqui. À minha esposa, Carolina, por sua companhia e seu amor. Sua importância é maior do que imagina.

A todos os meus professores, desde a escola até a universidade, em especial aos professores de minha licenciatura em Filosofia e aos docentes do PROF-FILO, por sua dedicação e empenho neste programa tão vital para a educação e a Filosofia.

Ao meu orientador, Dr. Gustavo Hessmann Dalaqua, por me guiar desde os primeiros passos até a conclusão deste projeto, aconselhando e indicando leituras e materiais precisos e imprescindíveis.

E por fim, à professora Lourdinha Parastchuk, por aceitar revisar este trabalho, tornando-o mais polido e alinhado do que eu poderia deixar.

A todos, meus mais sinceros agradecimentos!

*“O que dá coragem às pessoas são as ideias”.
(Georges Clemenceau)*

RESUMO

Este trabalho apresenta uma intervenção pedagógica realizada nas turmas dos terceiros anos do Ensino Médio na Escola de Educação Básica Horácio Nunes, em Irineópolis, Santa Catarina, no ano de 2022, na qual foi utilizada como ferramenta didática o Teste de Coordenadas Políticas do site IDRLabs, com o intuito de servir como fio condutor das aulas de filosofia política no segundo trimestre. Nosso objetivo principal foi coletar as experiências e relatos dos alunos acerca do referido Teste, e, juntamente com a experiência docente, elaborar um parecer de sua viabilidade enquanto ferramenta didática. Para tanto, além da metodologia em sala de aula, recorreremos à bibliografia político-filosófica para fundamentar a díade esquerda-direita e defender a validade e importância de seu ensino, no qual o Teste de Coordenadas Políticas, por situar os estudantes em quadrantes à esquerda ou à direita no espectro político democrático vigente, pode ser utilizado para ajudar a compreender a díade e conceitos relacionados a ela.

Palavras-chave: Filosofia política; esquerda e direita; Teste de Coordenadas Políticas.

ABSTRACT

This work presents a pedagogical intervention carried out in the third years of high school at the Escola de Educação Básica Horácio Nunes, in Irineópolis, Santa Catarina, in the year 2022, in which the Political Coordinates Test from the IDRLabs website was used as a teaching tool, with the aim of serving as a guiding thread for political philosophy classes in the second quarter. Our main objective was to collect students' experiences and reports about the aforementioned Test, and, together with the teaching experience, provide feedback on its viability as a teaching tool. To this end, in addition to the methodology in the classroom, we resorted to political-philosophical bibliography to substantiate the left-right dyad and defend the validity and importance of its teaching, in which the Political Coordinates Test, by placing students in quadrants on the left or to the right in the current democratic political spectrum, can be used to help understand the dyad and concepts related to it.

Keywords: Political philosophy; left and right; Political Coordinates Test.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Diagrama de Nolan	44
Figura 2 – O espectro político segundo Bobbio.....	59
Figura 3 – Diagrama do espectro político inspirado em Bobbio	60
Figura 4 – Exemplo de questão.....	67
Figura 5 – Diagrama do Teste de Coordenadas Políticas, com exemplos da política estadunidense situados em cada quadrante.....	71
Gráfico 1 – Alunos por turma.....	75
Gráfico 2 – Distribuição dos resultados do Teste	76
Gráfico 3 – Evolução do perfil ideológico dos brasileiros	77
Gráfico 4 – Conhecimento sobre política	79
Gráfico 5 – Interesse em política.....	79
Gráfico 6 – Relevância das perguntas	81
Gráfico 7 – Compreensão das perguntas.....	82
Gráfico 8 – Compreensão dos resultados	83
Gráfico 9 – Concordância com os resultados.....	83

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 FILOSOFIA POLÍTICA: NOTAS HISTÓRICAS E METODOLÓGICAS	13
1.1 O QUE É FILOSOFIA POLÍTICA	14
1.2 A RESPOSTA DE BOBBIO	19
1.3 A RESPOSTA DE STRAUSS.....	20
1.3.1 O vínculo entre moral e política e a importância dos juízos de valor.....	22
1.3.2 Crítica ao cientificismo e ao historicismo	23
1.3.3 A solução clássica	25
1.3.4 As soluções modernas	26
1.3.4.1 Maquiavel	26
1.3.4.2 Rousseau e Nietzsche.....	31
1.4 A RESPOSTA DE MOUFFE	33
1.4.1 Política, democracia e agonismo.....	34
1.4.2 Crítica ao neoliberalismo e à “pós-política”	36
2 ESQUERDA E DIREITA	38
2.1 PERSPECTIVA HISTÓRICA.....	38
2.2 ESPAÇO POLÍTICO.....	41
2.3 DIREITA E ESQUERDA: A DEFINIÇÃO DE BOBBIO	45
2.3.1 Apontamentos preliminares.....	45
2.3.2 Esquerda, direita e centro	48
2.3.3 Extremismo e moderação.....	52
2.3.4 A importância da neutralidade.....	53
2.3.5 Outros critérios de demarcação	54
2.3.6 Igualdade e desigualdade como critérios axiológicos da esquerda e direita	55
2.3.7 Os termos complementares: liberdade e autoridade	57
2.4 FILOSOFIA E POLÍTICA NO NOVO ENSINO MÉDIO.....	60
3 O TESTE DE COORDENADAS POLÍTICAS COMO FERRAMENTA DIDÁTICA	64
3.1 COMPREENDENDO O TESTE	64
3.1.1 Composição do Teste.....	66

3.1.2 Os resultados do Teste	70
3.2 RESULTADOS DA APLICAÇÃO DO TESTE DE COORDENADAS POLÍTICAS EM TURMAS DO TERCEIRO ANO DO ENSINO MÉDIO	73
3.2.1 Da aplicação do Teste.....	73
3.2.2 Análise e discussão dos resultados	74
3.2.2.1 Turmas	75
3.2.2.2 Resultados do Teste.....	76
3.2.2.3 Conhecimento e interesse por política por parte do público-alvo	78
3.2.2.4 Compreensão do Teste e dos resultados.....	80
3.3 EXPLICAÇÃO DIDÁTICA E DEBATES.....	84
3.3.1 Aulas expositivas.....	84
3.3.2 Debates e produção escrita.....	86
3.3.3 Considerações adicionais.....	90
CONCLUSÃO	93
REFERÊNCIAS.....	96
ANEXO 1 – EXPLICAÇÃO DOS QUADRANTES	101
ANEXO 2 – TRABALHOS ORIGINAIS DOS ALUNOS.....	102

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem dois objetivos principais, que convergem para o mesmo fim: o ensino de filosofia política no Ensino Médio. O primeiro é localizar a díade esquerda-direita dentro da filosofia política, comprovando sua realidade e importância, e segundo, levar a reflexão sobre estas categorias políticas para a sala de aula por meio do Teste de Coordenadas Políticas (daqui em diante, o chamaremos apenas de Teste), disponível on-line no endereço <<https://www.idrlabs.com/pt/coordenadas-politicas/teste.php>>, avaliando sua aplicabilidade em sala de aula pelos seguintes parâmetros: relevância, facilidade de compreensão e potencial de engajamento (participação e interesse).

Assim, os problemas que nos deparamos são: responder às perguntas “O que é filosofia política?” e “O que são esquerda e direita na política?”, bem como “Quais são os desafios, possibilidades e limitações do Teste de Coordenadas Políticas enquanto ferramenta didática?”.

Sobre a estruturação do trabalho, nos dois primeiros capítulos apresentamos a carga teórica com a qual buscamos embasar e justificar a atuação pedagógica proposta, e, no terceiro capítulo, a descrição dos resultados obtidos por meio desta atuação. Começaremos por explorar as especificidades da filosofia política, fazendo uma breve análise do desenvolvimento histórico da disciplina no primeiro capítulo, nos servindo principalmente da interpretação de Leo Strauss, que tece uma comparação entre a filosofia política antiga e a moderna, e também das ideias de Chantal Mouffe e Norberto Bobbio para lapidar as definições de política e filosofia política.

No segundo capítulo faremos um resgate e uma discussão da díade esquerda-direita, na qual Bobbio reaparece como uma figura fecunda e incontornável para o estudo e definição destes conceitos.

As conclusões aventadas no segundo capítulo servirão de base para o capítulo final, que consiste no detalhamento do uso do Teste como ferramenta didática e na apresentação e análise dos resultados obtidos junto aos estudantes durante e após sua aplicação em sala de aula.

1 FILOSOFIA POLÍTICA: NOTAS HISTÓRICAS E METODOLÓGICAS

A política é um dos ramos de estudo da filosofia, uma das disciplinas ou problemas que são pensadas, analisadas e discutidas por filósofos desde a Antiguidade, cujas ideias são estudadas nos cursos de formação básica e superior. Na democracia, a política integra em um mesmo nexo questões do direito, ética, economia, ecologia entre outros temas de vital importância, o que é bem ilustrado pela afirmação de que “viver é um ato político”. Diante disso, podemos ignorar a dimensão política, ou abordá-la do modo mais superficial, que é uma alternativa tentadora diante de toda sua complexidade. Mas não podemos deixar de sofrer os efeitos da política, compreendendo-os ou não, e nem negar o fato de que nossas escolhas individuais têm impactos coletivos. Uma análise completa da filosofia política e sua relação com a prática política exigiria uma reflexão muito mais profunda e dedicada do que nos propomos a fazer neste capítulo, mas existem algumas considerações essenciais a serem feitas.

Para além dos muros da escola e da universidade, é inegável a influência da filosofia política sobre governos, políticos e eleitores, mesmo que indiretamente e inconscientemente. Seu alcance e eminência, frequentemente negligenciados pelo público leigo, foram expressas nesta memorável passagem do economista John Maynard Keynes:

[...] as ideias dos economistas e dos filósofos políticos, estejam elas certas ou erradas, têm mais importância do que geralmente se percebe. De fato, o mundo é governado por pouco mais do que isso. Os homens objetivos que se julgam livres de qualquer influência intelectual são, em geral, escravos de algum economista defunto. Os insensatos, que ocupam posições de autoridade, que ouvem vozes no ar, destilam seus arrebatamentos inspirados em algum escriba acadêmico de certos anos atrás. (Keynes, 1996, p. 349).

Exemplos pontuais desta influência se encontram na própria linguagem, como no termo “maquiavélico”, sinônimo de ardiloso, calculista, manipulador; no uso indiscriminado de designações como “fascista” ou “comunista” em discussões políticas, sobretudo nas redes sociais; e na ideia (muitas vezes acompanhada de teorias conspiratórias) de um governo mundial, cujas raízes são anteriores ao

opúsculo de Kant “*À paz perpétua*”, na qual aparece uma das primeiras formulações do direito internacional¹.

Com toda esta carga histórico-filosófica, relações diretas com outras áreas do conhecimento, e uma intrincada rede conceitual, sem contar a influência das paixões ou interesses na política (como bem percebe Hume em seus ensaios políticos), certamente seria mais fácil e confortável seguir o velho conselho de que política não se discute. Mas se pretendemos conhecer melhor a realidade política nacional e internacional, o passado, o presente e o futuro das ideias e lutas políticas, bem como desenvolver o autoconhecimento em relação à nossa própria condição e atuação enquanto *zoon politikon*, não podemos nos eximir desta discussão.

Diante dos desafios teóricos e práticos que ela impõe, começaremos lançando um olhar para o cerne deste trabalho, que reside na própria definição de filosofia política. A díade direita-esquerda, crucial para a segunda parte do trabalho, bem como para o próprio Teste e sua aplicação em sala de aula, será analisada no segundo capítulo, para fins de organização e clareza, apesar de ser um problema específico da filosofia política, assim como o são, por exemplo, as formas de governo, a legitimidade do poder e a relação entre os cidadãos e a sociedade.

1.1 O QUE É FILOSOFIA POLÍTICA

Quando afirmamos que a filosofia política é uma das disciplinas que compõe a filosofia, como a ética, a estética, a epistemologia e outras, partimos do pressuposto de que a mesma admite separações temáticas, o que pode ser um facilitador didático,

¹ Um precursor de Kant no cosmopolitismo e internacionalismo foi o Abade de Saint-Pierre, comentado por Rousseau (Hassner, 2013). A própria noção de um *Reino de Deus na Terra* pode ser vista como um projeto desta natureza, evidenciando o entrelaçamento entre poder secular e religioso, motivando lutas por território e autoridade que contam com capítulos como as conversões dos povos pagãos até as guerras religiosas na Europa medieval, sobrepondo fronteiras geográficas (pensemos nos Jesuítas e a catequização dos nativos brasileiros). Falcão (2004) define o Reino de Deus como um que “[...] manifesta-se na Igreja, de forma sacramental, a qual tem por missão anunciar J. C. a todo o mundo e batizar quem nele acreditar, tornando-se seu discípulo e membro vivo da Igreja”. Na contemporaneidade, há muitas interpretações de “governo global” ou internacional, seus objetivos, meios de implementação e legitimidade (ou falta dela), algumas das quais são analisadas e criticadas por Mouffe (2015), que propõe uma “ordem mundial multipolar” baseada na democracia radical. Já no lado das teorias conspiratórias, que na maioria das vezes também envolvem política e religião, o artigo de Dueno, Fenn e Hansen (2022) oferece um resumo de seu desenvolvimento histórico, começando pelo antissemitismo medieval e, no século XIII, com Filipe 4º da França, que sabotou a ordem dos Cavaleiros Templários, ordem militar cristã fundada no início do século XII para proteger os peregrinos cristãos que viajavam para a Terra Santa, especialmente durante o período das Cruzadas. Eles também eram responsáveis por defender e manter os territórios cristãos na região.

mas, como nos alerta Mora (2011, p.113), esta divisão não é própria de todos os sistemas. Ela surge com Aristóteles, cujas obras pressupõem um encadeamento e uma hierarquia de temas filosóficos, todos subordinados à metafísica (Aristóteles, 2012, p. 44).

Aprofundando esta questão, chegamos no problema da definição de filosofia. Segundo Japiassú e Marcondes (2008, p.140), “É difícil dar-se uma definição genérica de filosofia, já que esta varia não só quanto a cada filósofo ou corrente filosófica, mas também em relação a cada período histórico.”

Não é o objetivo deste trabalho dar uma resposta definitiva à importante pergunta “o que é filosofia?”. Mas precisamos fornecer uma definição, mesmo que provisória, para deixar clara a visão de filosofia política que será desenvolvida. Portanto, nos subscreveremos a umas das primeiras definições de filosofia, que se encontra no *Eutidemo* de Platão: “Filosofia é o uso do saber em proveito do homem” (Abbagnano, 2018, p. 514). Este saber, além disso, deve ser o mais válido e universal quanto possível. Esta concepção platônica é a mesma que se encontra em Strauss, a partir da qual ele define a filosofia política e critica a concepção cientificista da política: “A filosofia, para Strauss, não é a posse da verdade, mas a sua busca, e, nesse sentido, o positivismo e o neopositivismo mataram a filosofia política” (Abbagnano, 2012, p. 902).

Não obstante, compreendemos que existem divisões temáticas que fazem de cada uma das disciplinas filosóficas partes interdependentes, submetidas ao mesmo método filosófico, seja na forma de uma subordinação direta, como uma hierarquia de saberes, seja de modo indireto ou relativo.

Podemos creditar à classificação aristotélica das ciências uma primeira organização do tipo hierárquica, na qual as ciências aparecem divididas em teóricas, práticas e produtivas, assinalando sua preponderância em relação às demais de acordo com seu grau de generalidade ou universalidade. A metafísica (“filosofia primeira”), melhor exemplo de ciência teórica, ocupa o topo da hierarquia. Abaixo da metafísica e demais ciências teóricas é que se encontram a ética e a política, as ciências práticas, sendo que ambas visam o “bem supremo” (*Eudaimonia*). Mas a política, por considerá-la de um nível mais geral (o da *polis*), é superior à ética, que é a busca pela *Eudaimonia* particular (individual).

Hume, ao tentar fazer da filosofia uma “ciência do homem” cujo objetivo é descobrir os princípios da natureza humana e, a partir deles, deduzir ou sustentar todas as outras ciências, separa-as de acordo com seu maior ou menor grau de dependência com esta mesma natureza:

De um lado, as menos diretamente ligadas à natureza humana: matemáticas, filosofia natural, religião natural. De outro lado, aquelas “cuja relação com a natureza humana é mais íntima”: lógica, moral, crítica, política. (Monteiro, 2021, p. 23).

Uma ligação diferente encontra-se em Kant. Segundo Hassner (2013, p. 519), “Kant, em sua filosofia, colocou a política ao mesmo tempo em um lugar central e derivativo”. Central, porque, apesar de breves, as incursões de Kant na filosofia política são uma tentativa de conciliar seu sistema filosófico desenvolvido nas três *Críticas* com o contratualismo e a filosofia do direito de sua época; derivativo, pois a deriva, justamente, de uma teoria do direito e da história, bem como de todos os fundamentos da filosofia crítica.

Partindo destes três exemplos, evitamos a suposição de que existe uma definição unívoca de filosofia política, quiçá de filosofia. De fato, se analisarmos a diversidade de obras e sistemas filosóficos existentes, além da já referida divisão em disciplinas, não seria inadequado afirmar que existem várias filosofias. Reiteramos que não é o objetivo deste trabalho esgotar esta discussão, nem defender nenhuma delas, por preferível que seja, como definitiva. Nossa intenção é localizar a filosofia política como um problema específico dentro da grande área da filosofia, o que é o mesmo que dizer que é um problema específico ao qual se recorre a um método filosófico para analisar, criticar, responder.

Outra dificuldade a ser superada é a suposição de que existe uma definição de política completamente descolada do conceito filosófico de política, isto é, uma definição puramente gramatical, histórica ou científica. Como veremos adiante com Strauss, é impossível definir política somente com referência a realidades concretas, empíricas, como instituições, governos, partidos e agentes políticos. Uma definição que seja ao mesmo tempo a mais abrangente e exata possível da política requer, inevitavelmente, um exercício de filosofia política.

Para tanto, partiremos da análise crítica das definições de política de Mario Bunge, que diferencia duas concepções do termo expressas como *policy* e *politics*:

a. Uma **política (policy)** – Um conjunto de princípios gerais acerca dos fins e dos meios de uma organização formal. Sin. em linguagem comum: filosofia [...] b. **A política (politics)** – A luta pelo poder e a administração deste: a ação individual ou coletiva com o objetivo de influenciar o corpo governamental de um grupo social de qualquer espécie e tamanho (Bunge, 2002, p. 286).

Vemos aqui que Bunge traz a concepção de política como sinônimo de “filosofia”, que é um uso bastante raso (ainda que semanticamente aceitável) tanto de política como de filosofia. *Policy* é a aplicação do termo no senso-comum, como quando nos referimos à “política de devolução” de uma loja ou à “filosofia” de atuação de uma ONG.

Já a política (*politics*) é definida por ele com referência à disputa pelo poder e sua administração, o que envolveria as práticas e eventos que todos conhecem: votações, campanhas eleitorais, *lobbies*, e até mesmo golpes de estado e guerras. São duas definições radicalmente diferentes, que não se conversam e não se complementam. É claro que o foco estará na definição b., sobre a qual cabem algumas considerações adicionais.

Outra definição se encontra em Mouffe (2015), que empresta a distinção feita por Carl Schmitt entre “a política” (*politics*) e “o político” (*the political*). Em sua obra, política se refere ao domínio dos fatos empíricos, estudados pela ciência política (o nível ôntico, na terminologia heideggeriana emprestada pela autora) e político se refere à busca pela essência do que é *o político* subjacente à (prática) política a nível ontológico, a esfera da filosofia política propriamente dita: a busca pelo *universal* subjacente aos particulares e seus desdobramentos e aplicações subsequentes. É uma investigação filosófica interdisciplinar que explora a interseção entre ontologia, a teoria do ser ou da existência, e política, que trata do poder, governança, relações sociais e estruturas de poder. Em linhas gerais, uma ontologia política examina como as concepções do que é real, do que existe ou do que é possível, influenciam e são influenciadas por questões políticas.

Notemos que existe uma incompatibilidade conceitual entre as concepções de política de Bunge (a definição b., *politics*) e político (*political*) de Mouffe. Enquanto ele arrisca uma definição de política que é, em suma, uma descrição de fatos ditos políticos, Mouffe não o faz de maneira tão descritiva, mas vai defini-la por uma via dialética apoiada na distinção heideggeriana entre os níveis ôntico e ontológico.

Contra Bunge, argumentaremos reiterando a impossibilidade de se definir a política a partir da prática política, pois acabamos incorrendo em uma definição circular: a política é aquilo que se faz por meio das práticas políticas, e as práticas políticas são aquelas que fazem referência à política. Neste ponto, vamos abandonar a definição de Bunge, mas não sem antes avaliar como ele define a filosofia política:

O novo fundamento filosófico da teoria política e da política social. Um dos ramos da tecnologia filosófica. Uma filosofia política pode ser secularista ou teocrática, realista ou utópica, científica ou não científica, justa ou injusta, democrática ou autoritária, popular ou não popular. Espera-se que uma filosofia política humanista seja secularista, realista, científica, justa e democrática (Bunge, 2002, p. 155).

Como se pode deduzir do tom normativo que acompanha os pares de conceitos e a conclusão, é uma definição que, em última análise, submete à ciência o planejamento e a tomada de decisões políticas, identificando política com ciência política, o que está alinhado com o projeto neopositivista de Bunge, que define tecnologia como “O ramo do conhecimento interessado em projetar artefatos e processos, e em normatizar e planejar a ação humana” (Bunge, 2002, p. 375). Resumindo, para Bunge, a política é uma questão técnica, e toda a “luta pelo poder” e a “administração” que fazem parte dela podem ser resolvidas unicamente pela ciência e pelo pensamento crítico.

Por mais otimista que esta expectativa seja, apontaremos, com Strauss, que a ciência não possui poder normativo sobre a política, e que toda tentativa nesse sentido, incluindo a visão positivista, é, antes, mais um projeto político do que científico, o que o torna paradoxal. Isso se deve à natureza da política, que sempre envolve um grau de opinião misturado ao conhecimento. Ela não constitui uma *techné* ou *episteme* plenamente separável da *doxa*, ou, o que é uma constatação similar, não se refere somente à fatos objetivos, mas sempre, também, a realidades subjetivas, como desejos, expectativas e sentimentos.

Reforçaremos este ponto com a visão *agonística* da política defendida por Mouffe. Para ela, a política sempre envolve um conflito de visões, e o objetivo principal da democracia não deveria ser a busca pelo consenso – o que, na verdade, acabaria sendo uma forma de silenciamento de vozes dissidentes – mas possibilitar instituições e procedimentos na qual todos tenham chance de competir pela hegemonia, dentro dos limites democráticos. Um projeto tecnocrático pautado na “tecnologia política”

como o de Bunge talvez não seja impossível, mas, deste ponto de vista, é antidemocrático, ou melhor ainda, nas palavras de Mouffe, antipolítico, por recorrer à uma esfera pretensamente neutra e superior – a ciência – para resolver disputas políticas. Mas quem pode garantir a neutralidade dos cientistas? Que meios e instituições elevariam a ciência a tribunal último de questões sociais? Tudo isso, afinal de contas, envolve crenças e decisões que só podem emergir de uma discussão *política*.

1. 2 A RESPOSTA DE BOBBIO

Norberto Bobbio (1909 – 2004) é um pensador político italiano conhecido por seu método eminentemente analítico, que frequentemente recorre a oposições ou dicotomias para ilustrar conceitos. Assim, é comum encontrar em sua obra dissertações que abordam e tentam explicar simultaneamente: direita e esquerda, liberalismo e socialismo, idealismo e realismo, democracia direta e participativa, para citarmos alguns exemplos.

Por meio da análise dedicada e da relação entre conceitos, estabelece diálogos entre oposições que “[...] não se resolvem numa síntese superior, numa *Aufhebung* como na dialética hegeliana, nem se exaurem numa dialética negativa, como em Adorno e Horkheimer” (Tosi, 2016, p. 34), mas que frequentemente terminam em aporia, de modo a manter o diálogo em aberto e, com ele, as próprias possibilidades de revisão e expansão do conhecimento.

Também é indispensável para Bobbio a diferença entre prescrição e descrição, isto é, a importância de compreender antes de julgar (Tosi, 2016, p. 37). A diferença entre o “ser” e o “dever ser”, entre a análise descritiva e a defesa (tácita ou explícita) de uma forma de governo. É deste modo que procede em *A teoria das formas de governo*, ao apresentar sua tipologia que, além desta diferenciação, também prevê três “usos” adicionais presentes tanto nos clássicos como nos modernos:

- a) o uso sistemático das teorias de governo, que apresenta juízos de fato para explicar as formas, usado, por exemplo, para responder à pergunta: o que caracteriza a monarquia, a aristocracia e a democracia? É o uso descritivo por excelência.

- b) o uso axiológico, que faz juízos de valor para hierarquizar as formas de governo, como quando nos perguntamos: qual a melhor forma de governo? Identifica-se com a prescrição.
- c) O uso histórico, que apresenta uma lógica imanente à sucessão das formas de governo (por exemplo, a teoria histórica de Hegel).

Especificamente sobre a filosofia política, Bobbio, juntamente com d'Entrevès, concebe quatro possíveis definições:

1) a filosofia P. como busca da melhor forma de governo, ou seja, como determinação da república ótima; 2) a filosofia P. como identificação do fundamento último do poder, ou seja, como determinação do critério de legitimidade da obrigação política; 3) a filosofia P. como explicitação do conceito geral de P., ou seja, como determinação da categoria do fenômeno político; 4) a filosofia P. como análise reflexa dos mapas linguísticos e conceituais da linguagem política, ou seja, como metodologia das ciências da P. (Abbagnano, 2012, p. 905)

À primeira definição pertence o pensamento político de Platão e de todos os utopistas que buscaram definir o melhor governo; à segunda, associada principalmente aos contratualistas (Hobbes, Locke, Rousseau), busca a origem do poder e sua legitimidade; a terceira, da qual Schmitt é um exemplo, busca delimitar o fenômeno “política” e distingui-lo de áreas adjacentes (por exemplo, a moral); o último, associado a Weber e os neopositivistas, é uma tentativa de tornar a análise política o mais objetiva possível, aproximando-a de uma ciência e diminuindo seu caráter filosófico, tendo como dogmas o empirismo, a não-prescrição e a isenção de valores (Abbagnano, 2012). Esta presunção de objetividade foi questionada por filósofos posteriores, entre eles, Leo Strauss, como veremos na próxima seção.

1.3 A RESPOSTA DE STRAUSS

“O que é filosofia política?” é o título do capítulo de abertura do livro *Uma introdução à filosofia política* de Leo Strauss, do qual extrairemos sua definição.

De modo conciso, Strauss escreve que, sendo a boa sociedade o objetivo da política, a filosofia política seria a reflexão sobre o que constitui a boa sociedade e quais são os meios para concretizá-la. Podemos dizer que ela é uma tentativa de substituir a opinião pelo conhecimento acerca da natureza das coisas políticas. Cabe

aqui mais uma distinção preliminar: “Assim, toda filosofia política é pensamento político, mas nem todo pensamento político é filosofia política” (Strauss, 2016, p. 30). Estabelecida esta definição preliminar de filosofia política, Strauss passa a traçar as fronteiras que separam pensamento político, teoria política, filosofia política e ciência política.

Por pensamento político, entende-se qualquer opinião, exposição ou defesa de convicções políticas. Trata-se da forma mais pessoal e difusa de abordar a política.

Já na teoria política, encontram-se “reflexões globais” que apelam para princípios previamente estabelecidos na opinião pública, no senso comum, ou consagrados pelo uso majoritário, mas sem sequer questionar sua validade. Pensemos, por exemplo, em um comentarista que, por limitações de tempo, espaço ou simples partidarismo, parte do pressuposto que seu público está de acordo com os princípios em que fundamenta seu discurso.

Finalmente, a distinção mais problemática é entre ciência política e filosofia política. Para Strauss, o termo “ciência política” se mostra ambíguo. Ele pode significar tanto a investigação das coisas políticas pautada pelo modelo das ciências naturais, quanto o trabalho estatístico dos cientistas políticos, isto é, a coleta e análise de dados politicamente relevantes. Quanto ao primeiro exemplo, há uma profunda incompatibilidade da ciência política com a filosofia política, pois a concepção positivista de ciência substitui a especulação teórica pela pesquisa empírica, o que, mais que uma diferença de método, constitui uma diferença de princípio, de paradigma. Na tentativa de encontrar os mecanismos da política, a ciência política não pode aspirar ao todo, pois a própria definição de “boa sociedade” e de seus caminhos lhe escapa enquanto um eterno devir, uma utopia, ou pura subjetividade impossível de prescrutar por meios científicos. Por isso, mesmo que as condições materiais advindas do avanço técnico permitam que as sociedades se tornem “secularistas, realistas, científicas, justas e democráticas”, como quer Bunge, este conjunto de adjetivos para uma sociedade ideal ainda precisa ser justificado por uma reflexão ulterior, necessariamente filosófica.

O autor também faz algumas distinções menores, a saber: teologia política (doutrinas políticas baseadas em revelações divinas) e filosofia social (considera a política uma ocorrência dentro de uma instância maior, a sociedade, o que consiste num ponto de partida que é o exato oposto da filosofia política).

Diante destas distinções, temos que a filosofia política é a tentativa de compreender a natureza das coisas políticas em sua totalidade, em seu nível mais amplo e geral. Diz-nos o autor que “É da essência da vida política ser guiada por uma mistura de conhecimento político e opinião política” (Strauss, 2016, p. 32). Isso aproxima a filosofia da vida “não filosófica”, de uma atividade mais corriqueira que pressupõe menos conhecimento e reflexão. Porém, também traz a marca da ambiguidade da meta política, sobretudo na “sociedade dinâmica de massas” em que vivemos, onde “O conhecimento político é mais difícil de aparecer e torna-se obsoleto mais rapidamente” (Strauss, 2016, p. 33). Desta feita, Strauss elabora uma defesa da filosofia política que dobra como uma crítica à ciência social positivista, assentando-a sobre quatro argumentos, elencados nas próximas seções.

1.3.1 O vínculo entre moral e política e a importância dos juízos de valor

“É impossível estudar os fenômenos sociais [...] sem fazer juízos de valor.” (Strauss, 2016, p. 38). O autor afirma que não se pode definir uma sociedade sem fazer referência ao seu propósito. O progresso, a igualdade, a tolerância, a liberdade, ou qualquer outro valor ou conjunto de valores que se insira no seio de um projeto político é, obviamente, um juízo de valor, não de fato. Mas sem reconhecer-se tais objetivos, a própria sociedade perde sua pedra de toque, o parâmetro pelo qual podemos compreendê-la num nível fundamental, avaliá-la e compará-la com outras sociedades ou projetos de sociedade. Isso atesta contra a possibilidade de uma ciência política completamente objetiva. Para Strauss, há uma subordinação da política à ética, entendida como componente fundamental da teoria e da prática política.

Já Mouffe parte do princípio oposto, alegando que é necessária uma separação entre moral e política para não se incorrer no erro de rotular os adversários políticos como inimigos, como um *mal* a ser combatido por todos os meios. Ou seja, as categorias de bem e mal, que pertencem à ética, devem ser extirpadas da política.

Sobre esta separação radical, Strauss (2016, p. 40) defende que “A rejeição de juízos de valor é baseada na suposição de que os conflitos entre os diferentes valores ou sistemas de valor são essencialmente insolúveis pela razão humana. Tal suposição, afirma, jamais foi suficientemente provada; colocando-se contra o

relativismo e o ceticismo que esta rejeição provoca, ele admite que ela pode ser verdadeira em casos específicos, mas que no geral, os conflitos ocorrem mais por causa dos acordos entre os seres humanos pautados em determinados valores – isto é, quando um dos lados quebra um acordo ou viola um suposto direito – do que pelo desacordo sobre a *existência* destes valores.

Em termos mais objetivos, podemos exemplificar da seguinte maneira: é mais comum que surja um conflito por causa de uma injustiça percebida do que por uma diferente apreciação do conceito de justiça, ou de sua ausência. Em uma guerra, todos os beligerantes arrolam-se o justo direito de atacar e defender:

A crença de que juízos de valor não estão sujeitos [...] ao controle racional dá impulso à inclinação a fazer afirmações irresponsáveis a respeito do certo e do errado, do bom e do mau. Assim se evita discutir seriamente questões sérias com o simples artifício de deixá-las de lado como problemas de valor. (Strauss, 2016, p. 40).

Além do mais, podemos depreender deste segundo ponto a necessidade de investigar e refletir os valores subjacentes à política, pois inviabilizar a discussão sobre eles implica uma desvalorização da própria filosofia política.

1.3.2 Crítica ao cientificismo e ao historicismo

Sobre o cientificismo e suas consequências para a filosofia, Strauss pontua que “A crença de que o conhecimento científico [...] é a forma mais alta de conhecimento humano implica uma depreciação do conhecimento pré-científico.” (Strauss, 2016, p. 41). Fazendo referência especificamente ao conflito entre filosofia política e ciência política, relembra que ambas surgem do mesmo substrato: a vida política, o fazer político, que a ciência política tenta estabelecer em “fatos” e “leis”, mas que carece de um ponto de partida sólido. Em que momento a política torna-se “científica”? Ela possui pressupostos inverificáveis ou arbitrários? “Se o conhecimento pré-científico não é conhecimento, a todos os estudos científicos que se sustentam sobre ele falta o caráter de conhecimento.” (Strauss, 2016, p. 41). É como se a abordagem científica da política sofresse com a vergonha ou ressentimento do senso comum, enquanto a filosofia o assume sem receio, mas criticamente. Para que a ciência política se torne realmente científica, ela deve responder o que é político e distingui-lo do não-político, porém, “Essa questão não pode ser enfrentada de modo científico, mas apenas de modo dialético.” (Strauss, 2016, p. 42).

A crítica de Strauss prossegue afirmando que “O positivismo necessariamente se transforma em historicismo” (Strauss, 2016, p. 43). Argumentando a favor da natureza dialética da política, Strauss deixa claro que não é possível separar os elementos subjetivos dos objetivos nas ciências sociais; estas sempre serão um “conhecimento interessado”. Porém, aqui surge um obstáculo ainda maior à filosofia política do que o positivismo, que é o historicismo. Nas palavras do autor, o historicismo é um modelo relativista que abandona a distinção entre fatos e valores, nega a autoridade da ciência moderna, se recusa a ver o processo histórico como progressivo ou racional, e nega a relevância da tese evolucionista. Conseqüentemente, “O historicismo rejeita a questão da boa sociedade” (Strauss, 2016, p. 44), pois qualquer noção de “progresso”, “evolução”, “melhor” e “pior” seriam historicamente condicionadas, e este condicionamento é insuplantável pela reflexão racional.

Assim, chegamos ao mesmo impasse da visão que rejeita o papel da moral na política, o da incomensurabilidade dos valores, porém, não mais sob a ótica da objetividade requerida pela ciência, mas pela interdição do pensamento mesmo: o que é política, o que é a boa sociedade e por quais meios a concretizamos, tornam-se perguntas vazias, pois não estão mais sujeitas à verificação racional, ainda que interessada; em última análise, sua resposta depende do momento histórico e nada mais. Resumindo, a resposta “certa” é a resposta corrente, e ela é tão boa quanto qualquer outra que veio antes ou que está por vir. Este é o dogma do historicismo e sua perniciosidade, nas palavras de Strauss. Se não é lícito tecer uma proposta política amparada em valores universalizáveis, a própria discussão mais elevada sobre política, a filosofia política, perde todo sentido, e abandonamos a questão a tecnólogos ou demagogos. A conclusão é que

[...] o homem não pode abandonar a questão da boa sociedade, e que ele não pode liberar-se da responsabilidade de respondê-la submetendo-se à História ou a qualquer outra potência diferente da sua própria razão.” (Strauss, 2016, p. 44).

Declarando esta pauta, a da razão filosófica acima de qualquer outra como guia para a reflexão política, Strauss vai tecer uma comparação acerca da solução clássica e as soluções modernas acerca da filosofia política: sua definição, seus métodos e objetivos.

1.3.3 A solução clássica

A solução clássica é aquela apresentada nas obras de Platão (*A República, As Leis*) e Aristóteles (*Constituição de Atenas, Política*). A questão que se impõe para os antigos é a do melhor regime. Strauss (2016, p. 51) explica que “O regime é a ordem, a forma, que dá à sociedade seu caráter. O regime é, portanto, um modo específico de vida”. Mais do que simplesmente o tipo de governo (monarquia, aristocracia, democracia), o regime é a expressão cristalizada e não fragmentada de um modo de vida ao mesmo tempo individual e coletivo: “[...] o regime significa simultaneamente a forma de vida de uma sociedade, seu estilo de vida, seu gosto moral, forma de sociedade, forma de Estado, forma de governo e espírito das leis” (Strauss, 2016, p. 51).

A subordinação da moral à política é uma característica deste período, conforme sublinha Martins (2008, p. 19): “Na Grécia Antiga, a moralidade privada e pública era concebida em decorrências das normas políticas, porque se entendia que o homem dependia da coletividade, do grupo social, da pólis (cidade)”. A virtude, ou melhor, a geração de cidadão virtuosos, é a consequência de um bom governo; e um bom governo, por sua vez, depende de cidadãos capazes de perceber a predominância do bem comum sobre o bem particular. Exemplar desta mentalidade é o trecho que se encontra logo nas primeiras páginas de *Ética a Nicômaco*:

Com efeito, ainda que tal fim seja o mesmo tanto para o indivíduo como para o Estado [o bem supremo], o deste último parece ser algo maior e mais completo, quer a atingir, quer a preservar. Embora valha bem a pena atingir esse fim para um indivíduo só, é mais belo e mais divino alcançá-lo para uma nação ou para as cidades-Estados. (Aristóteles, 1991, p. 50)

Outra declaração de Aristóteles em que podemos constatar o vínculo entre moral e política é a famosa frase que se encontra na *Política*: “Quem for incapaz de se associar ou que não sente essa necessidade por causa da sua autossuficiência, não faz parte de qualquer cidade, e será um bicho ou um deus.” (Aristóteles, 1998, p. 55). A capacidade e a necessidade de viver em sociedade fazem parte da essência humana, e àqueles que faltam estes atributos se situam além ou aquém dos limites da moral (deuses ou animais, respectivamente).

Desta peculiaridade humana surge a questão: qual seria o melhor governo para preservar o bem comum e a virtude? “A filosofia política clássica é guiada pela questão

do melhor regime”, explicita Strauss (2016, p. 52), e o melhor regime é o que atinge estes objetivos. No caso dos antigos, concluíram que este regime é a república aristocrática ou o regime misto (Strauss, 2016, p. 58), de modo que “[...] os clássicos rejeitaram a democracia porque pensavam que a meta da vida humana e, portanto, da vida social, não é a liberdade, mas a virtude” (Strauss, 2016, p. 54). Strauss ecoa esta crítica ao invocar um ideal de educação que faz as vezes de intermediário entre política e ética (*paideia*), afirmando que “[...] o que hoje em dia é chamado de educação com muita frequência não significa educação propriamente dita, isto é, a formação do caráter, mas, antes, instrução e treinamento” (Strauss, 2016, p. 55). A consequência, continua, é que “A democracia ainda não encontrou uma defesa contra o pavoroso conformismo e a invasão sempre crescente da privacidade que ela incentiva” (Strauss, 2016, p. 56).

É quase consensual entre os teóricos da democracia que ela depende, em maior ou menor grau, do interesse e da participação popular, e este conformismo que as democracias contemporâneas enfrentam, bem como o obscurecimento da linha que separa o público do privado, servem de base para a crítica de Strauss, que, apesar de não ser explicitamente antidemocrático, tem uma relação ambígua com a democracia liberal. Podemos considerar Strauss um representante do conservadorismo na política.

1.3.4 As soluções modernas

As filosofias políticas modernas são muito diversificadas. Não obstante, têm um princípio comum: “A rejeição do esquema clássico como irrealista” (STRAUSS, 2016, p. 58), o que resulta em uma cisão entre moral e política. É por meio deste fio condutor que Strauss vai analisar e criticar as ideias políticas de três autores da modernidade (que ele chama de “ondas da modernidade”): Maquiavel, Rousseau e Nietzsche.

1.3.4.1 Maquiavel

A primeira onda da filosofia política moderna vem com Nicolau Maquiavel (1469-1527), que operou uma separação radical entre moral e política. Assim,

substitui uma política utópica por uma política de orientação mais pragmática, analisando o Estado e o governo como realmente são, e não como deveriam ser.

Rejeitando um ideal de Estado perfeito, Maquiavel muda o foco do questionamento político para a estabilidade e ordem, isto é, como criar um Estado durável e capaz de impor sua autoridade organizadora da melhor forma possível.

Ao formular e buscar resolver esta questão, Maquiavel provoca uma ruptura com o saber repetido pelos séculos. Trata-se de uma indagação radical e de uma nova articulação sobre o pensar e fazer política, que põe fim a ideia de uma ordem natural e eterna. A ordem, produto necessário da política, não é natural, nem a materialização de uma vontade extraterrena, e tampouco resulta do jogo de dados do acaso. Ao contrário, a ordem tem um imperativo: deve ser construída pelos homens para se evitar o caos e a barbárie, e, uma vez alcançada, não será definitiva, pois há sempre, em germe, o seu trabalho em negativo, isto é, a ameaça de que seja desfeita” (Sadek, in Weffort, 2006, p. 18).

Maquiavel reinterpreta a relação entre virtude e política negando a substancialidade e independência da primeira, e a moral passa a ser um fenômeno regido pelas relações sociais. Mais do que isso, é somente no seio da sociedade politicamente organizada que faz algum sentido falar em virtude ou moral. Ademais, a própria natureza humana é alheia a uma ideia de virtude, e, semelhantemente a Hobbes, Maquiavel parece considerar o homem um ser com tendências predominantemente egoístas, até maldosas. É uma acusação grave que se lê nas entrelinhas da crítica de Strauss, mas se não podemos confirmá-la, pelo menos é sabido que para Maquiavel a malícia, a perfídia, a dissimulação e outros vícios, no jogo político, acabam se mostrando muito vantajosos.

A política existe para conformar os homens a um estado suficientemente organizado em nome do bem comum, que por Maquiavel é entendido como um conjunto de objetivos que toda sociedade sempre buscou: liberdade, estabilidade, prosperidade, poder. É virtuosa toda e qualquer ação que favoreça estes objetivos. Assinala Strauss (2016, p. 60): “Esse fim justifica todos os meios. A virtude nada mais é do que a virtude cívica, o patriotismo, ou a devoção ao egoísmo coletivo”.

Mas, se os homens são maus, o que poderia fazê-los tornar-se bons (ou virtuosos)? Para Maquiavel, “O desejo de glória é o que liga a maldade à bondade” (Strauss, 2016, p. 61). O fundador de uma sociedade, o revolucionário, ou qualquer homem político busca o poder pelo simples prazer de sentir-se poderoso. É movido puramente por ambição: “Ele se distingue dos grandes criminosos meramente pelo

fato de que aos criminosos falta uma oportunidade defensável; a motivação moral é a mesma” (Strauss, 2016, p. 61). Confirmemos a interpretação de Strauss recorrendo a fonte de sua crítica:

O desejo de conquistar é coisa verdadeiramente natural e ordinária e os homens que podem fazê-lo serão sempre louvados e não censurados. Mas se não podem e querem fazê-lo, de qualquer modo, é que estão em erro, e são merecedores de censura (Maquiavel, 1979, p. 14).

É inegável que Maquiavel deixou um legado para a filosofia que se estende para além da política, ainda que Strauss o avalie sob uma ótica negativa: “O esclarecimento [...] tem início com Maquiavel” (Strauss, 2016, p. 65), pois seu pensamento político, ao renunciar um ideal metafísico de bem, reduz o campo da política ao pragmatismo, pautado na planificação social consciente, que, mais do que servir de modelo (como a república ideal de Platão), torna-se a *meta*. E, na busca desta meta, “os fins justificam os meios”². Este é o princípio maquiaveliano, descrito por Strauss (2016, p. 65) da seguinte maneira: “é preciso rebaixar os padrões para tornar provável, senão certa, a atualização da ordem social desejável ou conquistar o acaso; é preciso mudar a ênfase: do carácter moral para as instituições”. Destarte, esta mudança de ênfase significa o rompimento da ligação entre política e moral, necessária para os clássicos, enganosa e contraprodutiva para Maquiavel. O que está em jogo para o filósofo florentino é o estabelecimento e a condução de jogadores e instituições políticas poderosas, que, se não podem ser amados, devem ser temidos.

A rejeição da linha de pensamento maquiaveliana por parte de Strauss assenta no fato de que ela supõe, mas não consegue provar, a ausência de fins naturais. Ao rejeitar o teleologismo moral, segundo o qual o ser humano deve orientar-se pela virtude e pela perfeição (Strauss, 2019, p. 66), a revolução filosófica de Maquiavel mostra-se desarrazoada: “Os clássicos haviam se orientado pelo caso normal em vez da exceção; Maquiavel leva a cabo a sua mudança radical no entendimento das coisas políticas orientando-se pela exceção, pelo caso extremo” (Strauss, 2016, p. 66). Quem

² Esta frase, amiúde atribuída erroneamente a Maquiavel, apenas demonstra sua preocupação pragmática com o poder sem vinculação necessária a moral, conforme o uso crítico que Strauss faz dela. Mas Strauss não é o primeiro a criticar a amoralidade de Maquiavel: segundo Skinner (2020, p. 269), o primeiro ataque sistemático à filosofia política de Maquiavel foi o *Anti-Maquiavel* de Innocent Gentillet, advogado e político francês, publicado em 1576, que, analisando-a sob uma ótica puritana, argumenta que a amoralidade maquiaveliana resultaria numa quebra de confiança generalizada nas relações sociais, no comércio, na justiça e no fim da própria política.

tem razão, afinal? Se, por um lado, o ônus da prova é de quem afirma, então ela deveria ser facilmente encontrada em Platão, Aristóteles, Strauss e em qualquer filósofo que advogue um sistema teleológico. Mas esta prova afinal se mostra muito mais esotérica e escorregadia do que parece em uma primeira leitura. Por outro lado, não é com um apelo à ignorância³ que podemos rejeitar a ausência de fim último; tanto uma coisa quanto a outra ainda carecem ser suficientemente provadas – a existência ou a impossibilidade deste fim. Mas é pouco provável que filósofos como Strauss ou o próprio Maquiavel não estivessem a par desta situação; no fim das contas, aceitar ou rejeitar os fins últimos em moral e política acaba sendo uma questão de *crença*, e a crença nestes fins é a norma, a regra, e não a exceção, conforme podemos constatar no próprio vocabulário político repleto de promessas, de esperança por segurança, progresso, igualdade porvir. A crença de que um conjunto de valores ou projeto social é melhor do que outro constitui uma espécie de *fé política*, e a organização para concretizá-los é posterior à aceitação de sua superioridade (em relação a outros valores e projetos). Não se faz política sem algum tipo de fé. É claro que isso não inibe o questionamento sobre as próprias crenças – um passo fundamental em filosofia. O que não implica, portanto, em rejeitar todas as lições políticas do mestre florentino, mas em não aceitar sua visão pessimista (e não realista, recordando a supracitada querela acerca da existência ou não de fins últimos) e considerá-las para um estado de exceção que não pode ser normalizado.

Façamos um breve comentário para exemplificar melhor o que entendemos por fé política. Na economia política de várias democracias ocidentais, incluindo o Brasil, há um grande debate entre a esquerda, seja social-democrata ou radical, e a direita, seja liberal ou conservadora. As pautas de esquerda – redistribuição, taxaço de grandes fortunas, promoção da igualdade social, ampliação de programas sociais, conflitam com as da direita, que, embora nem sempre sejam exatamente contrárias, são incompatíveis entre si desde a teoria, porque partem de valores e crenças diametralmente opostos. É uma crença comum na direita, por exemplo, de que a competição é o motor do progresso material e social. Indo mais além, esta crença é naturalizada e torna-se norma: o ser humano é um ser naturalmente competitivo, e só

³ O apelo à ignorância é uma falácia informal definida por Sagan (2020, p. 245) como “a afirmação de que qualquer coisa que não provou ser falsa deve ser verdade, e vice-versa. [...] Essa impaciência com a ambiguidade pode ser criticada pela expressão: a ausência de evidência não é evidência da ausência”. No exemplo dos fins últimos, equivale a dizer que eles não existem porque não se provou que existem, ou, do contrário, dizer que existem porque ninguém provou que não existem.

consegue realizar-se em sua plenitude na competição. A esquerda discorda desta cosmovisão e vê a competição, na forma de luta de classes, como uma exploração artificial do homem pelo homem, justificada por uma ideologia e mantida por relações de poder desiguais. Deposita na cooperação e na superação do classismo o verdadeiro avanço rumo ao progresso, como exortam Marx e Engels (1998, p. 69) no *Manifesto comunista*: “Proletários de todos os países, uni-vos!”. Embora seja verdade que muitos dos avanços científicos da modernidade surgiram em um contexto de conflito – incluindo o conflito entre potências capitalistas e socialistas da Guerra Fria – hipostasiar o conflito e a competição como parte da natureza humana e chave de todo o progresso é uma generalização, no mínimo, problemática, pois temos exemplos de como a cooperação local ou internacional é capaz de produzir resultados expressivos, como podemos verificar no trabalho de diversas ONGs, órgãos de fomento à pesquisa e a ciência e iniciativas de ajuda humanitária. No fim das contas, até mesmo o recurso a equilibrar ambas, na medida do possível, seria sempre uma hipótese, um pressuposto incerto sobre o qual se erguem teorias complexas e se desenvolvem políticas nacionais inteiras. Mesmo que um dia fosse cientificamente provado que a competição ou a colaboração é o melhor caminho para o progresso, ainda haveriam pessoas e nações que acreditariam no contrário, mesmo com o risco de serem taxados de negacionistas ou implodirem pela lógica de suas escolhas. A própria noção de progresso, embora mensurável em certos casos (como em questões econômicas e educacionais), em um grau mais elevado, permanece como um conceito altamente discutível. Tudo isso também vale para o conflito entre igualdade e liberdade, valores supremos da esquerda e da direita (como veremos em Bobbio): por mais que numerosos e grandiosos tratados filosóficos e carreiras políticas se sustentem sobre estes ideais (ou outros, como tradição, nação, religião), as racionalizações são posteriores à adesão, cujas causas precisam de um tratado a parte para sondarmos. De modo geral, os eleitores são movidos mais pela retórica do que pela lógica, e, mesmo se olharmos apenas para os teóricos, sempre há uma carga de *páthos* misturada ao *logos* de sua investigação, conforme exige a própria natureza da política, sempre dependente da opinião, lidando com incertezas do mundo real e questões práticas próximas ou distantes no tempo e no espaço. Então, mesmo no caso do pesquisador experiente, resta a dúvida: sua posição é fruto de uma análise racional da política, ou é sustentada, acima de tudo, por sua fé e seu amor a um ideal?

Retornando aos argumentos contra Maquiavel, outros deles está no aspecto moralmente desagradável de suas lições. Isto foi contornado por Hobbes, que, aproveitando-se da mudança de foco para as instituições e a governança, as torna mais tragáveis:

Maquiavel escreveu um livro chamado *O Príncipe*; Hobbes escreveu um livro chamado *Do Cidadão*; quer dizer, Hobbes escolheu como tema não as práticas dos reinos e Estados, mas os deveres dos súditos; de modo que o que Hobbes ensinou soa muito mais inocente do que o que Maquiavel ensinara, sem necessariamente contradizer o ensinamento de Maquiavel. (Strauss, 2016, p. 66).

Concordando ou não com Maquiavel, gostando ou não de suas lições, é ponto pacífico que ele inaugurou uma corrente de pensamento que seria seguida por Hobbes, Rousseau, Nietzsche e muitos outros. Tratemos, agora, da “segunda onda” da modernidade, iniciada com Rousseau.

1.3.4.2 Rousseau e Nietzsche

À filosofia de Rousseau subjaz um ideal romântico de “retorno às origens”, a um estado de natureza que é a imagem da mais perfeita harmonia política. É a busca por um modelo humanista que antecede até mesmo o contrato social. Ele mantém a noção hobbesiana de autopreservação como direito e impulso fundamental, mas é cético quanto à possibilidade desta lei natural ser garantida por uma lei positiva, pela jurisprudência. Portanto, ele conclui que a única maneira de uma lei ser realmente justa e eficaz é se ela emanar diretamente da sociedade civil, dos cidadãos a quem interessa a autopreservação. Essa emanação é o que Rousseau chama de vontade geral: “A vontade geral, a vontade de uma sociedade na qual todos que estão submetidos à lei devem ter voz na produção da lei, não pode errar. A vontade geral, a vontade imanente [...] substitui o direito natural transcendente” (Strauss, 2016, p. 70). Isto nos leva a um verdadeiro dilema, pois, conforme enuncia Strauss (2016, p. 70), “Se o critério último da justiça é a vontade geral [...] o canibalismo é tão justo quanto o seu oposto. Toda instituição venerada pelo povo tem de ser vista como sagrada”.

Esta atitude está na base do idealismo que “[...] tenta garantir a atualização do ideal, ou provar a coincidência necessária entre o racional e o real, ou livrar-se daquilo que transcende essencialmente toda realidade humana possível” (Strauss, 2016, p.

70). A negação do transcendente elimina qualquer obrigação moral “vertical” e a substitui por uma obrigação horizontal: a diferença entre liberdade e licença, entre fazer apenas o bem e fazer o que se quer, noção cara aos Antigos, torna-se supérflua, do que se depreende o seguinte: “Eu sou justo se concedo a todos os outros homens os mesmos direitos que reivindico para mim mesmo, independentemente do que eles venham a ser” (Strauss, 2016, p. 70). Esta limitação horizontal é preferida porque parece mais realista, porque é autorrealizável. Pelas mesmas razões que Hobbes afirma que, se não há lei, não há justiça ou injustiça, pois ambas são tomadas como atitudes frente à uma legislação preestabelecida (Hobbes, 2014, p. 110), Rousseau aceita como princípio simultâneo de legalidade e justiça a vontade geral, no que ambos concordam que a moral é uma invenção política, e não uma instância autônoma. A derrocada da moralidade atinge o pináculo na filosofia de Nietzsche, que para Strauss sinaliza a terceira onda da modernidade.

Desde Maquiavel, passando pelos contratualistas, até chegarmos a Nietzsche, desenvolveu-se a ideia (equivocada, diz Strauss) de que a moralidade é uma convenção, e, principalmente, uma convenção controlável, modelável, em suma, um instrumento político que pode ser direcionado por aqueles que detêm o comando, para controlar as massas e se perpetuar no poder. É a teoria que sustenta a diferença entre superestrutura e infraestrutura em Marx, por exemplo, e que leva Strauss (2016, p. 73) a afirmar que “As ilusões do comunismo são já as ilusões de Hegel e mesmo de Kant”. Ao substituir a moral pela filosofia da história, a modernidade faz da ordem justa um “subproduto não intencional de atividades humanas” (Strauss, 2016, p. 73), e, ao substituir a virtude pela liberdade, cria uma situação antagônica entre o egoísmo e a harmonia social, entre a razão individual e uma pretensa razão histórica.

Opondo-se tanto à corrente idealista quanto à revolucionária, ele postula a vontade de poder, antes como atitude individual que como chamado político, mas deixando aberta a possibilidade do segundo como consequência da primeira.

A vontade de poder implica a criação e a imposição da moral. Nietzsche “[...] ansiava ou esperava que o seu chamado [...] tentaria os melhores homens das gerações que o sucederam a se tornar verdadeiro ‘eus’ e, assim, formar uma nova nobreza que seria capaz de dominar o planeta” (Strauss, 2016, p. 73). Rejeitando a racionalidade ou a necessidade de uma revolução como justificativa para uma filosofia política, a força pura, o mesmo egoísmo de que falava Maquiavel, mas agora sem um

propósito claro, serve de fio condutor da filosofia nietzscheana. Depois de demolir o socialismo, o comunismo, o conservadorismo, o nacionalismo e a democracia, “Nietzsche não conseguiu mostrar a eles [seus leitores] um caminho para a responsabilidade política” (Strauss, 2016, p. 74). O único caminho que parece viável é o de uma aristocracia autoconsciente, de senhores capazes de guiar as massas bovinas que formam a maior parte da humanidade, autorizados a promover até mesmo sua “extinção piedosa” (Strauss, 2016, p. 73). Quem aponta bem os defeitos e o excesso de confiança de Nietzsche nesta forma de governo é Russell, cuja crítica serve também para toda forma de totalitarismo:

As aristocracias de berço hoje estão em descrédito; a única forma viável desse tipo de governo consiste numa organização como a do partido fascista ou do nazista. Uma tal organização, porém, gera oponentes e provavelmente será derrotada em guerra. Mesmo que não o seja, em breve se converterá num Estado policial, em que os governantes vivem sob o medo do assassinato, e os heróis são enviados para campos de concentração. Numa comunidade assim, a fé e a honra são minadas pela delação, e a suposta aristocracia de super-homens resvala numa panelinha de poltrões desequilibrados. (Russell, 2015, p. 338).

1.4 A RESPOSTA DE MOUFFE

Conforme mencionado anteriormente, Mouffe parte da distinção feita por Schmitt entre *política* e *político* para estabelecer o campo de atuação da filosofia política: política é o fazer político, e o *político*, propriamente dito, é a esfera conceitual onde encontramos a reflexão sobre este fazer, do vocabulário às instituições e ações que o acompanham. Então, a filosofia política, para Mouffe, é uma busca pela *essência* do político, uma ontologia política.

Mas a resposta desta busca não surge como subproduto de um tecnicismo político, como em Bunge, nem de uma análise puramente teórica como em Bobbio, tampouco de uma defesa valorativa da “boa sociedade” como faz Strauss. De fato, podemos considerar a filosofia política de Mouffe como prescritiva, segundo o esquema apresentado por Bobbio, pois sua definição de política está entrelaçada com sua defesa da chamada democracia radical, uma posição que a própria autora considera como de esquerda.

1.4.1 Política, democracia e agonismo

Mouffe, apropriando-se da tese de Schmitt, reconhece o antagonismo nós/eles, que nas democracias ocidentais frequentemente se materializa em partidos de esquerda e direita, como um fenômeno elementar da política moderna. Mas ela recusa tanto a reação violenta que enxerga o outro como um inimigo a ser destruído quanto a aspiração ao consenso que orienta as democracias contemporâneas; para ela, é necessário admitir o caráter invariavelmente *agonístico*, conflituoso, da democracia, e assegurar meios legítimos para que estes conflitos possam se expressar e se limitar ao campo da política.

Em um nível global, tal visão resulta na defesa de um modelo multipolar de jogadores políticos em lugar de um modelo hegemônico, como se tem visto, pelo menos, desde as duas Guerras Mundiais, mas que podemos rastrear até o século XV, a “Era dos descobrimentos”. O que a democracia radical, esta visão agonística da democracia, propõe em larga escala se adotada é “[...] um mundo multipolar, com um equilíbrio entre diversos polos regionais que permita a existência de uma pluralidade de potências hegemônicas” (Mouffe, 2015, p. 6).

Não é um projeto simples nem fácil. Mas é uma visão que nos interessa particularmente por validar a díade esquerda/direita, como veremos a seguir, e por ser um modelo prescritivo que se afasta completamente da proposta de Strauss, fornecendo uma alternativa de esquerda radical a sua visão conservadora. Para Mouffe, é importante manter uma assepsia moral em relação à política; do contrário, caímos na mentalidade de amigo X inimigo de Schmitt. Dito de outra forma, “bem” e “mal” não devem fazer parte do vocabulário político, não no sentido ético, pois a democracia trata, essencialmente, de um conflito de visões que buscam o mesmo fim – o bem de toda a sociedade. Mas eliminar a dissonância, seja pela violência seja por um apelo desmesurado à concordância, ao consenso, não é o caminho para este fim. Pelo contrário. O otimismo racionalista sobre uma natureza humana essencialmente sociável e a ideia de que a “democracia liberal venceu” são falhos, e o moralismo do *zeitgeist* político ocidental que recusa em enxergar adversários legítimos, o jogo do nós/eles, também: “No lugar do conflito entre ‘direita e esquerda’, vemo-nos diante do conflito entre certo e errado” (Mouffe, 2015, p. 5).

Podemos acomodar a distinção entre direita e esquerda de Mouffe nos critérios apresentados por Bobbio. Exemplar disto é sua defesa dos ideais de liberdade e igualdade (2015, p. 32) como fundamentos de uma democracia que, segundo a autora, deve ir além do modelo neoliberal de regulação capitalista: claramente, para ela, a liberdade está subordinada à igualdade, e uma “nova ordem” democrática pautada em valores e conceitos como dissenso, competição política justa, hegemonia multipolar, demonstra que a autora, mesmo não intencionalmente, se enquadra na definição de esquerda de Bobbio. Nas páginas iniciais de outra obra de Mouffe, intitulada *Por um populismo de esquerda*, ela declara sua posição política à esquerda como uma que pretende “[...] recuperar e aprofundar os ideais de igualdade e de soberania popular” (Mouffe, 2020, p. 24)

Também não passa despercebida por Mouffe a influência das paixões na política: “Os teóricos que desejam eliminar as paixões da política e que defendem que a política democrática deve ser compreendida apenas em termos racionais [...] revelam sua falta de compreensão da dinâmica do político” (Mouffe, 2015, p. 27). O afastamento entre moral e política e o papel das paixões somam-se a outra característica central da política: a formação de identidades e visões de mundo. “O discurso político não tem para oferecer somente programas políticos, mas também identidades que possam ajudar as pessoas a compreender o que estão vivenciando e lhes dê esperança para o futuro” (Mouffe, 2015, p. 24).

Por isso é tão difícil eliminar o conflito da política, e no fundo, pelo viés da democracia radical, isso é desnecessário e até indesejável: no fundo, a política vai além de meras decisões administrativas sobre a economia, trabalho e meio-ambiente, mas envolve questões profundamente passionais e subjetivas. Reforçamos aqui as reações opostas que constituem a democracia dialógica – negação do conflito, eliminação do nós/eles, que exclui do debate as posições extremas ou irreconciliáveis, e a democracia agonística (radical), que fomenta o conflito perpétuo como uma forma de garantir a hegemonia multipolar, o embate contínuo de propostas e práticas políticas. Tudo isso, é claro, circunscrito por um princípio de “convivência sem concordância”: “Adversários políticos lutam, sim – até mesmo de maneira feroz –, mas de acordo com um conjunto compartilhado de regras [...]” (Mouffe, 2015, p. 50).

1.4.2 Crítica ao neoliberalismo e à “pós-política”

Finalmente, vale lembrar a oposição de Mouffe ao ideal “pós-político” compartilhado por autores como Beck, Giddens e Fukuyama, que afirmam que as ideologias morreram com a Guerra Fria, e que distinções tradicionais como esquerda/direita, portanto, não fazem mais sentido.

O que acontece, assinala Mouffe, é que quando o centro (entendido por ela de maneira depreciativa, seja como uma forma de direita liberal ou de social-democracia) assume a hegemonia, esquerda e direita se degradam em meros rótulos e a política, em puro marketing: os apelos emotivos ou valorativos de uma agenda de esquerda ou direita, como “igualdade” ou “crescimento econômico”, cooptados pelo centro, não passam de promessas vazias, de retórica sem compromisso, ecos distantes de ideais originários: liberalismo, marxismo, republicanismo, ou de qualquer cosmovisão mais radical (no sentido de uma ideologia que está na raiz de expressões teóricas e práticas posteriores, adaptando-as, modificando-as, incrementando-as, mas necessariamente recorrendo a elas). Seu objetivo é apenas forjar alianças espúrias, defender interesses eleitoreiros, favorecer grupos de interesse que se convertem em “castas políticas”. Por isso, este centro que sacraliza o consenso é incapaz de desafiar o neoliberalismo. Ele joga dentro de suas regras, não as da democracia radical.

Assim, os efeitos da hegemonia de centro, do liberalismo cosmopolita (globalizante), representam uma expansão insidiosa da democracia liberal, que visa eliminar o dissenso e estabelecer coalisões ideologicamente “neutras”, tanto interna quanto externamente. Alianças meramente funcionais que são, em última análise, voltadas para o bem das elites financeiras globais.

Este cenário abre espaço para o surgimento ou reavivamento de grupos e partidos extremistas, do neonazismo ao Estado Islâmico, afinal, num mundo dominado pelo centro e pelo discurso do consenso, a insatisfação com o governo e os rumos da política só pode vir de vozes dissonantes, que marcam o *establishment* como seu rival, devolvendo o conflito à vida política – o nós/eles que os teóricos e partidários da democracia consensual não podem ou não querem enxergar. Por isso, eles taxam qualquer discordância real de extremismo antidemocrático, o que não passa de um julgamento moral disfarçado de categorização política.

Não se trata de uma tentativa da autora de negar o problema da ascensão de ideias neonazistas, xenóforas e fascistas, ou de legitimar o fundamentalismo religioso. Pelo contrário: é reconhecida a gravidade do problema, mas para Mouffe, a culpa recai sobre os defensores da democracia liberal que, ao tentar impor a sua política a países com cultura e história próprias, ignorando o fator identidade, criam um ambiente hostil em que todos os descontentes são marginalizados e silenciados, e nesta situação, é compreensível que se voltem para ideias e meios violentos. O proselitismo democrático norte-americano, com seu ideal de “libertar” países de tiranias e levá-los ao paraíso do liberalismo, é basicamente uma colonização política e intelectual que gera uma luta anticolonial violenta entre os “democratas civilizados” e moderados e os “bárbaros” extremistas que se recusam a serem “libertados”. De várias maneiras, este é o drama que se repete na política mundial quando um regime político é tido como autoevidente em sua legitimidade e universal em sua aplicabilidade.

Podemos questionar se esta linha de raciocínio se sustenta: em que medida a esquerda também contribui para a ascensão e manutenção de ideais, personalidades, teorias e regimes autoritários, preconceituosos e totalitaristas? É notável que regimes inspirados em ideias marxistas, de Stalin na URSS a Mao na China e a família Kim na Coreia do Norte acumulam uma ficha de crimes contra a humanidade que revisionistas tentam abrandar ou justificar.

Sob o comando de Stalin, a URSS perpetrou perseguições e execuções políticas, crises de fome (sendo o Holodomor a mais lembrada e contestada), *gulag* (sistema de campos de concentração da União Soviética) e expurgos internos. Gray (2019, p. 40) é contundente ao afirmar que “Ao contrário do que sustentaram gerações de progressistas ocidentais, não foram o atraso nem os erros russos na aplicação da teoria marxiana” que redundaram em consequências tão nefastas. Tomando como exemplos os projetos comunistas de Lenin (Rússia), Mao (China) e Ceausescu (Romênia), conclui que estes regimes “[...] e muitos outros representavam variantes de um mesmo modelo ditatorial. Tendo sido um movimento que objetivava a liberdade universal, o comunismo se transformou em um sistema de despotismo universal” (Gray, 2019, p. 40).

Para citar um dos exemplos mais notáveis, temos a Grande Fome Chinesa de 1959 – 1961, que muitos historiadores consideram uma consequência direta do plano

de desenvolvimento de Mao, o Grande Salto Adiante, baseado em coletivização agrária e industrialização forçada. Os números variam de acordo com a fonte, ficando entre 15 a 45 milhões de mortos. Para Service (2018, p. 388), a estimativa mais plausível é de ao menos 30 milhões.

Estes são só alguns dos problemas que a implementação de ideias de extrema esquerda causou. O extremismo sempre tem um custo humano, econômico e moral insustentável, seja qual for seu matiz ou vertente. Mas suas narrativas grandiosas e sedutoras sempre atraem novos adeptos, vestindo novos disfarces e agitando bandeiras que se conectam com o lado mais obscuro e violento da psique humana, engatilhado por medo, intolerância e insatisfação. Como observa Tormey (2019, p. 67), quando da grande recessão do final dos anos 2000 e dos movimentos sociais que surgiram em seu ensejo: “Os cidadãos se mostraram indiferentes ao fato de as elites serem de centro-esquerda ou centro-direita, de usarem uma gravata vermelha ou azul”. Momentos de grande descontentamento e incerteza favorecem a ascensão de demagogos e agitadores extremistas.

2 ESQUERDA E DIREITA

Conforme pontuamos no primeiro capítulo, as definições de filosofia política refletem, em maior ou menor grau, o comprometimento ideológico de cada autor. O assunto que trataremos agora não é menos vasto que o anterior, e é provavelmente um dos tópicos mais polêmicos da filosofia política contemporânea: a diferença entre esquerda e direita. De teorias que as consideram essencialmente de um ponto de vista econômico, àquelas que tentam harmonizar aspectos econômicos com culturais e sociais, até as que afirmam que a díade esquerda-direita não faz mais sentido, as definições de esquerda e direita carregam um peso conceitual e histórico considerável, despertam paixões políticas, e motivam um número crescente de teses, artigos e ensaios que se somam na bibliografia da filosofia política.

2.1 PERSPECTIVA HISTÓRICA

Esquerda e direita entram para o vocabulário político após a Revolução Francesa, nos parlamentos realizados entre 1789 e 1799. Neste contexto, os

burgueses moderados se sentavam à direita e os burgueses revolucionários, à esquerda. A direita era representada pelos girondinos, a alta burguesia que reivindicava o liberalismo econômico e a monarquia constitucional. Já os representantes da esquerda, que ficaram conhecidos como jacobinos, eram a baixa burguesia que tinha ideias mais radicais, como o anticlericalismo, a abolição completa da monarquia e a instauração de um regime republicano (Corradini, 2019). Assim, tanto direita quanto esquerda estavam associadas com o terceiro estado (a burguesia), o que mudaria no fim do século XIX com a teoria marxista da luta de classes, na qual a burguesia passou a estar associada com uma direita dominante econômica e ideologicamente (os capitalistas), e a esquerda passou a ser identificada com o proletariado explorado.

É claro que esta transfiguração da burguesia em direita capitalista não foi um salto teórico efetuado por Marx de maneira gratuita; há uma longa historiografia que envolve tanto as cisões internas dos próprios movimentos revolucionários e as polêmicas entre revolucionários e reacionários, bem como à reação internacional a ela, que contava com o apoio de figuras como o filósofo americano Thomas Paine e era criticada pelo antirrevolucionário inglês Edmund Burke⁴. Suas ideias contribuíram para a identificação entre esquerda e progressismo e entre direita e conservadorismo, que posteriormente adquiriram uma dimensão econômica (graças ao liberalismo clássico e ao marxismo), na qual correlaciona-se a direita com a defesa incondicional da propriedade privada e do livre comércio (pilares do liberalismo econômico), e a esquerda com a redistribuição da riqueza e intervenção estatal no mercado. Nas palavras de Jean-Luc Nancy,

Poderíamos dizer: a direita implica uma metafísica de algo dado, absoluta e primordialmente dado, e em relação ao qual essencialmente nada ou muito pouco pode ser mudado. A esquerda implica o inverso: que isso pode e deve ser mudado. (Nancy, 2019, p. 177).

Encontramos nas filosofias de Hobbes e Rousseau um exemplo dessa metafísica, ou talvez seja melhor chamá-la de antropologia política. Hobbes –

⁴ A entrevista do historiador Daniel Carvalho ao site Café História (15 de junho de 2022) fornece comentários adicionais e uma visão panorâmica da influência intelectual da Revolução Francesa, e também sobre o uso político contemporâneo de termos como terror, direita e esquerda. *O Grande Debate*, de Yuval Levin (Editora Record, 2017) é uma análise comparativa das filosofias de Paine e Burke e como elas estão na raiz da divisão liberal entre progressismo e conservadorismo.

defensor da monarquia absoluta – via a natureza humana como violenta e egoísta: *homo homini lupus*, o homem é o lobo do próprio homem. Cabe ao Estado, instituído pelo contrato social, manter a paz e a ordem monopolizando a força e instilando o temor da Lei nos cidadãos. Já Rousseau tem uma apreciação mais positiva da natureza humana, de sua inocência primordial, e de como a sociedade acaba por corrompê-la. Para o primeiro, a natureza humana é “dada”, imutável, de modo que deve ser permanentemente vigiada e controlada. Para o segundo, se há uma natureza humana, ela é boa, e o ônus de seu extravio ou manutenção cabe ao governo, que pode ser mudado no sentido de extrair o melhor do ser humano.

Uma associação frequente na análise política contemporânea é aquela que, conforme mencionamos, tem sua raiz no marxismo, e que se firmou de maneira irreversível após a Segunda Guerra Mundial e o advento das experiências de inspiração marxista: a identificação de socialismo com esquerda e do capitalismo com direita. Esta é a situação que encontramos ao longo da Guerra Fria (1947-1951), que polarizou o mundo em dois blocos: os capitalistas, encabeçados pelos EUA, e os socialistas, sob a égide da URSS. É claro, também haviam países não alinhados, resultando em um movimento próprio que buscava se distanciar das duas superpotências e manter sua independência político-econômica, como Egito, Índia, Indonésia e Paquistão. O próprio Bobbio (2011, p. 28), porém, nos alerta para não confundir esquerda e direita com comunismo e capitalismo, já que a *díade* tem uma história que precede e atravessa estas ideologias, e que também se evidencia na existência de uma esquerda dentro dos países capitalistas. Mas o impacto da Guerra Fria na geopolítica e na ideologia do século XX foi tão profundo que, após a queda do muro de Berlim e a dissolução da União Soviética, alguns autores, como nota Bobbio (2011, p. 27), chegaram a estipular o fim dos grandes conflitos ideológicos, e o triunfo definitivo do liberalismo. Mas é realmente este o caso? O comunismo, enquanto inspiração política e modelo econômico, deixou de ser uma influência real na política global? A direita liberal obliterou seus oponentes à esquerda, tornando a *díade* ultrapassada? Estas e outras críticas são rebatidas por Bobbio em sua defesa da *díade*, como veremos adiante. Mas antes, façamos uma incursão na noção de espaço político, para melhor localizar o problema e facilitar a ulterior definição de esquerda e direita.

2.2 ESPAÇO POLÍTICO

A díade esquerda-direita pertence à análise e classificação do chamado espaço político nas democracias modernas. Sua origem, e a da própria noção de espaço político, encontra-se na Revolução Francesa, o grande evento histórico a qual todas as democracias liberais devem sua existência, de fato ou ideologicamente. Portanto, tanto a noção de espaço político quanto a díade esquerda-direita pertencem a um recorte histórico e analítico bem delimitado, não fazendo sentido falar em esquerda e direita antes da Revolução Francesa, ou em espaço político da democracia ateniense, pois incorreríamos em anacronismo.

Conforme D'Alimonte et al. (1998, p. 392), "[...] entende-se por espaço político a área de conflito que constitui a base da relação entre eleitores e partidos, num dado sistema político e num certo momento histórico". É a arena onde ocorrem os conflitos políticos, cuja expressão mais significativa é a disputa eleitoral nas urnas, mas que também é a base dos referendos, das querelas entre governo e oposição, e dos debates e posicionamentos pessoais fora da esfera da política profissional. Estes conflitos dizem respeito a questões econômicas, sociais, legais, e até étnicas e linguísticas, que são relevantes em um determinado momento e que se resolvem por meio dos processos democráticos.

O conflito é uma condição necessária, mas não suficiente, para a existência de um espaço político. Importante salientar que nem só de conflito vive a política: a possibilidade de se buscar um consenso recorrendo a meios pacíficos é um processo intrínseco à quase todos os sistemas políticos e formas de governo. Quando o conflito e a polarização se tornam tão exacerbados a ponto de impedir a tomada de decisões, bem como quando o consenso é fabricado (termo usado pelo escritor e jornalista Walter Lippman, por Noam Chomsky, e outros) por instituições, partidos, mídia, nos afastamos da democracia plena. Além disso, é necessário um certo grau de racionalidade, ou, talvez seja mais correto dizer, um direcionamento específico da razão que se difere da que encontramos, por exemplo, na democracia clássica ateniense ou em um regime totalitário.

A democracia antiga, definida por Singer et al. (2021, p. 36) como "[...] o autogoverno do povo, no qual todos os grupos sociais livres, independentemente de riqueza e status, estavam credenciados a participar diretamente das decisões

comuns”, ainda que fosse mais inclusiva do que a monarquia e a aristocracia, excluía da vida política as mulheres, os escravos, os estrangeiros. Não obstante, ainda hoje, o uso da argumentação e da persuasão são ferramentas para justificar a inclusão ou exclusão de pessoas e grupos de um território democraticamente governado ou de instâncias da democracia. No primeiro caso, podemos usar como exemplo a crise humanitária dos refugiados na Europa, que numa análise ampla separa conservadores de direita que defendem restringir o acesso ou até mesmo expulsar os imigrantes do território europeu da esquerda que pretende incluí-los na sociedade, reconhecendo sua cidadania. No segundo, leis como a chamada “Lei da Ficha Limpa”, que restringe a candidatura de pessoas com condenações criminais. A ligação entre democracia e razão (*logos*) é um tema recorrente na filosofia política⁵.

Além dos conflitos, que com certeza existem em qualquer época e sistema político, e do debate democrático, é preciso que o espaço político seja organizado de tal maneira que permita a compreensão e avaliação das diferentes dimensões de uma discussão (como, por exemplo, ser a favor, contra ou indiferente a uma questão como a reforma agrária ou o estatuto legal do aborto), e esta compreensão deve refletir uma coerência interna dos próprios partidos para tornar perceptíveis separações e diferenças reais entre eles e permitir a identificação entre os eleitores e os partidos.

Obviamente, tais condições constituem uma situação ideal que pode se realizar em diferentes graus, ou sequer se realizar. A própria compreensão do espaço político por parte dos eleitores é uma variável epistêmica e psicológica cujas raízes talvez sejam inescrutáveis, o que quer dizer que a escolha de um partido ou a defesa de uma pauta, muitas vezes, é motivada por fatores sociais ou inconscientes, ao qual se segue uma racionalização, mas cuja motivação não é, fundamentalmente, racional. Ainda assim, é inegável que existe uma dimensão racional em todo discurso político, até mesmo no mais tendencioso ou superficial. Por isso, não podemos afirmar que a

⁵ Assim como muitos termos emprestados da Antiguidade, a palavra “democracia”, sabidamente, tinha uma conotação muito diferente na Atenas do século VI a.C. O mesmo se dá, por exemplo, com o “átomo” de Leucipo e Demócrito e o de Rutherford-Bohr. Podemos, no máximo, dizer que são teorias do mesmo gênero, que surgiram para explicar o mundo físico, mas cuja continuidade é duvidosa e cujas semelhanças não podem nos distrair do fato de que, talvez, só compartilhem o nome e a pretensão científica. No caso da democracia antiga e das modernas, compartilham o nome e a pretensão de um certo ordenamento político ligado ao povo (*demos*), ou melhor, à participação política daqueles a quem é concedido o *status* de cidadão. Sobre estes pontos, é útil remeter aos escritos de Arendt em *A promessa da política* (2022, p. 91) e de Vernant, *As origens do pensamento grego* (2022, pp. 53-55). Já o totalitarismo, por definição, suprime as diferenças e com elas o conflito, como atesta Arendt em *Origens do totalitarismo* (4º capítulo da parte 3, *Ideologia e terror: uma nova forma de governo*).

política que se realiza no espaço político democrático não se presta a uma análise racional. A falta de conhecimento ou interesse político que pode ser verificada no eleitorado também não dirime esta ferramenta conceitual, pois, a despeito das dificuldades que possam emergir da ignorância política das massas, das diferenças de entendimento, e mesmo da falta de coerência interna dos julgamentos, ainda assim ela mantém sua funcionalidade e aplicabilidade tanto para o eleitor quanto para o pesquisador. Ela fornece um *mapa político* cujas coordenadas, ainda que incompletas e imperfeitas, possibilitam aos eleitores e partidos um referencial comum com o qual dialogar. Em resumo, o espaço político

É uma estrutura feita de imagens simplificadas da complexa realidade dos partidos, mas nem por isso menos capaz de oferecer aos eleitores uma síntese das particularidades politicamente mais relevantes de cada um desses partidos. (D'alimonte, p. 392).

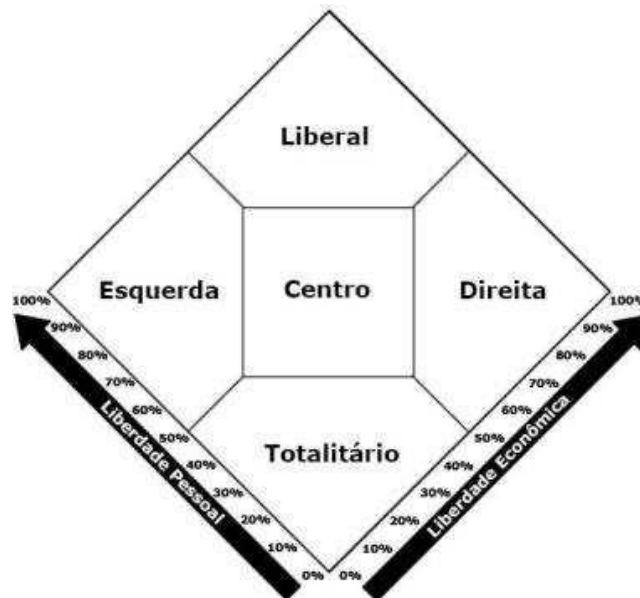
Os espaços políticos podem ser lineares ou pluridimensionais. O espaço linear mais simples e mais utilizado nas democracias ocidentais é a dimensão esquerda-direita. Esta sistematização e a associação de esquerda com intervenção econômica e direita com capitalismo *laissez-faire* apareceu primeiro na obra do politólogo estadunidense Anthony Downs, enquanto “Para Lipset e muitos outros, o divisor de águas entre esquerda e direita está na atitude favorável ou não às políticas de mudança no status quo (BOBBIO et al., 1998, p. 392), ou seja, numa atitude progressiva, pró-mudança, ou numa atitude conservadora, como já foi visto em Nancy, e que encontraremos novamente em Cofrancesco (criticado por Bobbio; ver p. 55). Independentemente da definição mais aceita, o *continuum* esquerda-direita serve para simplificar a escolha eleitoral e facilitar a comunicação entre eleitores e partidos. Sobre os partidos, ou melhor, sobre o partidarismo (a tomada de posição, o engajamento político que não necessariamente está ligada a um partido oficial, mas primeiramente a uma causa ou ideologia), Rosenblum (2008, p.7) chega a afirmar que “O partidarismo [...] é a identidade política da democracia representativa.”

Por sua simplicidade e ampla aplicabilidade o conceito apresenta-se útil, mas também revela sua fraqueza. Muitas vezes, esta linha é insuficiente para explicar e situar partidos e eleitores. Fatores ideológicos, religiosos, étnicos, entre outros, acrescentam modificadores adicionais ao espaço político, entrecruzando-se, como subentendido no Teste utilizado nesta pesquisa.

Entrecruzando-se duas linhas que representam diferenças econômicas e ideológicas, podemos dispor o espectro político em um plano bidimensional. Esta divisão em dois eixos foi originalmente desenhada no chamado diagrama de Nolan (Figura 1), que por sua vez é uma adaptação de um diagrama político criado pelo psicólogo Bob Altmeyer. Na descrição de Messagi (2020, p. 88),

O diagrama de Nolan considera que o posicionamento político tem relação com o papel do Estado na sociedade. Elaborado por David Nolan, utiliza duas categorias: a atividade econômica e a atividade pessoal. O Estado pode restringir ou liberar a vida pessoal, em temas como consumo de drogas, sexualidade, etc. Também pode ter papel mais interventor na economia ou menos. O posicionamento ideológico de pessoas, partidos e outras organizações pode ser definido em torno destes eixos.

Figura 1 – Diagrama de Nolan



Fonte: Enciclopédia Significados. [Diagrama de Nolan]. Disponível em: <https://www.significados.com.br/diagrama-de-nolan/>. Acesso em: 11 mar. 2024.

Bobbio opera uma divisão semelhante em sua defesa da díade esquerda-direita, as quais ele associa com os ideais de igualdade e desigualdade, respectivamente; ideais sujeitos à historicidade, à relatividade cultural, e, também, à interpretação individual, mas, ainda assim, aceitáveis por sua ubiquidade na teoria e na realidade. Esquerda e direita não são conceitos vazios, mas possuem um conteúdo fortemente axiológico (valorativo), e este componente moral e sentimental reflete na construção das visões de mundo, programas partidários e ideologias. Em

outras palavras, para Bobbio, esquerda e direita são racionalizações posteriores a um ideal fortemente emocional: “não há ideal que não seja impelido por uma grande paixão” (Bobbio, 2011, p. 142). O que, como veremos na defesa de Bobbio face às críticas de Anderson, não invalida a díade; pelo contrário, fornece uma base clara para suas pretensões, que encontram-se nos valores supremos por elas cultivados.

Vale lembrar o uso neutro que Bobbio faz dos conceitos de igualdade e desigualdade, e também de autoridade e liberdade. Como conceitos atrelados a paixões, pode-se imaginar que o grau de apreciação que cada pessoa, partido ou nação atribui a eles varia muito, assim como variam suas aplicações (igualdade entre quem, em relação a quem e segundo qual critério? Liberdade de quem e para quem?), que só fazem sentido quando se traduzem em propostas e ações concretas. O autor, embora assuma uma posição à esquerda, não toma desigualdade como um conceito negativo *a priori* – mas é esperado que ela seja vista como um problema mais pela esquerda do que pela direita. Tais dissensões são óbvias e integram a política, certamente, há mais tempo que a própria noção de esquerda e direita.

2.3 DIREITA E ESQUERDA: A DEFINIÇÃO DE BOBBIO

2.3.1 Apontamentos preliminares

Em sua obra *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*, Bobbio defende a dicotomia esquerda-direita como epistemologicamente válida, contra o esvaziamento pós-moderno destas categorias, reconhecendo conjuntamente a possibilidade de outras distinções adicionais: extrema direita, extrema esquerda, direita moderada, esquerda moderada, centrismo.

Bobbio sublinha a condição da díade esquerda-direita à época (o livro foi originalmente publicado na Itália em 1994), situação que em linhas gerais não mudou muito até o presente momento: por um lado ela ainda é utilizada e defendida, por outro ela é fortemente criticada. Fiel ao método analítico, Bobbio separa os críticos em três grupos: primeiro, os que sustentam que esquerda e direita são, atualmente, termos vazios, anacrônicos, incapazes de se sustentar faces às mudanças geopolíticas; segundo, os que reconhecem a legitimidade da díade, mas que discordam dos

critérios usados por ele para distinguir os elementos do par; e por fim, os que aceitam tanto a díade quanto o critério, mas acham-na insuficiente.

Contidas nas críticas, há alegações tanto de que ela é confusa e nebulosa quanto simplista demais. Responde Bobbio:

A distinção entre dois polos, direita e esquerda, corresponde tanto mais ao real estado das coisas – e, como tal, é simples mas não simplista – quanto mais um sistema político aceita como regra fundamental do jogo a alternância entre um e outro polo, como ocorre num sistema político democrático idealmente perfeito. (Bobbio, 2011, p. 12).

Podemos constatar a insatisfação com o jogo democrático e, conseqüentemente, com a própria díade, nos atos antidemocráticos cometidos pela extrema-direita recentemente, dos quais destacam-se dois eventos: a invasão do Capitólio nos Estados Unidos e a invasão ao Congresso Nacional brasileiro.

O próprio Bobbio reconhece que a distinção esquerda-direita não é a única possível, e que variadas distinções podem conviver com a díade ou participarem dela na forma de uma releitura: estatismo e liberismo (antiestatismo), progresso e tradição, individualismo e holismo, entre outras. O que torna a díade esquerda-direita mais universal que estas alternativas é sua relação com os princípios de igualdade e desigualdade, respectivamente, isolados de juízos de valor. Nas próximas seções, esta ideia será aprofundada e reforçada.

A queda do muro de Berlim, símbolo da decadência do poder da esquerda mundial, e, mais recentemente, a globalização, são apontados como eventos que demarcam a expiração da díade (Bobbio, 2011, p. 15). Ironias à parte, é uma crítica que parte tanto de teóricos da direita quanto da esquerda. À direita, temos o exemplo de Fukuyama (Bobbio, 2011, p. 22) e sua tese do “fim da história” e hegemonia da democracia liberal. A posição de Fukuyama é de que “[...] as grandes discussões políticas acabaram. Chegaram ao fim com o triunfo da democracia liberal, de livre mercado. Alguns países e culturas levariam mais tempo do que outros para chegar lá, porém no fim todos chegariam.” (Marr, 2015, p. 455). Longe de sufocar a díade, o proclamado “fim da história” apenas afirma a identificação de direita liberal com progresso e de autoritarismo e esquerdismo como forças que atravancam a evolução

ideológica e material da humanidade. O otimismo de Fukuyama foi alvo de críticas tanto da esquerda como da direita⁶.

Já à esquerda, a crítica de Chomsky (Bobbio, 2011, p. 19), de que a direita se tornou hegemônica a ponto de anular a efetividade política da esquerda, tampouco derruba a velha dicotomia. Pelo contrário: evidencia uma situação em que a esquerda aparece ofuscada e até cooptada pela direita, mas ao mesmo tempo, revela a persistência ideológica de uma esquerda autocrítica. Isto é, mesmo que na prática a direita tenha se tornado dominante, enquanto existirem intelectuais e partidários da esquerda (ou, o que dá no mesmo, do igualitarismo sobre a desigualdade), a díade sobrevive. Posicionamento semelhante ao de Chomsky encontra-se no *Abecedário de Gilles Deleuze*, documentário que consiste em uma série de perguntas dirigidas ao filósofo por sua amiga e ex-aluna Claire Parnet. Ao ser questionado sobre o que é ser de esquerda, Deleuze afirma que não existe governo de esquerda; existe, no máximo, um governo que acata algumas reivindicações e pautas de esquerda. E também, que a esquerda se preocupa mais com a justiça social e com as pautas minoritárias (lembrando que ser minoria não é somente uma questão de quantidade, mas principalmente de estar excluído de um grupo privilegiado): “Ser de esquerda é saber que os problemas do Terceiro Mundo estão mais próximos de nós do que os de nosso bairro” (Abecedário, 1996). Nada disso encontra-se em desacordo com as conclusões que Bobbio apresenta:

Mas, enquanto existirem homens cujo empenho político seja movido por um profundo sentimento de insatisfação com o sofrimento perante as iniquidades das sociedades contemporâneas [...] eles carregarão consigo os ideais que há mais de um século tem distinguido todas as esquerdas da história (Bobbio, 2011, p. 41).

⁶ Uma análise que sintetiza as críticas de esquerda às ideias de Fukuyama pode ser lida no blog Brasil Debate, do site Carta Capital: *Uma nota sobre “O Fim da História”, de Francis Fukuyama* (12 de abril de 2019). Um trecho selecionado: “[...] com a ‘vitória avassaladora do capital sobre os movimentos operários’ [...] estabeleceu-se um padrão de acumulação de capital que solapa a base material para a propagação dos ideais políticos liberais, tais como igualdade, liberdade e fraternidade, consagrados com a Revolução Francesa e rotinizados como os princípios modernos que todas as sociedades deveriam almejar.” (Debate, 2019).

2.3.2 Esquerda, direita e centro

Esquerda e direita são termos antitéticos usados para explicar diferenças e conflitos ideológicos no universo da política. São termos mutuamente excludentes e conjuntamente exaustivos, o que significa que um movimento (ou partido, ou ideologia...) não pode ser ao mesmo tempo de esquerda e de direita, e que sempre será ou de esquerda ou de direita (Bobbio, 2011, p. 49).

Não reproduziremos aqui os contra-argumentos de Bobbio àqueles que criticam o pensamento diádico em si, nem os que se referem a um suposto esvaziamento histórico da díade ao qual já dedicamos as seções anteriores. Mas é notável que o caráter conjuntamente exaustivo cria uma situação problemática: se tudo é de esquerda ou de direita, como explicar o centro? E como explicar os partidos e ideologias que parecem fugir desta classificação (como os “verdes”, partidários do ambientalismo)?

Já nos referimos à noção de espaço político, e ela voltará a figurar na exposição de Bobbio sobre a díade, que, de fato, em suas nuances, revelar-se-á primeiramente como tríade, depois como “pentíade”: entre esquerda e direita, há um centro, e, igualmente, entre o centro e a esquerda extrema há uma centro-esquerda ou esquerda moderada e entre o centro e a direita extrema, uma direita moderada (Bobbio, 2011, p. 54) (ver Figura 2, p. 60).

Ora, toda díade pressupõe naturalmente a existência de um termo médio hipotético ou factual. No jogo político, fala-se em centrismo, centro-esquerda, centro-direita. Essa situação não passa despercebida por Bobbio. Para ele, o centro se resolve como um Terceiro Incluído – partidos que se definem como nem esquerda, nem direita, ou Terceiro Inclusivo – partidos que pretendem uma síntese ou uma superação simultaneamente da esquerda e da direita. Simplificando: “Enquanto o Terceiro Incluído pode ser representado pela fórmula ‘nem-nem’, o Terceiro Inclusivo encontra sua própria representação abreviada na fórmula ‘e-e’.” (Bobbio, 2011, p. 56).

Sobre o Terceiro Incluído, Bobbio repara que o pluralismo democrático tende a criar e fortalecer partidos e coalisões de centro a ponto de sobrepujar a importância política da esquerda e da direita “puras”. Mas em vez de negar a díade, tal situação só pode existir dentro dela: “o próprio centro, ao se definir nem como direita nem como

esquerda e não podendo se definir de outro modo, pressupõe a antítese e extrai da existência dela sua própria razão de existir” (Bobbio, 2011, p. 54).

Já o Terceiro Inclusivo é uma política de centro que “[...] se apresenta não como uma forma de compromisso entre dois extremos, mas como uma superação simultânea de um e de outro, e portanto como uma simultânea aceitação e supressão deles [...]” (Bobbio, 2011, p. 56). Para Bobbio (2011, p. 57), o socialismo liberal ou liberal-socialismo é um exemplo de Terceiro Inclusivo⁷.

Embora Bobbio não dê muita atenção ao centro, mesmo caracterizando-o como parte integrativa de um espectro político linear, podemos nos perguntar até que ponto faria sentido defender uma “ideologia de centro” ou o centrismo como um ponto de equilíbrio entre extremos e, justamente por isso, uma posição democrática por excelência. A favor do centrismo, temos sua capacidade de articular pautas conflitantes sem prender-se a ideais de esquerda ou direita, sua natureza sintética que pode, se bem direcionada, levar à avanços que a esquerda e a direita tradicionais demorariam a alcançar ou nunca alcançariam.

Contra esta ideia, temos a tendência, aparente nos regimes democráticos, sobretudo naqueles que se mostram mais instáveis, à uma maior oscilação do centro para as extremidades: um centro puro, ou mesmo uma terceira via, tende a desviar-se para um dos lados rapidamente. Podemos observar este mecanismo em ação na polarização que se acentuou na política nacional nos últimos anos. Também podemos questionar se um partido completamente de centro teria força retórica e apelo popular o suficiente para garantir sua existência, pois a maioria dos eleitores foge de ambiguidades e prefere uma visão simplificada na hora de escolher seus representantes. Enfim, o centro é uma força discursiva e pragmática indispensável em uma democracia saudável, reunindo uma parcela significativa do eleitorado: segundo Lissardry (2022), pesquisas na América Latina revelam que 40% a 50% da população prefere o centro a esquerda ou direita, porcentagem reafirmada pela economista chilena Marta Lagos (2024), ainda que, na América do Sul, apenas dois países tenham governos de centro (centro-direita), conforme reportagem de O Globo (2023). Mas,

⁷ "A doutrina liberal-socialista é fruto de uma análise fechada, embora à sua maneira distante e serena, da crise em que se encontram o socialismo marxista e o liberalismo livre-cambista." (Bobbio, Matteucci, 1998, p. 706). No plano prático, defende as seguintes ideias: na política, a democracia e a liberdade de expressão; no campo econômico-social, um equilíbrio entre livre mercado e estatismo, inclusive com a possibilidade de redistribuição de renda; e no campo internacional, a defesa da cooperação e o combate ao racismo, ao imperialismo, ao nacionalismo.

justamente por se desenvolverem e ao mesmo tempo favorecerem um ambiente politicamente tranquilo, as políticas de centro podem se deteriorar frente às agitações populares que emergem de problemas imprevistos ou ignorados como imigração, crises econômicas, conflitos étnicos, crime organizado, ou a simples perda de identificação entre eleitores e partidos.

Quanto aos temas transversais que parecem atravessar a díade e, ao mesmo tempo, questionar sua validade, é citado o exemplo do ambientalismo. Bobbio afirma que já é possível vislumbrar um ambientalismo de esquerda e um ambientalismo de direita, de acordo com a origem e a justificação das preocupações com a natureza, bem como as soluções propostas (Bobbio, 2011, p. 60). Poderíamos incluir no primeiro grupo o ambientalismo que considera a natureza um “sujeito de direitos” (Bobbio, 2011, p. 59), uma estrutura maior ao qual o ser humano deve sua existência (e não o contrário), e cuja ação ética e política deve concentrar-se mais na sua preservação e cuidado do que na sua exploração: não só minimizar o impacto humano, mas evitá-lo tanto quanto possível, mesmo ao custo do crescimento econômico. É a visão que transporta para o meio-ambiente a categorização de minoria injustiçada⁸. No segundo grupo, que poderíamos chamar de ambientalismo de direita, a preocupação com a natureza é subordinada à preocupação com a existência humana e seu progresso, tentando maximizar os recursos enquanto minimiza o impacto ambiental: é o discurso do ambientalismo *mainstream*, preocupado com a sustentabilidade e a preservação dos recursos para as “gerações futuras” de maneira mais pragmática.

Retomando o assunto principal, há uma dependência mútua entre os dois termos da díade, de modo que se um desaparece, o outro tem o mesmo destino. Se não há mais esquerda, não há mais direita e vice-versa. Esta tese aparece em momentos críticos em que um dos lados perde força e relevância, como aconteceu, por exemplo, com a direita após a derrocada do fascismo e com a esquerda após a queda dos regimes comunistas (Bobbio, 2011, p. 65). Mas é evidente que esta reação

⁸ Uma forma radical do ambientalismo é o anarco-primitivismo, ou eco-primitivismo, que por si só já é uma posição que está além da linha democrática esquerda-direita (como toda forma de anarquia). Uma resposta elaborada pelo ativista ambiental, autor e professor universitário Brian Tokar encontra-se no site Federação Anarquista: "A estupidez perigosa do eco-primitivismo: Uma resposta a John Zerzan e Derrick Jensen", publicada em 05 de maio de 2021. Lê-se: "Zerzan e Jensen tornaram-se ícones do ambientalismo radical durante a era pós-Seattle/OMC, e ambos ainda acreditam que a civilização humana está inerentemente em desacordo com a realização pessoal e a proteção da biodiversidade natural." (Tokar, 2021).

é uma forma de autodefesa, um mecanismo de emergência: “Em um universo no qual as duas partes contrapostas são interdependentes [...] o único modo de desvalorizar o adversário é desvalorizar a si mesmo.” (Bobbio, 2011, p. 63). Estes períodos de crise acabam por incubar novas formas de organização de esquerda e direita, a ponto de que hoje fala-se em muitas “esquerdas” e muitas “direitas”, o que comprova que a *díade* foi capaz de sobreviver às crises históricas até o presente momento (Bobbio, 2011, p. 64). Em suma, por mais que o ambientalismo pregue a preservação do meio-ambiente como meta, os meios, os motivos e os graus (quanto do que deve ser preservado) diferem entre a esquerda e a direita.

A crítica mais severa, porém, é aquela que afirma que esquerda e direita perderam sua razão de ser pois, no cenário político atual, instalou-se tão grande confusão de princípios que é comum ver a direita absorvendo pautas de esquerda e, principalmente, a esquerda defendendo pontos de direita, incorrendo em sua autoanulação. É este o tom da crítica de Perry Anderson, que considera a definição irrealista, profundamente idealista, e não corroborada empiricamente (Bobbio, 2011, p. 176). Bobbio defende a distinção reafirmando o valor puramente axiológico dos termos, o que, longe de refutar sua validade diante das críticas de Anderson, comprova como eles ainda mantêm sua carga semântica (esquerda igualitária, direita inigualitária); se a esquerda usa meios tradicionalmente associados à direita e vice-versa, o próprio questionamento pressupõe a existência de uma e de outra, mantendo a utilidade da distinção, apesar da oscilação na *práxis* partidária. O jogo político não muda: os fins ainda são os mesmos, apenas os meios – as cartas nas mãos dos jogadores, as estratégias, e até mesmo os blefes – é que mudaram. Se isso não é suficiente para nos convencer da utilidade da *díade*, podemos recorrer a mais duas instâncias em que Bobbio a defende diante da acusação de incoerência feita por Anderson.

Se a esquerda perdeu o sentido em um cenário político dominado pela direita, e por isso for obrigada a aceitar as condições criadas por governos de direita para sobreviver, isso não altera seu objetivo: as condições impostas pela direita acirram a desigualdade, que não pode ser combatida em nenhum nível e em nenhum cenário possível sem se recorrer ao ideal principal da esquerda, que é a igualdade. Mesmo perdendo todo território, ou uma grande parte dele, é a luta pela igualdade que dá

propósito à esquerda. Este argumento ecoa aqueles que já foram vistos anteriormente a respeito das críticas de Chomsky e Deleuze (ver p. 48).

A segunda passagem que reproduzimos aqui é pontual: “Nunca como nesses últimos anos, desde que a direita ergueu a cabeça, os suspeitos de serem de esquerda foram tão atacados e insultados como inimigos da pátria” (Bobbio, 2011, p. 184). Apesar de estar se referindo à Itália do fim dos anos 90, é uma observação que cabe perfeitamente no cenário político brasileiro atual. Diante disso, como podemos negar que direita e esquerda ainda são referenciais indelévels?

2.3.3 Extremismo e moderação

Anteriormente, aludimos que a moderação e o extremismo convivem com a díade e a complementam. O fascismo é considerado por Bobbio um exemplo de extrema-direita, e o comunismo soviético um exemplo de extrema-esquerda. Segundo ele, a rejeição da democracia é a característica que distingue as alas extremas, tanto à esquerda quanto à direita, das mais moderadas, naturalmente democráticas.

O extremismo também se caracteriza pelo anti-iluminismo: rejeita o primado da razão, o progressismo, a liberdade individual e a tolerância características do Iluminismo e abraça seus opostos – paixão (voltada para a nação, o partido ou o líder supremo), reacionarismo, coletivismo e intolerância. Previne-se contra o *sapere aude* kantiano com a fórmula *noli autum sapere sed time* (não te envaideças de teus elevados saberes; teme-os) (Bobbio, 2011, p. 72).

Por fim, há uma exaltação da violência que é comum tanto aos reacionários quanto aos revolucionários, expressa como um conflito entre os valores do guerreiro (heroísmo, coragem, ousadia) e do comerciante (tolerância, razoabilidade, mediação); os primeiros se destacam nos regimes antidemocráticos marcados pelo militarismo, que equacionam democracia com “mediocracia”, enquanto os segundos são necessários para a democracia não apenas no sentido de uma economia liberal, mas também ideologicamente, no seu “[...] amplo mercado de opiniões, de ideias, de interesses em conflito” (Bobbio, 2011, p. 75).

Desnecessário dizer que não se pretende confundir fascismo com comunismo, senão apontar características em comum nos exemplos históricos mencionados. No fim das contas, apesar das semelhanças, ainda são opostos que se excluem

mutuamente, "E excluem-se exatamente porque reproduzem, em seus traços peculiares, as características salientes [...] daquilo que até agora foi típico da direita e da esquerda." (Bobbio, 2011, p. 77).

2.3.4 A importância da neutralidade

Afirmamos com Strauss, no primeiro capítulo, que a política sempre pressupõe um grau de opinião misturado ao conhecimento "científico". Bobbio também reconhece isto ao afirmar que grande parte da linguagem política remete à linguagem comum, portanto, a termos não rigorosos, como é o caso da díade esquerda-direita (Bobbio, 2011, p. 85). A origem e popularização de termos políticos como neste caso não desautorizam sua continuidade e a importância de uma análise séria. Se assim fosse, outros termos básicos da política como corrupção, partido, populismo, seriam tão ilegítimos quanto esquerda e direita. Só nos restaria a fria análise da legislação e da organização governamental, mas mesmo ela em algum momento teria de fazer referência a realidades do senso comum.

A essa afirmação segue a constatação de que, no uso comum, esquerda e direita servem mais para facilitar o diálogo do que para criar confusões (Bobbio, 2011, p. 79). A confusão parece surgir principalmente no nível mais elevado da discussão – o nível acadêmico, a pesquisa científica – como era de se esperar, pois na busca por definições mais claras (ou na própria crítica da díade) temos de lidar com o assunto em maior amplitude e profundidade, o que, às vezes, exige um olhar microscópico para a fronteira que separa um termo do outro. É um exercício dialético.

Neste exercício, além da negação, surgem diversas outras díades, como a já mencionada e bem conhecida díade amigo-inimigo de Carl Schmitt, segundo a qual na política todo conflito pode ser resumido a duas partes em desacordo (Bobbio, 2011, p. 82). A metáfora espacial (espaço político) é uma das mais comuns, e envolve, além da nossa esquerda e direita, duplas como vanguarda e retaguarda (simbolizadas pelo príncipe e seus sequazes, ou pelo partido e seus representados), próximo e distante (uma esquerda e uma direita mais próximas ou mais afastadas do centro e conseqüentemente entre si). Também temos uma metáfora temporal, que divide a política em futuro e passado (progressistas e conservadores, respectivamente).

Diante de tudo isso, é importante salientar que todos estes termos duais comportam tanto um significado descritivo quanto um valorativo. O significado descritivo é buscado pelo historiador, pelo sociólogo, pelo filósofo, enfim, por um “observador neutro” que procura descrever sem julgar. Já o militante atribui um valor positivo ao seu lado e um valor negativo ao oposto, como geralmente se dá no dia a dia, com partidários de esquerda atacando a direita como essencialmente injusta e direitistas imputando à esquerda a mesma crítica por motivos diferentes. Em defesa da descrição analítica, podemos notar que “O significado descritivo, embora sendo variável, nunca chega a permitir que se atribuam à mesma palavra dois significados inteiramente contrários.” (Bobbio, 2011, p. 85). É claro que a linha entre neutralidade e apologia é tênue (inexistente, diriam os mais cétricos) e é cruzada com frequência, mesmo por pesquisadores científicos. O próprio Bobbio não nega sua simpatia pelo ideal de igualdade, considerando-se de esquerda (Bobbio, 2011, p. 140). Mais importante do que buscar a neutralidade absoluta ou o partidarismo absoluto é não fazer nada de maneira sub-reptícia, e negar-se um posicionamento (ou invalidá-los das maneiras que já tratamos) é um modo comum de esconder juízos de valor sob o verniz da imparcialidade.

2.3.5 Outros critérios de demarcação

Antes de justificar e detalhar os critérios de igualdade e desigualdade como os mais adequados para explicar as diferenças entre esquerda e direita, Bobbio propõe-se a analisar outros critérios existentes e influentes à época, propostos por contemporâneos seus que também se dedicaram ao estudo da época.

O primeiro deles é Dino Cofrancesco, que identifica direita com a defesa da tradição (palavra semanticamente abundante) e a esquerda com emancipação. Porém, Bobbio revela que, apesar de distintos, tais critérios não são opostos, o que compromete a definição da época a partir deles: o contrário de tradição não deveria ser emancipação, mas inovação, e o contrário de emancipação não é tradição, mas imposição ou dependência (Bobbio, 2011, p. 100). No fim das contas, o critério que Cofrancesco tenta assentar recai na distinção entre conservadores e progressistas; este critério, porém, não é um substituto melhor da dicotomia original, pois se o conservadorismo (opondo-se a reformadores, revolucionários e progressistas em

geral) é sempre de direita, o progressismo, entendido como disposição para avançar pautas sociais que mexem diretamente na hierarquia e nos privilégios de uma determinada classe, extirpando-os, diminuindo-os ou expandindo-os para uma parcela maior da população, encontra representantes tanto na ala à esquerda quanto à direita, embora em termos absolutos a esquerda seja considerada mais progressista do que a direita, por acatar reformas mais profundas no campo social e, principalmente, no campo econômico em benefício das minorias. De modo mais específico, existe uma direita que não se preocupa em manter as tradições que são caras aos conservadores (a direita liberal).

Partindo de uma abordagem diferente, mas chegando a conclusões parecidas, Elisabetta Galeotti enuncia que o critério que identifica a direita é a hierarquia, e a esquerda, a liberdade. “Por que ‘hierarquia’ e não ‘desigualdade’?”, pergunta Bobbio (2011, p. 102), não encontrando motivos que justifiquem a assimetria na resposta da autora.

Por fim, uma das distinções mais impactantes é aquela de Marco Revelli, segundo a qual esquerda e direita seriam conceitos relativos, “caixas vazias” que podem ser preenchidas com conteúdos diversos de acordo com o momento histórico, a análise teórica ou uso político que se faz da díade. A única coisa que se mantém é o princípio de não-contradição, que impede que se identifique como direita e esquerda simultaneamente (uma pessoa, uma ideologia, um partido, um governo). Mas Bobbio é célere em apontar que “O próprio Revelli, após ter proposto cinco critérios de distinção entre direita e esquerda, [...] parece ao final atribuir um posto de particular relevo ao critério da igualdade-desigualdade [...]” (Bobbio, 2011, p. 110), o que significa que, mesmo que esquerda e direita sejam, de fato, categorias vazias, têm sido preenchidas amiúde com estes respectivos critérios, como revela a experiência histórica, o uso cotidiano e todas as análises referidas até aqui – incluindo a do próprio Revelli. E é sobre esta distinção que Bobbio assentará sua definição de esquerda e direita.

2.3.6 Igualdade e desigualdade como critérios axiológicos da esquerda e direita

O conceito de igualdade representa um dos fins mais importantes da política, ao lado da liberdade e da paz. Porém, considerado em si mesmo, é um conceito

altamente abstrato e relativo, com um forte apelo emocional, que só se traduz factualmente se fizer referência às seguintes variáveis: os sujeitos, os objetos e os critérios da igualdade, o que pode ser compreendido se respondermos à pergunta: “Igualdade [...] entre quem, em relação a que e com base em quais critérios?” (Bobbio, 2011, p. 113).

Toda doutrina política pressupõe algum grau de igualdade; mesmo em uma sociedade de estamentos, como a feudal, os nobres eram tão iguais entre si quanto diferentes dos camponeses. Existem, é claro, doutrinas políticas, sociedades e governos que reproduzem estruturas, mantêm relações e produzem leis mais ou menos igualitárias; por exemplo, em relação à aristocracia, a democracia liberal é mais igualitária, mas menos igualitária do que o socialismo. Partindo desta ideia, Bobbio imputa como uma constante no pensamento e na ação política da esquerda a ênfase na igualdade, no sentido de um movimento político que busca atenuar ou eliminar as desigualdades sociais ou naturais. Ressaltando que

[...] quando se atribui à esquerda uma maior sensibilidade para diminuir as desigualdades não se deseja dizer que ela pretende eliminar todas as desigualdades ou que a direita pretende conservá-las todas, mas no máximo que a primeira é mais igualitária e a segunda é mais inigualitária. (Bobbio, 2011, p. 119).

“Os homens são entre si tão iguais quanto desiguais” (Bobbio, 2011, p. 119), dependendo do aspecto que considerarmos: são iguais em suas necessidades básicas, mas diferentes no modo de satisfazê-las; iguais em sua mortalidade, mas diferentes em seu modo de morrer; iguais em possuírem uma linguagem, mas diferentes nos idiomas que usam. Destes dados tão óbvios Bobbio aduz a diferença no modo de encarar a desigualdade como o fator básico que diferencia a esquerda e a direita: “Igualitário é quem tende a atenuar as diferenças, inigualitário quem tende a acentuá-las.” (Bobbio, 2011, p. 124). Também o próprio juízo acerca da origem das desigualdades muda entre esquerda e direita: a esquerda tende a considerar que a maioria delas não é natural, mas artificial, produzidas intencionalmente ou acidentalmente pelos homens e mantida por força do hábito e pelos arranjos estruturais. Mudando-se os hábitos e as estruturas, pode-se combater as desigualdades. Em muitos casos, mesmo as desigualdades naturais não são vistas como irremediáveis. Já a direita tende a aceitar como naturais ou imutáveis muitas desigualdades, e até mesmo algumas que não o são, ela tende a ratificá-las por sua

utilidade, conveniência, ou simplesmente, por ceticismo em relação à mudança⁹ (Bobbio, 2011, p. 121).

Anteriormente, mencionamos Hobbes e Rousseau como antitéticos em suas visões sobre o homem e a relação entre natureza e sociedade. Bobbio introduz uma comparação entre Rousseau e Nietzsche, o “anti-Rousseau”, como ele o chama, para exemplificar sua tese de que o mesmo fenômeno (a desigualdade) pode suscitar doutrinas exatamente contrárias na sua origem e nos seus fins: Rousseau acredita que os homens são naturalmente iguais, mas a desigualdade surge entre eles por causa das instituições sociais; Nietzsche crê em uma desigualdade natural que justifica a hierarquização aristocrática dos homens, uma desigualdade que ele considera saudável à humanidade (em todos os sentidos) mas que é atenuada artificialmente e deletariamente pelas mesmas instituições sociais que, para Rousseau, criam a desigualdade: “A mesma corrupção que, para Rousseau, gerou a desigualdade, gerou para Nietzsche a igualdade.” (Bobbio, 2011, p. 122).

Por último, mas não menos importante, devemos frisar a diferença entre a igualdade dos movimentos igualitários e o igualitarismo radical, que prega a igualdade de todos em tudo (Bobbio, 2011, p. 116); a esquerda, entendida como defensora da igualdade, não precisa ser reduzida a busca por uma utopia igualitarista, mas é melhor definida como o lado do espectro político que tende a “[...] exaltar mais o que faz os homens iguais do que o que os faz desiguais, e de outro, em termos práticos, a favorecer as políticas que objetivam tornar mais iguais os desiguais.” (Bobbio, 2011, p. 126). Tudo isto se mostra claro nas passagens que interpretamos até aqui, mas ainda não é suficiente para uma definição unívoca da díade; para isto, ainda falta a inclusão de mais um par de opostos: liberdade e autoridade.

2.3.7 Os termos complementares: liberdade e autoridade

Assim como igualdade é um conceito vazio se não apontarmos os sujeitos, os objetos e os critérios a que ela se refere, a liberdade também é uma expressão fortemente emotiva, mas semanticamente fraca, se não respondermos quem são os sujeitos da liberdade (quem é livre?) e para que são livres.

⁹ Ver a citação de Nancy na p. 40

Igualdade e liberdade não são contrárias, mas são autolimitantes: “[...] nenhum dos dois ideais pode ser realizado em suas extremas consequências sem que se limite as possibilidades de realização do outro” (Bobbio, 2011, p. 128). Esta constatação traz algumas consequências que são de particular interesse para nossa tese, começando com o diferente peso axiológico que estes ideais têm para cada lado da díade. É comum que a esquerda associe igualdade e liberdade como conceitos mutuamente dependentes, segundo o ideal de que só é possível a plena liberdade com a plena igualdade. Portanto, a realização da igualdade é necessariamente anterior à liberdade. Disto deduz-se que todo aumento na igualdade é também um aumento na liberdade. Um dos exemplos mais claros é a exigência por uma educação pública de qualidade, que equipare a formação cultural e profissional das camadas mais desfavorecidas com as mais privilegiadas. Isto elevaria, conseqüentemente, a liberdade de escolha para carreiras que se encontram restritas por fatores econômicos e sociais, o que por sua vez cria um círculo virtuoso onde a liberdade fortalece a igualdade.

Contrariamente, a direita considera liberdade e igualdade como valores independentes, e recomenda a busca pela igualdade tão somente na medida em que ela não afete a liberdade individual. Por isso, o liberalismo clássico (ao qual Bobbio parece estar se referindo) pressupõe apenas aquele igualitarismo mínimo, a igualdade perante a lei, mas não de renda ou *status* social.

Outra consequência é que uma esquerda coerente, sempre que diante da escolha entre sacrificar a liberdade ou a igualdade, deveria optar por preservar a segunda, e a direita, o inverso. Isto fica claro na sempre presente discussão sobre os limites do mercado. Enquanto a direita geralmente é a favor da privatização, desregulamentação e avessa à taxação, em suma, da liberdade do mercado, a esquerda vê essa mesma liberdade como contrária à igualdade, defendendo, na economia, estatização, regulamentação e redistribuição. Mesmo que uma gestão de esquerda adote uma política tradicionalmente associada à direita, como as que citamos, o faz movida pela crença de que esta ação provocaria uma diminuição da desigualdade. O mesmo pode ser dito da direita, mas com a motivação contrária: ela pode, por exemplo, justificar um aumento nos impostos como um modo de “equilibrar” a competição econômica. Em outras palavras, é possível que a esquerda utilize a competitividade como um meio para aumentar a igualdade, e que a direita use a

igualdade como ferramenta para aquecer a competição do mercado, mas seriam incoerentes com seus ideais se pregassem o inverso.

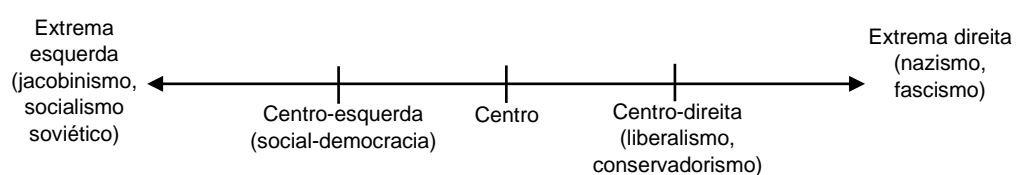
Essa necessidade de coerência interna fica ainda mais claro se nos atermos à luta pela abolição ou limitação da propriedade privada, vista como fonte de desigualdade, como um dos, senão o maior, objetivo das esquerdas.

Outra característica da liberdade é que ela é um estado pessoal ou um bem individual, ao contrário da igualdade que sempre pressupõe uma relação interpessoal, configurando-se como um bem social (Bobbio, 2011, p. 132). Além disso, a liberdade pode ser potencial ou efetiva: a liberdade de ir e vir, por exemplo, é uma liberdade que todos dentro de um regime democrático possuem em potência, mas que só se atualiza quando a exercemos de fato; tenho liberdade para viajar para outra cidade quando quiser, mas não a utilizo a qualquer momento.

A partir disso, inferimos que “A perda de liberdade golpeia naturalmente mais o rico do que o pobre” (Bobbio, 2011, p. 129), afinal, mesmo que a liberdade potencial de ambos em tese seja a mesma, o rico tem mais chances de utilizá-la na prática. De maneira análoga, se um governo instituisse uma lei obrigando o uso do transporte público, isto não afetaria a liberdade daqueles que já o utilizam por necessidade, mas restringiria a liberdade daqueles que se locomovem por outros meios. Porém nem sempre uma medida que aumente a igualdade vai limitar a liberdade, como a extensão do voto às mulheres foi uma medida igualitária que não afetou a liberdade dos homens, como nota Bobbio (2011, p. 131).

Dadas estas explicações, estamos em posição de caracterizar a igualdade e a desigualdade como valores essenciais para separar esquerda e direita, e liberdade e autoridade (entendida como limitadora da liberdade) para separar a ala moderada da ala extremista. As conclusões de Bobbio, bem como os exemplos que ele utiliza, podem ser visualizados graficamente a seguir:

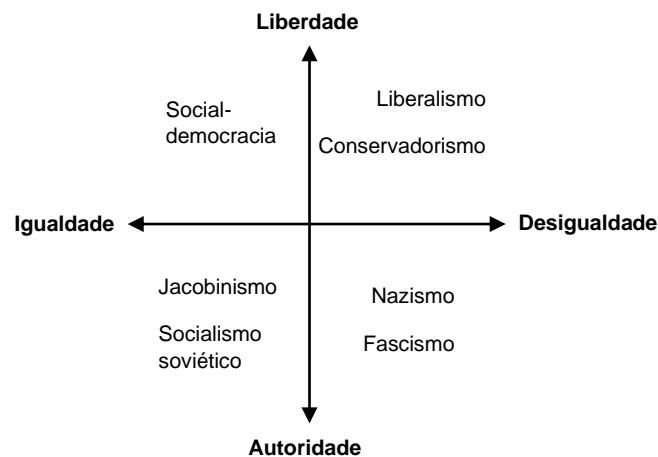
Figura 2 – O espectro político segundo Bobbio



Fonte: do autor.

Podemos transformar a linha contínua que Bobbio nos apresenta em um plano cartesiano, onde igualdade-desigualdade perfazem a linha horizontal que vai da esquerda à direita, e liberdade-autoridade como uma linha vertical que ascende do autoritarismo ao liberalismo. Este gráfico seria idêntico ao que está presente nos resultados do Teste de Coordenadas Políticas, com a única diferença que neste o termo “autoridade” é substituído por “comunitarismo” (coletivismo).

Figura 3 – Diagrama do espectro político inspirado em Bobbio



Fonte: do autor.

Com as referências e comentários que compilamos nestes dois capítulos, buscando delimitar a filosofia política, seguindo para localizar a origem da díade esquerda/direta na história das ideias e apresentá-la como um conceito válido e útil, apesar de controverso, podemos avançar para a explicação do Teste (que pressupõe a validade dos argumentos expostos até aqui) e o relato de sua aplicação em sala de aula. Mas antes, façamos uma breve digressão sobre o papel da filosofia no Novo Ensino Médio, que constitui o ambiente educacional onde foi desenvolvida a pesquisa.

2.4 FILOSOFIA E POLÍTICA NO NOVO ENSINO MÉDIO

Como vimos, a pergunta “o que é filosofia política?” admite uma ampla gama de respostas, mas para simplificar, lembremos da categorização de Bobbio: toda teoria política será descritiva ou prescritiva. O próprio Bobbio tende mais para a primeira categoria, assim como, por exemplo, Aristóteles, que apesar de hierarquizar

as formas de governo de seu tempo, preocupou-se muito mais em procurar sua essência, seus fundamentos e diferenças. Do outro lado, temos as respostas, bastante divergentes, de Strauss e de Mouffe. Apesar de que a prescrição de uma forma de governo ideal está mais clara nesta última (a democracia radical), Strauss nos faz pensar na inseparabilidade da moral e da política, subordinando a reflexão política ao ideal de melhor regime, que ele não explicita, mas, dadas as críticas tanto à democracia liberal quanto ao totalitarismo, e seu voltar-se para os Antigos em busca de respostas, podemos inferir que provavelmente seria uma forma de república aristocrática ou o regime misto conforme preconizava Aristóteles.

Se voltarmos o olhar para nosso laboratório, a sala de aula, e para ela redirecionarmos a pergunta do início do capítulo, poderíamos tentar responder a questão: “O que é filosofia política na escola?”. Especificamente aqui, em um conjunto de sete turmas do terceiro ano do Ensino Médio em uma escola do interior do sul do Brasil, o que é que encontramos no tocante às relações políticas? É óbvio para todos que a escola é um lugar de política, por diversas vias e maneiras; mas é para as políticas educacionais que vamos voltar nossa atenção nesta seção. Especificamente, para a recém-iniciada implementação do Novo Ensino Médio e seus impactos visíveis já no presente, e nos possíveis a médio e longo prazo.

A filosofia na BNCC aparece “espremida” e misturada com as outras disciplinas que compõe a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: Geografia, História e Sociologia. A escolha em colocá-la juntamente com estas disciplinas no final da BNCC e dedicar à sua área apenas 18 páginas (contra 45 da área de Linguagens e Suas Tecnologias e 33 das áreas de Matemática e Suas Tecnologias e Ciências da Natureza e Suas Tecnologias somadas) não parece ser um caso de deixar o melhor para o final, mas sim, uma intenção mal disfarçada de varrer para baixo do tapete as humanidades e a filosofia.

Começamos pelo problema óbvio que é situar a filosofia como uma *ciência*, quanto mais uma ciência social aplicada, como bem destacou Carneiro (2019, p. 223), dentro da já esquemática divisão que separa ciências humanas e exatas. Esta rotulação, juntamente com esta ênfase na separação dos saberes, vai na contramão do que pensavam e faziam grandes nomes da filosofia: da antiguidade, como Tales e Hipátia, representantes de uma época em que matemática, astronomia e filosofia caminhavam lado a lado; Descartes, conhecido tanto pelo *Discurso do método* quanto

pelas coordenadas cartesianas, e os polímatas renascentistas como Copérnico, Galileu e Da Vinci. Afinal, eles sabiam que para se formar um ser humano *integral*, é necessária uma educação integradora – algo que a BNCC certamente não é. Muito pelo contrário, ela apenas reforça a separação de disciplinas e sua subordinação ao mercado de trabalho em um currículo fragmentado.

A rotulação dos saberes e sua separação rigorosa até poderia ter um lado positivo se a intenção subjacente fosse transformar o Brasil em uma potência das engenharias, das ciências, ou até das artes e das humanidades, mas é claro que, dado o baixo investimento, não é este o plano. Formar massas de mão de obra barata, acrílicas e confusas, pois assim são mais fáceis de se deixar manipular por promessas políticas distantes e ilusões de meritocracia: é o velho “plano” educacional das elites com uma roupa nova.

Sendo justo, a ideia de a BNCC funcionar como um “esqueleto” que pode ser revestido por práticas educativas, itinerários formativos e projetos escolares diversos é deveras interessante e, por que não, humanizadora. Tornar a escola mais receptiva aos interesses e sugestões dos alunos, a meu ver, é sempre um ponto positivo, e adequá-la para que atenda às necessidades locais sem desistir de oportunizar perspectivas mais amplas é um projeto e tanto. Mas a falta de investimento (comparado ao CAQi¹⁰, por exemplo) e a imposição de um modelo verticalizado condena este projeto ao fracasso, pois de nada adianta criar um modelo mais participativo e organizado sem fornecer a infraestrutura, os equipamentos e os profissionais qualificados. Talvez algumas escolas particulares e outras públicas “modelo” se sobressaiam nesta iniciativa, mas as escolas da periferia, do interior, das cidades menores, ficarão à mercê da disponibilidade de salas, materiais e professores, que serão sempre cobrados por “inovação” e “criatividade” quando o que é realmente necessário são quadras e materiais esportivos, laboratórios bem equipados, bibliotecas maiores e melhores, salas preparadas e profissionais dedicados. Nem tudo é uma questão de investimento, mas negar sua preponderância

¹⁰ O CAQi (Custo Aluno- Qualidade Inicial) é um indicador criado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação que aponta o investimento anual necessário por aluno de cada etapa e modalidade da educação básica. Leva em conta os custos de manutenção de creches, pré-escolas e escolas a fim de garantir um padrão mínimo de qualidade conforme previsto na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e no Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014), entre outras leis. De acordo com o CAQi, este valor seria de R\$ 50 bilhões, o que é muito inferior aos R\$ 100 bilhões repassados pelo MEC aos estados para implementar a BNCC (Cassio, 2019).

em relação ao currículo resulta em uma sobrecarga para os professores e gestores e, no final das contas, uma educação empobrecida.

Se por um lado a BNCC se impõe como algo forçado e desconectado da realidade (apesar de afirmar o contrário), sua falta de clareza e sua vagueza ao tocar nas competências e habilidades da área de C.H.S.A. é algo que pode ser usado de maneira positiva, no sentido em que Descartes, no *Discurso do método*, enumera a filosofia como um saber que pode ser usado para “falar com verossimilhança sobre todas as coisas”. Por exemplo, a seguinte habilidade:

(EM13CHS101) Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais. (Brasil, 2018).

Há aí um espaço aberto à interpretação, em que pode ser encaixado praticamente qualquer filósofo, conceito sistema ou problema filosófico, ou uma aula voltada para a História da Filosofia. Basta considerarmos qualquer tipo de referência filosófica como uma “narrativa” ou fonte, e desenvolvê-los no sentido de compreendê-la em sua natureza filosófica interconectada com as também mencionadas dimensões históricas, políticas, econômicas etc.

Enfim, estes detalhes na estruturação dos conteúdos e habilidades permitem que a BNCC seja explorada a fim de garantir um planejamento e uma execução realmente *filosóficas*, e não puramente tecnicista, levando os alunos a uma reflexão pessoal e aprofundada sobre a filosofia, a prática filosófica, e, por que não, sobre a própria escola e a BNCC que tenta moldá-la através do currículo e, conseqüentemente, moldar o próprio futuro dos alunos. Usar a BNCC contra a BNCC, expondo-a ao debate daqueles que são imediatamente afetados por ela, é possível. Consideremos a Competência Específica 1 da área: “Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.”. Não é a BNCC um processo político, econômico e social, que atinge alunos do âmbito local ao nacional? Não é possível usar dados, pesquisas e argumentação para conhecê-la,

discuti-la, criticá-la? Enfim, há diversas “brechas” que podem ser exploradas no próprio texto da BNCC a fim de colocá-la como um referencial discutível, e não como um monolito sagrado e intocável.

É claro que a BNCC é só um dos problemas dentro da reforma do Ensino Médio, e a ameaça da Filosofia perder espaço ou até desaparecer do currículo é um fantasma que nos assombra desde antes da ditadura, e um problema ainda mais imediato do que o currículo, para muitos professores. Mas manter a postura crítica e alertar a sociedade sobre os ataques que a Filosofia e o ensino de qualidade sofrem por meio destas reformas são duas atitudes inseparáveis, que contribuem para a defesa intelectual e factual de uma e de outra.

Fica claro que, apesar da ênfase absoluta em habilidades e competências, e a negligência em relação aos conteúdos a serem desenvolvidos, a BNCC permite a inserção da filosofia política na sala de aula. E dos assuntos e conceitos políticos, um dos mais atuais, controversos e relevantes é a dicotomia esquerda e direita.

3 O TESTE DE COORDENADAS POLÍTICAS COMO FERRAMENTA DIDÁTICA

Nesta última seção, vincularemos a defesa teórica da díade esquerda/direita com a execução da parte prática do projeto de pesquisa. Primeiramente, faremos uma exposição crítica do Teste, discutindo seu potencial didático, demarcando os problemas desta ferramenta e tentando contorná-los a fim de que não prejudiquem o resultado final. Em seguida, analisaremos detalhadamente os dados quantitativos e qualitativos colhidos durante as aulas nas quais o Teste foi empregado, bem como as produções dos alunos, a fim de aferir na prática como ele se sai como ferramenta didática. Por fim, discutiremos outros problemas e hipóteses que emergiram após a conclusão da aplicação do Teste e da análise dos resultados.

3.1 COMPREENDENDO O TESTE

O Teste consiste em 36 perguntas referentes a aspectos econômicos e sociais presentes na política contemporânea. De início, ressaltamos dois textos da página inicial. No primeiro se lê:

Nenhum teste já produzido pode designar sua aliança política com completa exatidão ou confiança e nenhum Teste de Coordenada Política pode substituir uma familiarização com as políticas do seu país. (IDRLabs, 2023).

Concordamos com esta declaração e sublinhamos que a intenção por trás da delimitação do tema da pesquisa e da preferência pela metodologia utilizada não envolve revelar uma definição incontestável de esquerda e direita, mas meramente analisar a aplicabilidade do Teste como ferramenta didática, com seus problemas e limitações, nas aulas de filosofia do Ensino Médio.

O segundo ponto a destacar, mais preocupante, diz respeito à procedência do Teste e sua alegada neutralidade. O Teste é propagandeado como “neutro” e elaborado com a ajuda de profissionais. Está no site: “Este teste tenta ser neutro, colocando as questões para você sem qualquer viés ou opiniões de terceiros.” (Idrlabs, 2023). Mas é questionável se o Teste realmente é ideologicamente neutro, ou se os parâmetros que usa – suas métricas de classificação e diferenciação entre esquerda-direita e liberalismo-comunitarismo e as questões fornecidas ao usuário – são elas mesmas ideologicamente motivadas ou influenciadas. O precursor do modelo deste compasso político, David Nolan, era um político americano liberal. Norberto Bobbio, que se declara de esquerda, usa um gráfico idêntico em sua obra. Não temos o *background* dos fundadores do site ou dos especialistas que elaboraram o Teste, o que sem dúvida pesa contra sua idoneidade e cientificidade.

Algumas informações adicionais podem ser encontradas na página da Wikipedia (<https://en.wikipedia.org/wiki/The_Political_Compass>), onde consta que

O site não revela as pessoas por trás dele, além do fato de que parece estar hospedado no Reino Unido. Na parte inferior de qualquer página do site, afirma-se que os direitos autorais de "The Political Compass", que é reivindicado como marca registrada, pertencem a uma organização chamada Pace News Limited. A Pace News Limited é uma empresa registrada na Nova Zelândia cujo diretor é o jornalista político Wayne Brittenden. De acordo com o The New York Times, o site é obra de Brittenden.

De acordo com Tom Utley, escrevendo no The Daily Telegraph, o site está conectado à One World Action, uma instituição de caridade fundada por Glenys Kinnock. Uma versão inicial do site foi publicada no servidor web da One World Action.

Ressaltamos que nossa intenção não é verificar as credenciais do site e do Teste hospedado nele, nem validar sua acuidade científica. São problemas facilmente identificáveis e com um impacto real, mas o intuito é usá-lo primariamente como uma *ferramenta* no ensino de filosofia, sensibilizando os estudantes para a filosofia política

e para o debate filosófico da definição esquerda-direita. Como ferramenta educativa, ele é tão válido quanto qualquer texto não-canônico (como uma poesia ou conto), obra de arte, jogo e demais recursos didáticos que se possa usar em uma aula de filosofia. Embora se possa questionar a neutralidade e a validade científica do Teste, não podemos negar que ele é, de fato, um teste *político*, cujos conceitos e categorias imbricados fazem parte do repertório consagrado pelo uso popular e acadêmico.

Por último, é importante mencionar duas “fraquezas e limitações” reconhecidas pelo próprio Teste, que se encontram disponíveis ao finalizar o Teste juntamente com a explicação dos resultados. A primeira é sobre seu escopo, que limita os resultados ao que é coerente com a maioria das democracias ocidentais, excluindo extremos que se encontram além ou aquém da democracia, como comunismo, anarquismo e fascismo. É impossível acomodar opiniões e figuras que representam estes nichos políticos dentro dos quadrantes do Teste, embora eles e suas ramificações representem uma parte real da vida política dentro das próprias democracias (visto que são abraçadas por pessoas reais, que tomam decisões que têm efeitos práticos reais, às vezes importantes, na vida política).

A outra fraqueza é a já discutida cisão entre teoria e prática política, que tende a manter afastados conceitos teóricos importantes (tais como esquerda e direita) do que pode ser observado na prática. Porém, a ressalva feita pelo site não é sobre a realidade dos conceitos, e sim sobre a aproximação teórica que um espectro político baseado na superposição de eixos permite. Por exemplo: embora liberais e comunitaristas de direita teoricamente possam se unir contra seus homólogos de esquerda, este tipo de aliança raramente é vista. E conclui com a seguinte observação: “Assim, enquanto o eixo Esquerda-Direita tem sido muitas vezes considerado antiquado, ele permanece como a escala mais importante na política Americana e Europeia” (Idrlabs, 2023): acrescentemos também a política brasileira.

3.1.1 Composição do Teste

O Teste consiste em 36 afirmações que envolvem assuntos relacionados à economia política e aspectos culturais e sociopolíticos. As afirmações são apresentadas em ordem aleatória a cada vez que o Teste é realizado e sua ordem não interfere no resultado. Até a conclusão do Teste, é possível voltar às afirmações

já respondidas e alterar as respostas se necessário. A resposta às afirmações é dada em uma escala pessoal de 1 a 5, sendo o extremo esquerdo (1) equivalente a discordo completamente (da afirmação), (2) discordo parcialmente, (3) não concordo nem discordo (neutro), (4) concordo parcialmente e (5) concordo completamente, no extremo direito da escala.

Figura 4 – Exemplo de questão

Questão 13 de 36

Para países de terceiro mundo, o comércio livre é uma melhor opção do que ajuda externa no seu desenvolvimento.

Discordo  Concordo

PRÓXIMO



ANTERIOR

Fonte: IDRLabs. [Teste de Coordenadas Políticas]. Disponível em: <https://www.idrlabs.com/pt/coordenadas-politicas/teste.php>. Acesso em: 11 mar. 2024

A título de informação, listamos abaixo as 36 questões do Teste, sem ordem específica, separadas de acordo com o eixo que representam: as da coluna esquerda correspondem a questões relevantes do ponto de vista da economia política, e as da coluna direita dizem respeito a questões socioculturais.

Eixo horizontal – esquerda e direita (questões econômicas)

O governo gastar com o objetivo de criar empregos é, geralmente, uma boa ideia.

O mercado é geralmente melhor na alocação de recursos que o governo.

O governo deveria definir um limite para o salário dos banqueiros e CEOs.

Existem muitos programas governamentais que desperdiçam recursos.

Eixo vertical – comunitário e liberal (questões socioculturais)

Reabilitar criminosos é mais importante que puni-los.

Suicídio clinicamente assistido deveria ser legal.

Maconha deveria ser legal.

A imigração no meu país deveria ser minimizada e estritamente controlada.

O dinheiro dos contribuintes não deveria ser gasto com artes ou esportes.	Programas de vigilância e contra-terrorismo foram longe demais.
Pessoas que negam uma oferta de emprego não deveriam ser elegíveis para o seguro-desemprego fornecido pelo governo.	Um país jamais deveria ir à guerra sem o suporte da comunidade internacional.
Taxas de importação sobre produtos estrangeiros são uma boa maneira de proteger os empregos no meu país.	Se um imigrante quiser hastear a bandeira do seu país no solo do meu país, não terei problemas com isso.
Quase nunca as coisas terminam bem quando o governo se envolve no mundo dos negócios.	Alguns países e civilizações são inimigos naturais.
O governo deveria redistribuir a fortuna dos ricos para os pobres.	Civilizações ocidentais se beneficiaram mais do Cristianismo que de ideias da Grécia Antiga.
Para países de terceiro mundo, o comércio livre é uma melhor opção do que ajuda externa no seu desenvolvimento.	Um forte poderio militar é uma ferramenta de política externa melhor do que uma forte diplomacia.
Especulação na bolsa de valores é menos desejável do que outras formas de atividade econômica.	Casais homossexuais deveriam ter os mesmos direitos que casais heterossexuais, incluindo o direito de adotar.
Meu país deveria dar ajuda externa e auxiliar o desenvolvimento de países de terceiro mundo.	Prostituição deveria ser legal.
De uma forma geral, sindicatos causam mais mal do que bem.	Algumas pessoas e religiões causam, geralmente, mais problemas que outras.
O governo deveria fornecer assistência médica sem custo para seus cidadãos.	É legítimo que as nações privilegiem as suas próprias religiões em detrimento de outras.
Precisamos aumentar os impostos da indústria devido à preocupação com o clima.	Pena de morte deveria ser uma opção em certos casos.

No fundo, existe um conflito entre os interesses das empresas e os da sociedade.	Se as pessoas querem dirigir sem utilizar o cinto de segurança, esta decisão deve lhes caber.
De uma forma geral, o salário mínimo causa mais mal do que bem.	Títulos monárquicos e aristocráticos deveriam ser abolidos.
Igualdade é mais importante que crescimento econômico.	De uma forma geral, falhas de segurança como aquelas perpetradas por Edward Snowden e WikiLeaks causam mais mal do que bem.

Uma discussão detalhada das afirmações acima seria interessante para todos aqueles que pretendem usar o Teste como material didático ou têm interesse neste tipo de material, porém, como elas tendem a ser ou muito específicas ou muito gerais, destrinchá-las exigiria no mínimo uma seção extra para cada uma delas, o que se tornaria excessivo dado o escopo do presente trabalho. Faremos apenas alguns apontamentos gerais, com exemplos pontuais para sanar dúvidas e identificar problemas.

O primeiro ponto crucial é a inteligibilidade das afirmações para o público alvo. Embora algumas sejam simples e bastante discutidas em vários meios, como *Maconha deveria ser legal*, outras são tópicos delicados e complexos até mesmo para aqueles que dedicam a vida a estudar economia política, como *Especulação na bolsa de valores é menos desejável do que outras formas de atividade econômica*. Demais afirmações também requerem conhecimentos prévios que podem não fazer parte do repertório cultural dos alunos, como o que faz um sindicato, o que é um CEO, ou o que são títulos monárquicos e aristocráticos. Para se ter uma noção precisa da inteligibilidade do Teste por parte dos alunos, foi elaborado um pós-teste em que uma das perguntas era, justamente, “*Quão bem você compreendeu as perguntas do Teste?*”. Sobre o pós-teste, discutiremos na próxima seção.

Um segundo ponto problemático são duas afirmações que fazem referência a pessoas, instituições e problemas que não fazem parte da realidade brasileira, apesar da pretensão de universalidade do Teste. São elas: “*Programas de vigilância e contra-terrorismo foram longe demais*” e “*De uma forma geral, falhas de segurança como aquelas perpetradas por Edward Snowden e WikiLeaks causam mais mal do que*

bem". São duas questões que impactam a história recente da política global, mas estão mais diretamente ligadas à vida política norte-americana, haja visto que no Brasil não se houve falar de "vigilância" e "contra-terrorismo", pois não há ameaças substanciais de terrorismo que justifiquem programas desta natureza. É sabido que a agência de inteligência dos Estados Unidos espionou a ex-presidente Dilma Roussef, além de ministros e assessores do governo, conforme dados vazados por Snowden e divulgados no *WikiLeaks*. Apesar de ser um evento recente e que influenciou as relações diplomáticas entre os Estados Unidos e vários países, incluindo o Brasil, além de levantar o importante questionamento sobre o direito à privacidade, *WikiLeaks* e Snowden não são nomes conhecidos por muitos estudantes do ensino médio.

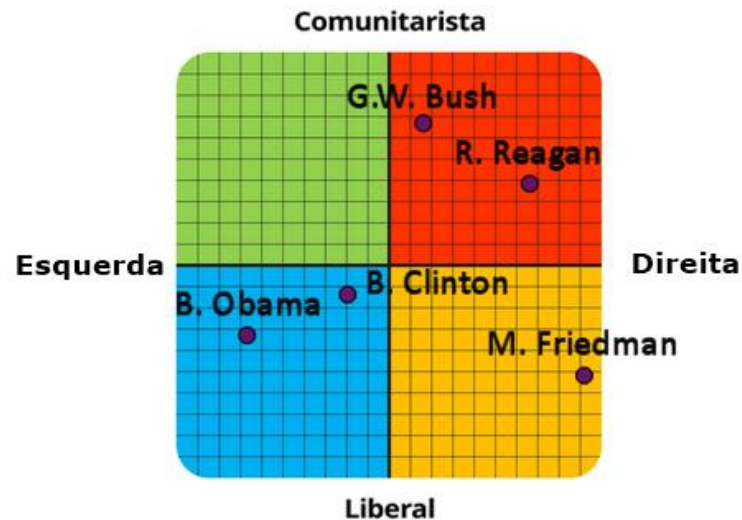
Outro ponto que merece atenção é a pontuação do Teste, com a resposta a cada afirmação aproximando ou afastando o sujeito dos eixos esquerda/direita (eixo horizontal – econômico) e comunitarismo/liberalismo (eixo vertical – sociocultural). Embora não seja claro o peso que cada questão tem no resultado final, é fácil deduzir que, quando se trata de uma questão econômica, como "*O governo deveria definir um limite para o salário dos banqueiros e CEOs*", a concordância ou discordância pode aproximar ou afastar o resultado da esquerda e da direita econômica. Já nas questões socioculturais, como "*É legítimo que as nações privilegiem as suas próprias religiões em detrimento de outras*", a concordância ou discordância leva a uma aproximação ou afastamento em relação ao comunitarismo ou o liberalismo.

Nesta seção, tentamos oferecer um panorama das afirmações do Teste, categorizá-las e problematizá-las em relação à sua pertinência e compreensibilidade em sala de aula e das métricas de pontuação que levam aos resultados, sobre os quais falaremos agora.

3.1.2 Os resultados do Teste

Baseado nas classificações individuais às afirmações do Teste, isto é, na concordância ou discordância a elas, é fornecido um resultado que pode se encaixar em quatro quadrantes principais, representando quatro alinhamentos políticos, ou em pontos intermediários entre dois pares de quadrantes, representando um alinhamento de centro.

Figura 5 – Diagrama do Teste de Coordenadas Políticas, com exemplos da política estadunidense situados em cada quadrante



Fonte: IDRI labs. [Teste de Coordenadas Políticas]. Disponível em: <https://www.idrlabs.com/pt/coordenadas-politicas/teste.php>. Acesso em: 11 mar. 2024.

Resumiremos os quadrantes com base nas informações dos resultados disponíveis no próprio site. As descrições completas podem ser lidas no anexo 1.

- Liberalismo de esquerda (liberalismo social): liberais sociais defendem o equilíbrio entre liberdade individual e justiça social, confiando na taxaçoão como forma de subsidiar auxílios sociais. Também são a favor do multiculturalismo, secularismo e internacionalismo. São contra a intervenção do estado em questões socioculturais, mas confiam em sua atuação no combate à discriminação e na garantia do igualitarismo.
- Comunitarismo de direita (conservadorismo): conservadores prezam pela manutenção do status-quo, tendo como princípios o nacionalismo, o tradicionalismo e o militarismo. Argumentam que o estado deve evitar interferir na economia, mas são a favor de uma forte presença militar e cultural no sentido de manter as tradições e reforçar a identidade nacional.
- Comunitarismo de esquerda (democracia social): social-democratas defendem uma abordagem democrática às pautas de esquerda, tentando implementá-las por meio da democracia participativa, buscando um estado de bem-estar social. Valorizam o coletivismo, anticapitalismo, igualitarismo e redistribuição econômica.

- Liberalismo de direita (libertarianismo): libertários valorizam a liberdade individual acima de tudo, opondo-se ao intervencionismo e coletivismo, e acreditam na associação voluntária entre indivíduos e na ordem espontânea do mercado como soluções melhores do que a intervenção estatal para problemas sociais e econômicos.

Podemos tentar enquadrar as quatro ideologias contempladas pelo Teste nos critérios propostos por Bobbio em sua tipologia política. Já operamos a transformação da linha contínua em um plano de dois eixos no final do segundo capítulo, mas cabem aqui algumas considerações.

Enquanto a leitura de Bobbio comporta extremos que ultrapassam a linha democrática, como nazismo e fascismo, o mesmo não ocorre no Teste, que explicitamente se limita às ideologias mais aceitas nas democracias ocidentais. Isso não nos impede de fazer uma equivalência entre os valores sustentados pelas ideologias que se encontram em quadrantes análogos, sejam democráticas ou extremistas. Tanto o socialismo soviético quanto a democracia social são posições de esquerda, cujo ideal supremo é a igualdade. Embora a democracia social apareça para Bobbio como centro-esquerda, isto é, uma esquerda moderada em comparação com seus análogos extremistas, ela ocupa uma posição verticalmente oposta no Teste; disso podemos concluir duas coisas. Uma, que a exclusão dos extremos no Teste “empurra” as ideologias do centro para fora, e outra, que encaixar exemplos históricos em qualquer espectro é sempre espinhoso. Se a social democracia aparece para Bobbio como um exemplo de esquerda moderada, para o norte-americano médio que herdou a terminologia política da Guerra Fria, toda esquerda está mais próxima do socialismo soviético. Como exemplo adicional e mais significativo, podemos aludir à polêmica de classificar o nazismo como direita, esquerda ou “terceira-via”. Não vamos resolver estas controvérsias aqui; apenas sinalizamos que, ao incluir extremos, o espectro político de Bobbio se torna menos sensível a detalhes que, num contexto democrático, fazem muita diferença, e que provavelmente só dele emergem. Mas os valores de igualdade e liberdade permanecem como a identidade da esquerda e da direita em ambos os casos, e a presença de coerção externa em sentido contrário à liberdade individual, a marca que distingue liberalismo e autoritarismo.

Nunca é demais reforçar que nem o Teste, nem as definições (resultados) fornecidas pelo mesmo são unânimes, assim como todo espectro político, por mais amplo, inclusivo e empírico que possa ser, sempre vai ser um mapa, uma simplificação do território real onde a política acontece. Como já apontamos no início da dissertação, esquerda e direita são categorias extremamente controversas, e nos amparamos principalmente na vasta pesquisa de Bobbio para defender e esclarecer a díade, além de Mouffe e demais filósofos que a utilizam com rigor conceitual. O Teste parece refletir satisfatoriamente o referencial teórico reunido nos primeiros capítulos, apesar de já termos apontado a obscuridade de suas fontes e métricas.

Quanto às limitações e fraquezas do Teste, e também sua ligação com uma parte mais ampla da filosofia política, qual seja, a existência de uma esquerda e direita política e suas definições e conceitos atrelados (sendo os principais a díade complementar autoritarismo-liberdade), já falamos o suficiente. Passemos agora ao problema central desta pesquisa, que é averiguar a aplicabilidade do Teste na sala de aula.

3.2 RESULTADOS DA APLICAÇÃO DO TESTE DE COORDENADAS POLÍTICAS EM TURMAS DO TERCEIRO ANO DO ENSINO MÉDIO

As seções a seguir descrevem a metodologia utilizada nas aulas e os resultados quantitativos e qualitativos coletados junto aos estudantes, incluindo alguns excertos de suas produções coletivas.

3.2.1 Da aplicação do Teste

O Teste foi aplicado em sete turmas do terceiro ano do Ensino Médio da Escola de Educação Básica Horácio Nunes, em Irineópolis, no segundo trimestre do ano de 2022, e contou com a participação de 119 estudantes. O link do Teste foi disponibilizado por meio dos grupos de *WhatsApp* de cada turma, utilizados desde o ano de 2020, no contexto da pandemia de COVID-19, como forma de repassar recados, materiais didáticos e atividades para os estudantes. No caso de alunos ou turmas que não tinham acesso aos celulares, foram utilizados os tablets da escola.

Os estudantes podiam se comunicar normalmente uns com os outros durante a realização do Teste, porém o professor não forneceu explicações adicionais sobre nenhum termo presente nas afirmações (ver a seção 3.1.1). O motivo foi a necessidade de aferir a compreensibilidade do Teste de maneira “crua”, com o mínimo de interferência por parte do docente.

Também foi solicitado que anotassem o resultado do Teste no caderno para passar à próxima parte, o pós-teste que veremos adiante, e tinha como finalidade tanto coletar os resultados dos estudantes quanto sua recepção ao Teste, com o que nos basearemos para avaliar sua relevância pedagógica.

O pós-teste foi disponibilizado e respondido pelos alunos das mesmas maneiras que o Teste. O pós-teste foi pensado para registrar os resultados do Teste e a recepção dos estudantes, principalmente de sua compreensão e relevância. Estes dados fornecerão uma parte do material para responder ao problema levantado.

3.2.2 Análise e discussão dos resultados

Em formulário on-line disponibilizado por meio da plataforma *Formulários Google* intitulado *Considerações sobre o Teste de Coordenadas Políticas* foram registradas as respostas de 119 alunos dos terceiros anos do Ensino Médio. As duas informações objetivas que este pós-teste coletou foram a turma e o resultado do Teste. O restante dos dados se refere a questões mais subjetivas:

- Quão bem você compreendeu as perguntas do Teste?
- Quão bem você compreendeu o resultado fornecido pelo Teste?
- O quão relevantes foram as perguntas do Teste para você?
- Você concorda com o resultado do Teste sobre seu posicionamento político?
- Em uma escala de 0 a 5, como você avalia seu conhecimento sobre política em geral?
- Em uma escala de 0 a 5, quanto você se interessa por política?

Além disso, foi inserida uma seção em que os estudantes poderiam adicionar comentários, dúvidas e sugestões sobre o Teste, o projeto e as aulas de filosofia política em geral. Passemos à análise de cada componente.

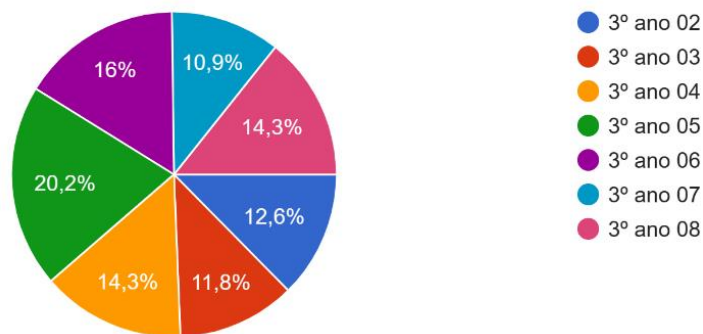
3.2.2.1 Turmas

O gráfico abaixo representa o percentual de participantes em cada uma das sete turmas que realizaram o Teste.

Gráfico 1 – Alunos por turma

Selecione sua turma

119 respostas



Fonte: do autor.

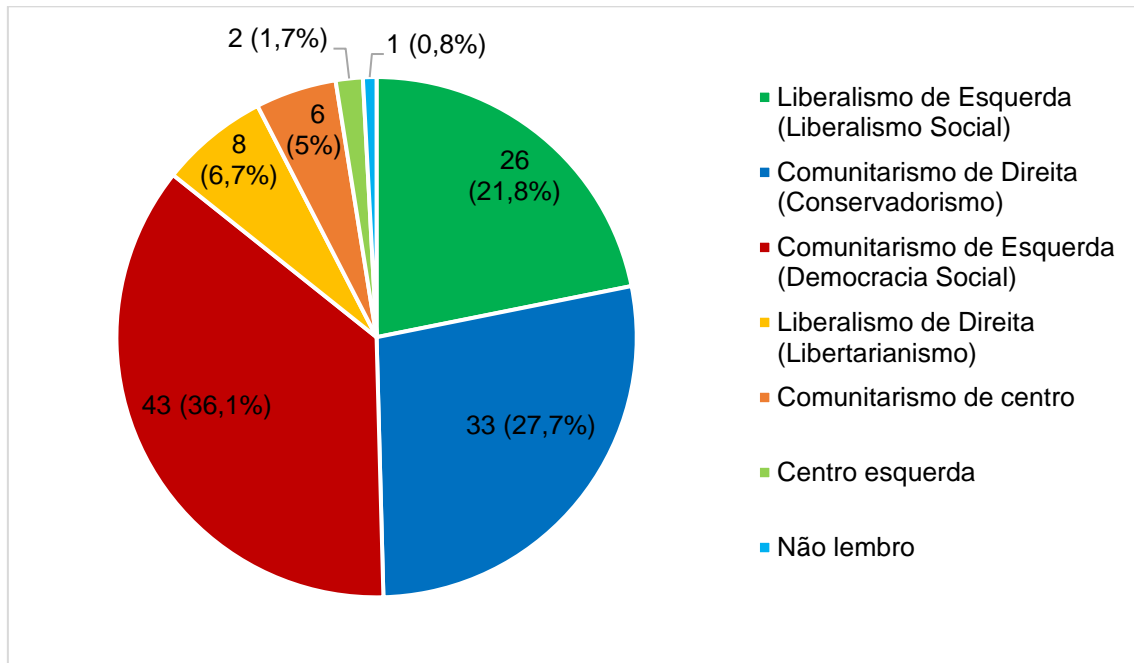
A quantidade de alunos por turma era a seguinte:

- 3º 02: 15 participantes.
- 3º 03: 14 participantes.
- 3º 04: 17 participantes.
- 3º 05: 24 participantes.
- 3º 06: 19 participantes.
- 3º 07: 13 participantes.
- 3º 08: 17 participantes.

Não há muita informação pertinente a adicionar a estes números. 3º 06 e 3º07 eram turmas da extensão, isto é, não estudavam na sede da EEB Horácio Nunes, mas em um endereço compartilhado com uma escola municipal em uma localidade no interior, mas em prédio próprio com suas respectivas salas de aula. Foram as turmas em que o uso de celular não era possível devido à falta de internet, sendo substituídos pelos tablets (que já estavam configurados com a rede da escola municipal). 3º 08 era a única turma do turno da noite.

3.2.2.2 Resultados do Teste

Gráfico 2 – Distribuição dos resultados do Teste



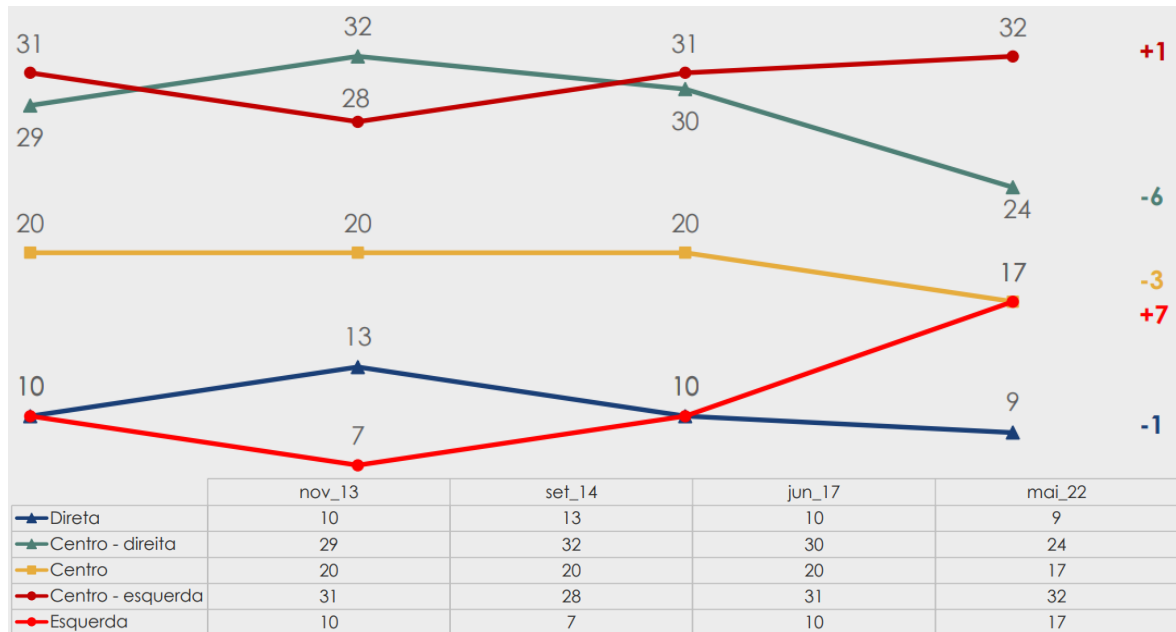
Fonte: do autor.

O resultado predominante considerando a média foi o comunitarismo de esquerda (democracia social), com 36,1% do total, seguido pelo comunitarismo de direita (conservadorismo) com 27,7% e, em terceiro lugar, liberalismo de esquerda (liberalismo social) com 21,8%. O liberalismo de direita (libertarianismo) representou uma fatia bem menor que os outros quadrantes (apenas 8 resultados ou 6,7%), equivalente ao comunitarismo de centro (resultado que se encaixa no centro do eixo horizontal esquerda-direita e abaixo do centro vertical do eixo comunitarismo-liberalismo) somado à centro esquerda (resultado que se encaixa no centro do eixo vertical comunitarismo-liberalismo e à esquerda do centro do eixo esquerda-direita). Apenas um aluno não lembrou do resultado.

Ponderemos os resultados. Considerando apenas nosso eixo horizontal, podemos afirmar que 57,9% dos alunos encontra-se à esquerda no espectro político (somando-se a democracia social e o liberalismo social). É um dado curioso em um momento em que o Brasil e a América Latina caminham em direção a um liberalismo ou neoliberalismo político, elegendo políticos (incluindo presidentes) de espectros políticos autoritários à direita.

Em dados coletados a partir de entrevistas com 2.556 pessoas acima dos 16 anos em 181 cidades de todo o país, o Datafolha divulgou que metade (49%) dos brasileiros se identifica com a esquerda, sendo o índice é o mais alto da série histórica iniciada em 2013; 34% se identificam com a direita e 17%, com o centro.

Gráfico 3 – Evolução do perfil ideológico dos brasileiros



Fonte: Datafolha. [Evolução – Comportamento + Econômico (Resposta estimulada e única, em %)]. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2022/06/08/p33crfil82idggg024ideo-mai-22.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2024.

Outra pesquisa, envolvendo jovens brasileiros e de outros seis países latino-americanos, aponta uma inclinação ainda maior à esquerda. Nas palavras dos autores: "O conjunto que analisamos é composto de 3.656 jovens, sendo 2.314 localizados à esquerda do espectro político e outros 795 condizentes a jovens à direita." (Klüppel et al., 2021).

Seria isto uma evidência de que os jovens tendem a ser de esquerda? Afirmarões como esta são arriscadas, e usar apenas os dados elencados acima para embasá-la é um salto lógico inadmissível. Mas é curioso notar esta inclinação em nossa pesquisa, principalmente quando considerarmos variáveis que veremos a seguir: a compreensão dos resultados e a opinião dos alunos sobre afirmações contidas no Teste. A partir delas, notaremos que não podemos fazer generalizações levianas.

Recentemente, o movimento Escola sem Partido trouxe à tona acusações de doutrinação de alunos por professores em sala de aula. Zanella (2019, p. 59), em pesquisa com alunos de Cruz Machado, interior do Paraná, sugere que os próprios jovens apontam a escola como tendo uma influência mínima em suas convicções políticas, sendo os meios de comunicação (televisão, rádio, jornal, internet) a mais significativa, segundo os dados coletados, sendo responsável por mais de 71% da influência recebida. Em segundo lugar vem família (10,6%) e amigos. Isto é uma evidência contrária aos agitadores deste tipo de movimento, que promovem uma verdadeira caça às bruxas em meio a acusações de doutrinação política, manchando a imagem do ensino público e dos professores (principalmente os da área de ciências humanas e sociais). A autora conclui: “[...] o descolamento do real não se dá somente na relação dos jovens com a política, mas dos políticos com a realidade dos jovens e das escolas também.” (Zanella, 2019, p. 60). Se não se tratar de um caso isolado, e acreditamos que não é, a influência escolar não é um fator significativo entre os possíveis motivos para haver mais jovens de esquerda do que direita. Isto, é claro, sem levarmos em consideração se os jovens *realmente* se consideram de esquerda, ou se é um viés do método aplicado, e, o que é igualmente importante, se as pesquisas levam em consideração se eles sabem o que é esquerda e direita, e, se sabem, *o que elas representam* para eles, o que nos devolve à questão da identidade política e sua formação complexa.

Estes foram os dados obtidos a partir da aplicação do Teste, com uma breve reflexão sobre a tendência à esquerda apresentada pelos alunos. Vamos agora aprofundar nossa análise com a sequência das respostas obtidas por meio do pós-teste.

3.2.2.3 Conhecimento e interesse por política por parte do público-alvo

Para refinar nossa percepção acerca da viabilidade do Teste como ferramenta de ensino, consideremos antes de mais nada as declarações dos alunos sobre seus conhecimentos prévios sobre política e seu grau de interesse pelo assunto, que foram coletados por meio de duas questões:

- Em uma escala de 0 a 5, como você avalia seu conhecimento sobre política em geral? (correspondendo à seguinte qualificação: 0= nenhum, 1= muito

pouco, 2= pouco, 3= médio, 4= bom, 5= excelente), apresentando uma média 2,4.

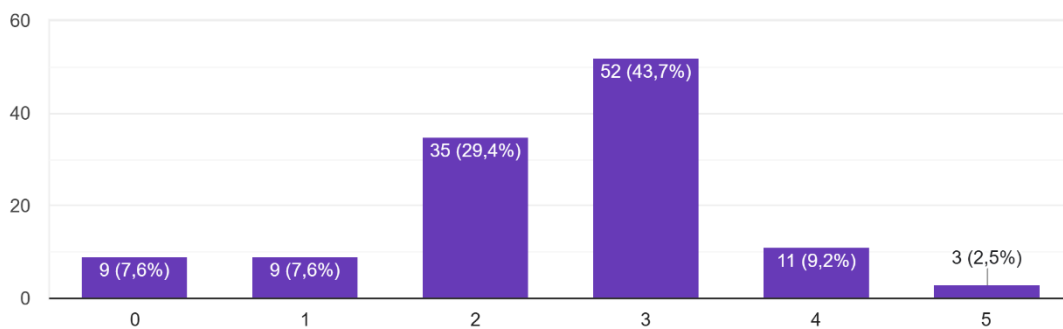
- Em uma escala de 0 a 5, quanto você se interessa por política? (correspondendo à seguinte qualificação: 0= nenhum interesse, 1= muito pouco interesse, 2= pouco interesse, 3= médio interesse, 4= interesse significativo, 5= muito interesse), contabilizando 2,1 pontos de média.

Os resultados obtidos foram os seguintes:

Gráfico 4 – Conhecimento sobre política

Em uma escala de 0 a 5, como você avalia seu conhecimento sobre política em geral?

119 respostas

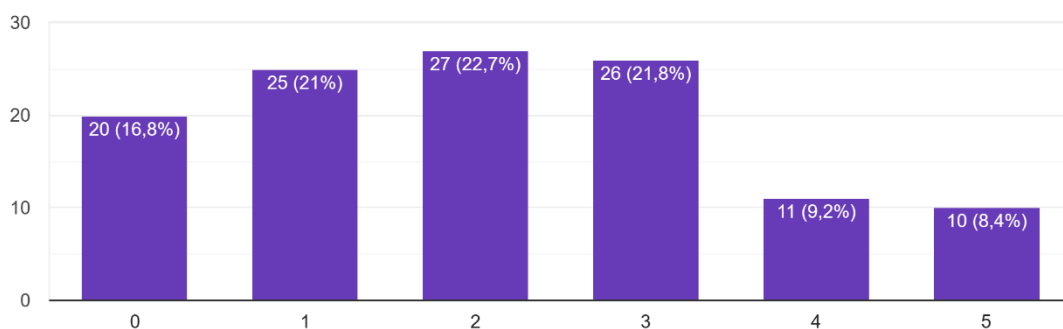


Fonte: do autor.

Gráfico 5 – Interesse em política

Em uma escala de 0 a 5, quanto você se interessa por política?

119 respostas



Fonte: do autor.

Quanto ao conhecimento autodeclarado sobre política, a maioria dos alunos posicionou-se entre “médio” (43,7%) e “pouco” (29,4%). Um número igual de alunos

declarou “muito pouco” ou “nenhum” conhecimento em política (equivalente a 15,2% das respostas) e um número menor ainda localizou-se entre “bom” e “excelente” (11,7%). Quanto ao grau de interesse, a política não apresenta “nenhum interesse” para 16,8% dos alunos, “muito pouco interesse” para 21% dos alunos, “pouco interesse” para 22,7%, “médio interesse” para 21,8%, “interesse significativo” para 9,2% e “muito interesse” para 8,4%.

Podemos visualizar a partir dos gráficos que, dentro do universo que compôs a pesquisa, a maioria dos alunos declara seu conhecimento sobre política entre “pouco” ou “médio” (totalizando juntos 87 alunos, ou 73,1%), muito maior do que o visto nos outros dois extremos que vão de “nenhum” a “excelente”. Quanto ao interesse em política, embora grande parte dos alunos se situe nos estratos médios da pontuação (44,5% ficaram entre “pouco interesse” ou “médio interesse”), há uma parcela maior de alunos que declararam “nenhum” ou “muito pouco” interesse (37,8%), comparada com aqueles que declararam “significativo” ou “muito” interesse (17,6%).

3.2.2.4 Compreensão do Teste e dos resultados

As quatro perguntas restantes dizem respeito à recepção do Teste pelos alunos:

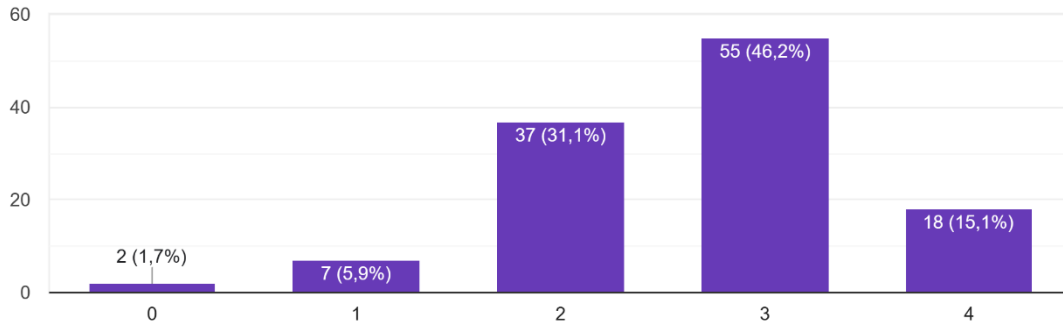
- O quão relevantes foram as perguntas do Teste para você? (Em uma escala de 0 a 4: 0 = completamente irrelevantes, 1 = pouco relevantes, 2 = mais ou menos, 3 = muito relevantes, 4 = extremamente relevantes). A média neste quesito foi 2,6.
- Quão bem você compreendeu as perguntas do Teste? (Em uma escala de 0 a 4: 0 = nada, 1 = pouco, 2 = médio, 3 = bem, 4 = perfeitamente). A média foi 2,4.
- Quão bem você compreendeu o resultado fornecido pelo Teste? (Em uma escala análoga). Média de 2,3.
- Você concorda com o resultado do Teste sobre seu posicionamento político? (com as opções de resposta “sim”, “não” e “não tenho certeza”).

Vejamos os resultados.

Gráfico 6 – Relevância das perguntas

O quão relevantes foram as perguntas do teste para você?

119 respostas



Fonte: do autor.

Relevância refere-se à percepção de cada aluno à pertinência e importância das afirmações do Teste, do impacto com que cada uma das situações relacionadas atinge sua formação, suas escolhas e seu posicionamento político, e da urgência da reflexão e discussão sobre os assuntos trazidos à tona.

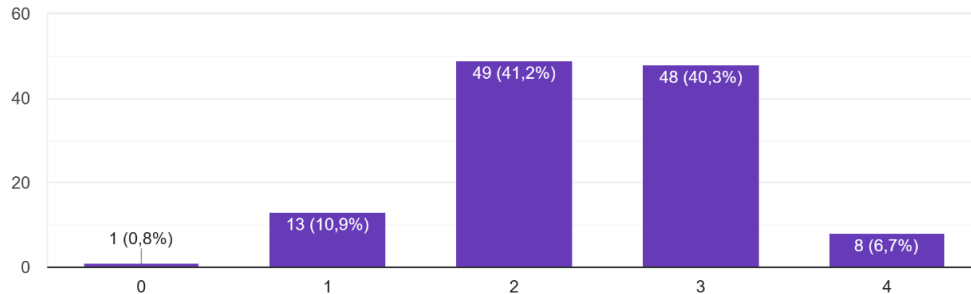
Quase metade dos alunos (46,2%) respondeu que as questões apresentadas pelo Teste são “muito relevantes”, ao que se soma uma parcela de 15,1% que as consideram “extremamente relevantes”. Uma minoria (7,6%) considerou as questões “completamente irrelevantes” ou “pouco relevantes”, e entre os dois polos, 31,1% dos alunos consideraram-nas “mais ou menos” relevantes.

Podemos afirmar que para os estudantes participantes as questões que compõem o Teste possuem um grau considerável de relevância, ressonando com suas dúvidas, expectativas e, por que não, temores e esperanças em relação à política e ao aprendizado da filosofia política. Isto inferimos com confiança não só a partir dos números neste gráfico, mas também, das produções dos alunos que veremos adiante, e dos debates acalorados que os tópicos geraram entre as turmas.

Gráfico 7 – Compreensão das perguntas

Quão bem você compreendeu as perguntas do teste?

119 respostas



Fonte: do autor.

Este é um dos quesitos mais importantes, afinal é o que pode responder de maneira imediata se o Teste é de fácil compreensão ou não. Entre os 119 alunos que responderam o Teste, apenas 1 declarou não ter compreendido nada das perguntas. Um número pequeno (10,9%) declarou pouca compreensão, pouco mais do que os alunos no extremo positivo da escala que declararam ter compreendido “perfeitamente” (6,7%). A grande maioria dos alunos, novamente, encontra-se em um nível de compreensão mediano (41,2%), número praticamente igual ao de alunos que declararam tê-las compreendido “bem” (40,3%). Compreender as perguntas parece não ter sido um desafio, pois a tendência aponta para uma compreensão média à boa. Em um campo adicional em que os alunos poderiam registrar comentários, dúvidas e sugestões, surgiram as seguintes anotações:

- Em algumas perguntas fiquei meio em dúvida pois não sou de me interessar muito por esse lado da política, em outras perguntas já consegui compreender um pouco mais. Mas no geral acho que o resultado foi mais ou menos o que eu esperava.
- Questões muito confusas.
- Foram perguntas interessantes, porém, por causa de algumas palavras que eu não conhecia certas questões eu não entendi.
- Em algumas questões fiquei com dificuldades.

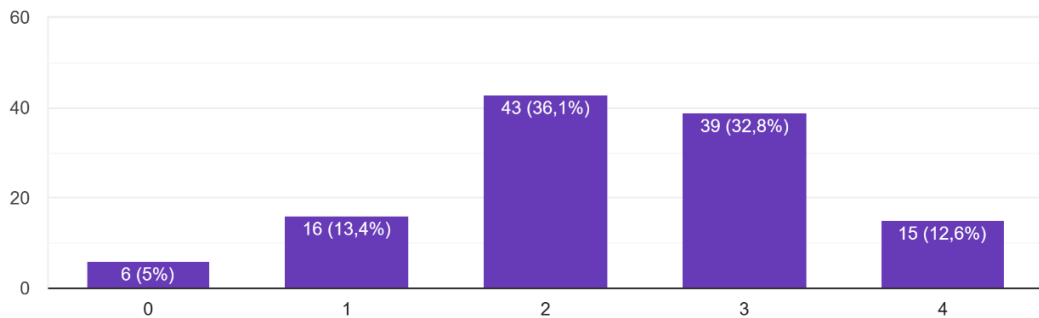
Devemos sopesar os números cuidadosamente, pois é óbvio que há questões mais obscuras que outras no Teste. A prova real se daria com atividades práticas

(discussões e produções coletivas), além dos questionamentos levantados pelos próprios alunos sobre as afirmações do Teste, possibilitando uma interpretação mais sutil de sua compreensão.

Gráfico 8 – Compreensão dos resultados

Quão bem você compreendeu o resultado fornecido pelo teste?

119 respostas

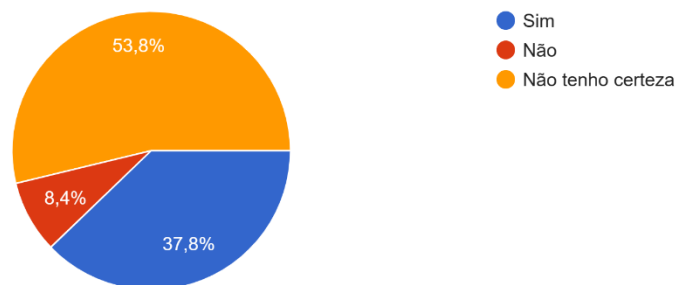


Fonte: do autor.

Gráfico 9 – Concordância com os resultados

Você concorda com o resultado do teste sobre seu posicionamento político?

119 respostas



Fonte: do autor.

Por último, temos dois gráficos que apontam para a percepção dos alunos sobre o resultado de seu posicionamento político, isto é, se os rótulos comunitarismo de esquerda ou de direita, liberalismo de esquerda ou de direita, juntamente com a explicação disponível no site, possuem alguma relevância semântica. A variação nas respostas não difere muito das anteriores, com 36,1% dos alunos afirmando ter uma compreensão “média” do resultado do Teste, seguidos por uma fração de 32,8% que considerou ter compreendido “bem”, e, em terceiro lugar, 13,4% que compreenderam “pouco”. No extremo positivo, 12,6% relataram uma compreensão “perfeita” e, no

negativo, 5% não entenderam nada. Chama a atenção que um número maior de alunos não compreendeu o resultado do que as perguntas, o que nos faz pensar na forma como estes conceitos são desenvolvidos pelo Teste e pelo senso comum, já que deveriam ser a síntese de um ideário político suficientemente claro e acessível para aproximar pares, viabilizar coalisões e oferecer referencial teórico e prático para a vida política. Quando cruzamos estes dados com a quantidade de alunos que diz não ter certeza se o resultado reflete seu posicionamento de fato – impressionantes 53,8% – parece se confirmar uma dissonância cognitiva difusa na sociedade, que é, simplesmente, assumir uma posição política, como ser de esquerda ou de direita, sem saber muito bem o que isso significa. Nos comentários dos alunos:

- Acho que o significado da diferença entre direita e esquerda e liberalismo e comunitarismo deve ser bem especificado, já que no meu ponto de vista ninguém dessa sala sabe a exata diferença de tais.
- Concordo com meu posicionamento nas coordenadas, mas se eu tivesse mais conhecimento talvez não seria esse o resultado.

Isto confirma algo que é patente para todos que realizam o Teste ou pensam em usá-lo como ferramenta didática, um problema que não é do próprio Teste, mas da natureza complexa e intrincada dos espectros políticos e da discussão ideológica em torno da díade, ao que remetemos um capítulo inteiro deste trabalho.

Os dados apresentados aqui serviram de suporte para a segunda parte do trabalho prático envolvendo o Teste. Na tentativa de esclarecer melhor os elementos fundamentais e aprofundar o conhecimento filosófico dos termos políticos atrelados, passamos à explicação detalhada e debates sobre as questões.

3.3 EXPLICAÇÃO DIDÁTICA E DEBATES

3.3.1 Aulas expositivas

A explicação dos quadrantes seguiu o texto disponível no próprio site e deu-se por aulas expositivas abertas à contribuição dos alunos. Apesar de não serem extensas, dão margem a um vasto questionamento, sobretudo por parte de estudantes adolescentes que normalmente não têm um interesse, acesso a materiais

ou estudos prévios significativos sobre política. Tomemos por exemplo uma explicação resumida do quadrante comunitarismo de direita (conservadorismo):

Comunitarismo de Direita (Conservadorismo): indivíduos neste quadrante procuram manter a ordem social e econômica tradicionais e defender a soberania do estado. Eles tendem a se ver como defensores do que os seus antepassados gostariam, favorecendo leis estritas de imigração, valores tradicionais e forte poder militar. Enquanto eles tipicamente veem um papel para o Estado em questões de segurança nacional e cultural, eles tendem a ser mais céticos em relação ao envolvimento estatal na economia.

Esta explicação abre margem para novos questionamentos, às vezes levantados pelo professor, às vezes pelos próprios alunos, tais como:

- O que é soberania nacional?
- Qual a relação entre militarismo e conservadorismo?
- Por que conservadores tentam controlar a imigração?
- O que é envolvimento estatal na economia e por que os conservadores tendem a ser céticos a ele?
- O conservadorismo nacional é igual ao internacional (estadunidense, por exemplo)?

Estes são só alguns exemplos de questões usadas para promover a discussão e o esclarecimento dos posicionamentos políticos. É um recurso que deve ser usado com cautela, pois pode levar a um aprofundamento em questões técnicas minuciosas, para os quais dificilmente há tempo suficiente para dirimir em sala de aula, e que, principalmente, podem afastar do objetivo principal que é a explicação dos quadrantes. Ademais, algumas turmas se mostram mais participativas, levantando questões e hipóteses de maneira orgânica, enquanto outras são mais reticentes a arriscar palpites ou participar do debate de maneira ampla.

De todo modo, esta é só uma amostra da didática envolvida no pós-teste, quando os alunos já tem os resultados com seu suposto posicionamento político. A partir daí, entramos com as explicações e aprofundamentos necessários para a próxima fase do trabalho, mas a sequência didática utilizada é meramente sugestiva, pois o Teste, como ferramenta pedagógica, pode ser utilizado como ponto de partida e eixo de estudos para a filosofia política (como fizemos), como sensibilização ou como recurso auxiliar. Isto dado, passemos à finalização da sequência didática com os debates entre os alunos e as produções resultantes.

3.3.2 Debates e produção escrita

Por fim, encerramos as aulas de filosofia política com um debate e produções coletivas dos alunos. O professor selecionou três questões do que pareceram mais relevantes e também de fácil entendimento e, a partir delas, os alunos deveriam se reunir em grupos de acordo com o resultado do Teste. Assim, foram dispostos quatro grupos com número variável de integrantes, correspondendo aos quadrantes principais. Os estudantes que porventura tenham caído nos “centros” (comunitarismo de centro, liberalismo de centro, ou esquerda entre comunitarista e liberal e direita entre comunitarista e liberal) podiam escolher qual grupo preferiam integrar dentro das ideologias em que se encontravam. Por exemplo: um comunitarista de centro poderia escolher se preferia integrar o grupo do comunitarismo de esquerda ou direita, e um à esquerda entre comunitarista e liberal poderia escolher juntar-se ao grupo da esquerda ou direita comunitarista.

Esta escolha serviu para facilitar a divisão entre os grupos. Uma alternativa seria reunir todos os estudantes de centro, independente de outras filiações, em um único grupo, mas em geral não havia muitos estudantes com esse tipo de resultado em cada sala, o que acabaria por isolá-los. Em alguns casos, resultados únicos foram misturados com um grupo maior com resultado semelhante (como no primeiro exemplo abaixo). O mais importante não era uma divisão exata entre facções, mas juntar alinhamentos parecidos para fomentar a troca de ideias.

É importante que os estudantes não fiquem isolados, pois a discussão intragrupo é a parte preliminar da discussão geral em sala de aula. Assim reunidos em quatro grupos de tamanho variado, deveriam conversar entre si e responder a três perguntas extraídas do Teste:

- 1) Maconha deveria ser legal?
- 2) Se as pessoas querem dirigir sem utilizar o cinto de segurança, esta decisão deve lhes caber?
- 3) Igualdade é mais importante que o crescimento econômico?

Conforme orientação, as perguntas não precisavam ser respondidas mediante afirmativa ou negativa simplesmente, podendo haver impasse. Tampouco era necessário um consenso entre os integrantes do grupo, sendo o principal objetivo

registrar os argumentos contra e a favor e também as dúvidas que dificultassem uma resposta, embora na maioria dos casos, os estudantes tenham demonstrado opiniões bem claras sobre os assuntos expressos nas questões. Vejamos algumas delas, cuja fonte original incluimos nos anexos.

Exemplo 1: Liberalismo de esquerda e liberalismo de direita (3º06, 3 integrantes).

1) Maconha deveria ser legalizada?

Sim, porque cada pessoa deve ter direito de consumir, desde que tenha consciência das consequências. Irá facilitar para o uso medicinal que traz muitos benefícios como aliviar dores crônicas causadas pela artrite, fibromialgia ou enxaqueca, diminuir a inflamação em doenças como doença de Chron, artrite reumatoide, aliviar náuseas e vômitos causados pela quimioterapia e estimular o apetite em paciente com AIDS ou câncer. E também a diminuição do tráfico deixará de ter conflitos entre usuários e fornecedores que chegam a causar morte.

2) Se as pessoas quiserem dirigir sem usar cinto de segurança, esta decisão deve lhes caber?

Deve, pois todos têm o direito de escolha, porém em caso de acidentes a pessoa que optou por não usar cinto também deverá assumir a responsabilidade por suas escolhas.

3) Igualdade é mais importante que crescimento econômico?

Não, pois um país que quer se desenvolver precisa ter pessoas ambiciosas com vontade de crescer, se tudo fosse igual ninguém ia se preocupar com o crescimento e o país ia passar dificuldades. E também um país mais bem desenvolvido economicamente gera uma qualidade de vida melhor pois os recursos são mais bem aplicados.

Exemplo 2: Comunitarismo de direita (3º 08, 5 integrantes).

1) Maconha deveria ser legalizada?

Não, pois mesmo legalizando tal erva o tráfico não diminuiria. Legaliza-la não restauraria o direito de usar drogas responsavelmente pois drogas, quase sempre, não combinam com responsabilidade social. Não existe absolutamente nenhuma evidência que a legalização esteja resolvendo o problema no mundo. E para surtir algum efeito a legalização deverá ser globalizada, ela terá êxito se aprovada apenas em alguns países (*sic*).

2) Se as pessoas quiserem dirigir sem usar cinto de segurança, esta decisão deve lhes caber?

Sim, pois cada pessoa deve ter consciência do risco que está correndo e da falta de segurança que está causando, portanto, deve ser escolha da própria pessoa.

3) Igualdade é mais importante que crescimento econômico?

Não, pois sem uma economia estável não podemos falar de igualdade, por exemplo: não há igualdade em países como a Venezuela, que tem a economia destruída.

Exemplo 3: liberalismo de esquerda (3º05, 7 integrantes).

1) Maconha deveria ser legalizada?

Sim, porque diminuiria a criminalidade, igual nos EUA onde sua legalização diminuiu crimes violentos na fronteira do país segundo estudo publicado no *The Economic Journal*, roubos e assassinatos caiu (sic) 12,5%. Diminuiria o tráfico, afinal seu mercado é muito lucrativo movimentando 130 milhões por ano segundo pesquisa do G1, sendo que o tráfico vende 10 bilhões por ano, sendo a maconha 0,68% de todo o tráfico o que diminuiria uma grande parcela dele, e além do mais, a maconha é a droga mais inofensiva que existe, pois sua reação é relaxante, é uma droga calmante.

2) Se as pessoas quiserem dirigir sem usar cinto de segurança, esta decisão deve lhes caber?

Nessa questão temos duas opiniões completamente distintas, pois a primeira é a qual pode ser decisão do indivíduo desde que o mesmo se responsabilize pelas consequências, digamos que o indivíduo se envolva em um acidente e se machuque por conta da ausência de cinto e tente alegar que a culpa seja do outro cidadão, não seria certo, pois ele se feriu pela sua irresponsabilidade. E de outra argumentação podemos afirmar que na maioria dos acidentes os ferimentos são leves ou praticamente nulos pelo uso do cinto de segurança.

3) Igualdade é mais importante que crescimento econômico?

Sim, pois segundo o economista Federico Cingano, "Quando a desigualdade de renda aumenta, o crescimento econômico cai". Outros pesquisadores também chegaram a conclusões semelhantes, pois se a fatia de renda dos mais ricos aumenta, o crescimento do PIB cai em médio prazo. Mas ainda é incerto se a ligação entre desigualdade e crescimento econômico é positiva, negativa ou simplesmente não existe, pois é muito difícil provar uma relação causal.

Estes são alguns exemplos, adaptados das produções coletivas dos alunos. Para produzir seus textos, podiam utilizar livremente a internet e outros meios de pesquisa, mas nem todos explicitaram suas fontes, ou sequer se as utilizaram. De modo geral, tanto na escrita quanto nos debates mais amplos que se seguiram, quando os grupos expuseram seus pontos de vista aos demais e abriu-se a oportunidade para réplicas, os principais argumentos contra e a favor de cada questão podem ser resumidos da seguinte maneira:

Questão	Argumentos a favor	Argumentos contra
Maconha deveria ser legalizada?	Liberdade de escolha, enfraquecimento do tráfico e maior controle sobre o uso, uso medicinal, importância econômica (cultivo, comércio, pesquisa, impostos).	Ceticismo em relação à diminuição do tráfico e violência, uso excessivo e desregulado, permissibilidade (a maconha como “porta de entrada” para drogas mais pesadas), aumento da criminalidade e do número de usuários.
2) Se as pessoas quiserem dirigir sem usar cinto de segurança, esta decisão deve lhes caber?	Liberdade de escolha.	Preservação da vida e da saúde.
3) Igualdade é mais importante que crescimento econômico?	Diminuição da desigualdade salarial e social, da pobreza, aumento do poder de compra e melhora na economia.	Diminuição do incentivo ao empreendedorismo, defesa da propriedade individual e da riqueza acumulada, meritocracia.

Não dispomos do espaço para reproduzir aqui os debates desenvolvidos em sala de aula, nos limitando a uma descrição mais objetiva e sucinta dos argumentos utilizados pelos estudantes. Os debates tendiam a se estender por duas a três aulas a depender da turma. De modo geral, a segunda questão foi a que menos gerou engajamento, apesar de sua carga simbólica de conflito entre liberdades individuais e obrigações legais (coletivas). Já a questão 1, que carrega uma pauta cultural atual e explícita, e a questão 3, que, amiúde precisa de uma diferenciação clara entre igualdade e crescimento e a relação complexa entre ambos, também toca num conflito central na economia política, com a direita tendendo à defesa da meritocracia e do empreendedorismo, e a esquerda destacando a igualdade de renda como marca da justiça social de um sistema econômico.

Com as estatísticas apresentadas na seção anterior, as amostras das produções dos alunos e um breve resumo do que foram os debates na parte final, podemos formar um panorama da aplicabilidade do Teste, conforme nos propusemos no início deste trabalho.

3.3.3 Considerações adicionais

A fundamentação teórica desta tese percorreu o longo labirinto da filosofia política até chegar na bifurcação “direita e esquerda”, e com certeza ainda não chegamos a uma saída. Como toda analogia, esta carrega seu grau de imprecisão. Mas é melhor do que enxergar a filosofia política e a política, mesmo em seus exemplos mais singelos e tangíveis, como uma estrada reta com alguns atalhos aqui e ali. Admitir a complexidade e a proliferação da política contemporânea e das ideias que a embalam é o meio mais sensato de abordar uma discussão sobre esquerda, direita e o ensino de filosofia política.

Mas o trabalho de pesquisa e o trabalho de ensino, aqui reunidos em uma única frente, não são um jogo de soma zero. Mesmo que os resultados apresentados sejam inconclusivos ou negativos, registrar o andamento do processo, testar e aprender com os próprios erros são prerrogativas da ciência e da academia, e parte do que as mantêm vivas e relevantes.

O acesso ao material que deu embasamento à pesquisa não foi um problema. O problema foi antes a seleção do material do que a sua disponibilidade. Há uma quantidade enorme de estudos, teses, artigos e ensaios, tanto nacionais quanto estrangeiros, sobre esquerda, direita, partidarismo e democracia. Embora a díade tenha hoje menos nitidez do que tinha, digamos, na década de 60, seu uso ainda é frequente na literatura política e no comentarismo, o que, como já ressaltamos, revela sua importância (para não dizermos sua perenidade) e seu poder descritivo, mesmo face às mudanças políticas e às incertezas e o ceticismo que as acompanham.

Algumas notas e ponderações podem parecer fora do lugar, mas as mantivemos como uma “espiada” em algum canto do labirinto que estava ali, logo ao lado do caminho que enveredamos, mas que não adentramos, porque aí divagaríamos para longe e perderíamos o foco nesta simples, mas polêmica e vasta díade. Por exemplo: ao cosmopolitismo e ao internacionalismo, temas centrais da democracia liberal, só dedicamos uma nota de rodapé logo nas páginas iniciais do texto (p. 8). Às preocupações com os modelos tecnocráticos (em geral neoliberais) de governo, só dedicamos uma pequena crítica à Bunge (p. 11-12). Sobre os temas que, a uma ou duas décadas atrás eram assuntos marginais, como ambientalismo ou imigração, mas que hoje adquirem papel central nos programas partidários da Europa

e dos Estados Unidos, levando muitas vezes ao surgimento do populismo e a uma renovação do autoritarismo, quase nada foi dito. Felizmente, na intervenção pedagógica realizada por meio do Teste, a maioria destes assuntos surgiu pelo menos como curiosidade, comentário ou peça de debate entre os alunos. Também incluímos, a partir do Teste, reflexões sobre a legalização da maconha e redistribuição de renda. A tentativa foi fazer um recorte sucinto que permitisse abordar questões do interesse dos alunos no tempo disponível.

O Teste serviu, ao mesmo tempo, como ferramenta didática e como pedra angular entre teoria e prática. Pois a prática parte do pressuposto de que esquerda e direita, bem como comunitarismo e liberalismo, são categorias válidas e presentes do discurso e do pensamento político atual. Bobbio, Mouffe, Strauss e todos os outros autores mencionados ao longo do texto, referenciamos para comprová-lo. Sempre é possível e prolífico voltarmos aos questionamentos iniciais – o que é filosofia política e o que são esquerda e direita, se é que existem – pois o questionamento radical é inerente à filosofia. Mas esta é uma tarefa em aberto, um outro corredor a ser trilhado por outros pesquisadores.

O que nos interessa, sem mais delongas, é dar um parecer final sobre a aplicação do Teste nas turmas selecionadas. As médias apontam para o lado inferior no que se refere ao conhecimento prévio e interesse por política. Quanto à relevância e compreensão das perguntas e da compreensão e concordância dos resultados, também tivemos uma tendência média-baixa, sobretudo levando em conta a proporção de estudantes que não têm certeza se concordam ou discordam do resultado.

Isto significa que o Teste deve ser descartado das aulas de Filosofia Política? Na verdade, não. O conhecimento prévio e o interesse por política são condições prévias, não reflexos do teste. Já a compreensão das questões e dos resultados se insere na intervenção pedagógica subsequente; faria menos sentido desenvolver o plano didático apresentado em uma turma que compreendesse plenamente as questões e os resultados do Teste, pois haveria menos espaço para o processo de ensino-aprendizagem, para a dúvida e, talvez, até mesmo para o debate. É natural e esperado que adolescentes em idade escolar não tenham uma identidade política definida, e que estão em processo de desenvolvê-la. É nesse sentido que pretendíamos atuar com a metodologia que descrita.

É importante levar em conta a avaliação que os alunos fizeram do Teste, e do aproveitamento geral das aulas. Nesse sentido, não é possível dar uma resposta categórica e universal, mas, podemos afirmar que, nas turmas envolvidas, o aproveitamento foi bom, resultando no engajamento ativo de todos os alunos desde a realização do Teste, passando pelas produções coletivas até os debates. Logicamente, um Teste mais voltado para questões nacionais poderia trazer uma compreensão melhor e um engajamento ainda maior, mas, com as devidas seleções e adaptações, com as explicações e o diálogo entre os próprios estudantes e entre eles e o professor, o Teste é uma ferramenta didática tão válida quanto qualquer outra, contando ainda com a vantagem de ser uma ferramenta interativa, que capitaliza um recurso tão caro a “geração Z”: o celular.

Os resultados do Teste e de sua aplicabilidade com certeza podem variar. Para começar, como já mencionamos, ele exige, no mínimo, acesso à Internet, o que em algumas escolas é inexistente ou precário. Também é necessário que cada aluno tenha seu próprio aparelho para acessar o site, ou que a escola conte com tablets ou computadores. Dadas as variações culturais regionais, também pode haver maior ou menor dificuldade com a compreensão do Teste, a produção textual ou os debates. Em algumas escolas, como se sabe, há uma censura velada e por vezes escancarada a temas sensíveis como a questão da descriminalização/legalização de drogas. Nesse caso, a seleção de questões para debate poderia ser outra, ou, até mesmo, ter sua execução inviabilizada. Não vamos discutir aqui, mas há a possibilidade de métodos didáticos e avaliativos adicionais ou alternativos usando o Teste. O que fizemos é só uma amostra do potencial do Teste como ferramenta didática.

Portanto, consideramos que o Teste é uma ferramenta válida para o ensino de filosofia política, principalmente se o conteúdo envolver a diferença entre direita e esquerda, e também as diferenças entre comunitarismo (coletivismo, autoritarismo) e liberalismo. As dificuldades emergentes da dificuldade de compreensão dos conceitos não anulam sua relevância nem chegam a prejudicar o engajamento dos estudantes. É uma ferramenta flexível, que pode servir tanto como material de apoio como de recurso principal. A criatividade do professor e o engajamento da turma é que vão dar o tom para todo o processo pedagógico.

CONCLUSÃO

Em meados de 2005, em uma aula de Língua Portuguesa, a professora pede uma pesquisa sobre o assunto do momento no Brasil: o escândalo do Mensalão. Em uma época anterior à popularização dos computadores pessoais e dos *smartphones*, e sem acesso à Internet, minhas fontes foram os jornais e revistas. Minha cabeça juvenil não conseguiu acompanhar todos os desdobramentos e personagens envolvidos, e minha atenção na época (como, imagino, a de todos os meus colegas de quinto ano) não estava voltada para este caso icônico de corrupção. Mas pude ter uma ideia do alcance e da gravidade do caso, pois bastava ver as vinhetas dos telejornais, olhar os periódicos nas bancas e ouvir as conversas dos adultos para captar o impacto que o “Mensalão” havia causado na política, sobrando até para o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Pelo menos para mim, era algo grandioso, inédito, e muito desinteressante.

Alguns anos depois, com a Internet mais acessível, novos escândalos e casos de corrupção em todos os partidos e poderes continuavam em evidência. A sensação de que havia algo de errado com a nossa política (ou os nossos políticos) tornou-se endêmica. Levou-nos de um padrão comportamental apolítico para uma verdadeira “antipolítica”, que é como podemos caracterizar o niilismo e o desprezo político deste período que precede 2005 e que durou, pelo menos, até 2016, quando o impeachment de Dilma Rousseff marcou uma mudança sem volta nos rumos da política nacional, assim como os atentados de 11 de setembro representaram um ponto de virada na política internacional. Não vamos entrar no mérito jurídico da questão, mas é inegável que ele foi precursor de eventos ainda maiores e mais imprevisíveis na política brasileira, como a prisão de Lula e a eleição de Bolsonaro.

Atualmente, a atitude antipolítica ainda é predominante, pois o ressurgimento do messianismo (a ideia de um presidente que veio para “salvar a pátria”) e do populismo de vertente autoritária (como podemos classificar Trump e o próprio Bolsonaro) são subprodutos desta visão. Ainda que surjam como uma promessa de renovação ou redenção da política, é preocupante a frequência com que se coadunam com ideais e movimentos antidemocráticos e até fascistas, que pedem, em terras tupiniquins, a volta de uma ditadura militar, e, na Europa e nos Estados Unidos, a

construção de muros e a expulsão de imigrantes e refugiados. Nada de novo, apenas assustadoramente familiar.

As raízes desta mentalidade não podemos prescrutar aqui. Mas com certeza o Brasil não é um caso isolado. Por todo o mundo, há, como diz o título de um livro, um descontentamento com a democracia. No caldeirão da política, fervilham casos de corrupção, candidatos improváveis (e muitas vezes ineptos) que se elegem para cargos elevados, delações, golpes, factoides, abusos de poder, escândalos envolvendo a vida pessoal de presidentes, deputados, ou simples vereadores. A indignação cede lugar a uma tragicomédia, o riso de desespero, ou, pelo contrário, suscita ódios reacionários.

A população em geral não tem tempo, interesse ou recursos para estudar política. Isso não quer dizer que não se preocupem com política, ou que não tenham opiniões sobre o assunto. As manifestações extremas dos últimos anos provam que não. Na outra ponta, temos os cientistas e filósofos da política que estão desconectados das massas, o que nos leva a um panorama pessimista da problemática exposta no início do parágrafo: o despreparo e desinteresse da população para uma análise séria e dedicada da política, o que exige abertura, comprometimento e tempo, e a tendência dos especialistas a se isolar em suas “torres de marfim”, repetindo jargões numa câmara de eco ou servindo como braço intelectual de uma agenda política ou governo que, em si mesmos, nunca são questionados.

É com esse intuito, de aproximar o discurso intelectual da vivência diária da política, que este trabalho foi pensado. A escola ainda é um lugar que permite um grau elevado do comprometimento e abertura intelectual, apesar dos problemas curriculares, pedagógicos e estruturais, e de minha parte, tentei fazer um esforço consciente para gerar interesse, enriquecer o debate, divulgar ideias e esclarecer conceitos sem cair em dogmatismos.

É difícil dizer se este trabalho cumpre seu propósito mais elevado de despertar o interesse e educar para a cidadania seu público alvo; a análise dos resultados apresentada no capítulo final serve apenas como uma amostra parcial do sucesso ou fracasso do projeto. Apenas a consciência de cada estudante guarda a resposta para esta pergunta. Mas com certeza, sem tentativa, sem iniciativas para fomentar o pensamento político e o compromisso democrático, a realidade nunca tomará a direção que queremos, de uma maior consciência política, fugindo do obscurantismo

que encobre conceitos tão usados, e frequentemente tão mal compreendidos, como esquerda e direita.

Nelson Rodrigues escreveu que não se faz literatura, política e futebol com bons sentimentos. É uma afirmação um tanto cínica, mas que reflete como a atitude antipolítica está enraizada até mesmo em nossos intelectuais. Talvez ele esteja certo. Talvez não. Mas tenho plena convicção de que a filosofia política, e principalmente o estudo da política nas salas de aula e universidades, pode ser motivado por sentimentos positivos como curiosidade, desejo de aprender, ou de mudar a realidade para melhor. Nesse ponto, espero que este trabalho possa ser uma pequena contribuição para um Brasil menos antipolítico.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

ABECEDÁRIO de Gilles Deleuze. Direção e produção: Michael Pamart e Pierre-André Boutang. Local: França. Edition Montparnasse, 2004. Vídeo e transcrição disponível em: <https://clinicand.com/o-abecedario-de-gilles-deleuze/>. Acesso em 20 mai. 2023.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARENDT, Hannah. **A promessa da política**. Rio de Janeiro: Difel, 2022.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Nova Cultural, 1991 (coleção Os Pensadores).

ARISTÓTELES. **Metafísica**. São Paulo: Edipro, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas de governo**. São Paulo: Edipro, 2017.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda: Razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BUNGE, Mario. **Dicionário de filosofia**. Tradução de Gita K. Guinsburg. São Paulo: Perspectivas, 2002 (Coleção Big Bang).

Campanha Nacional pelo Direito à Educação. **O que é o CAQi?**

Disponível em: <https://campanha.org.br/caqi-caq/o-que-e-o-caqi/>. Acesso em: 02 jan. 2023.

CARNEIRO, Silvio Ricardo Gomes. **Filosofia de base: o ensino filosófico em um currículo fragmentado**. In: CÁSSIO, Fernando; CATELI JÚNIOR, Roberto. Educação é a base? 23 educadores discutem a BNCC. São Paulo: Ação Educativa, 2019.

CARVALHO, Daniel. “Associar a Revolução Francesa unicamente à ‘esquerda’ é um grande equívoco” (Entrevista por Bruno Leal). In: Café História. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/revolucao-francesa-entrevista-daniel-carvalho/>. Publicado em: 15 jun. 2022. ISSN: 2674-5917. Acesso em: 11 mai. 2023.

CASSIO, Fernando. **Existe vida fora da BNCC?** In: CÁSSIO, Fernando; CATELI JÚNIOR, Roberto. Educação é a base? 23 educadores discutem a BNCC. São Paulo: Ação Educativa, 2019.

CORRADINI, Raphael. **Revolução Francesa: etapas, causas e consequências**. Disponível em: <https://www.politize.com.br/97evolucao-francesa/>. Acesso em 11 mai. 2023.

D'ALIMONTE, Roberto. **Espaço político**. In: BOBBIO, Norberto (org.). Dicionário de política. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

DATAFOLHA. **Perfil ideológico dos brasileiros**. Instituto Datafolha, 2022. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2022/06/08/p33crfil82idggg024ideo-mai-22.pdf>. Acesso em 07 mai. 2024.

DEBATE, Brasil. **Uma nota sobre “O Fim da História”, de Francis Fukuyama**. In Carta Capital. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/uma-nota-sobre-o-fim-da-historia-de-francis-fukuyama/>. Acesso em 15 mai. 2023.

DUENO, Victoria; FENN, Michelle; HANSEN, Victoria. **O que um rei francês tem a ver com a origem das teorias da conspiração modernas**. BBC News Brasil, 2022. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-62295739>. Acesso em 21 mai. 2023.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

Esquerda/direita. In: NOVAES, Adauto (org.). Mutações: a outra margem da política. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2019.

GRAY, John. **O silêncio dos animais: sobre o progresso e outros mitos modernos**. Rio de Janeiro: Record, 2019.

HASSNER, Pierre. Immanuel Kant. In: STRAUSS, Leo; CROPSEY, Joseph. **História da filosofia política**. Tradução de Heloisa Gonçalves Barbosa. Rio de Janeiro: Forense, 2013. P.519-553.

HOBBS, Thomas. **Leviatã, ou matéria forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. Tradução de Rosina D'Angina. São Paulo: Martin Claret, 2014.

HUME, David. **Ensaio político**. Tradução de João Paulo Monteiro. São Paulo: Almedina, 2021.

IDRLabs. **Teste de Coordenadas Políticas**. Disponível em: <https://www.idrlabs.com/pt/coordenadas-politicas/teste.php>. Acesso em: 13 mar. 2024.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Tradução de Mário R. da Cruz. São Paulo: Nova Cultural, 1996 (coleção Os Economistas).

KLÜPPEL Giovane de Souza; CRUZ, Matheus Medanha; CERRI, Luís Fernando. **Jovens, uma nova “nova direita” e suas esquerdas: um estudo sobre a posição política de jovens brasileiros.** Revista de História da UEG. Morrinhos, v.10, n.2, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/11603/8443>. Acesso em 12 mar. 2024.

LAGOS, Marta; SANTOFIMIO, Camilo Jiménez. **No centro estão aqueles que não se sentem representados pela direita nem pela esquerda.** Disponível em: <https://www.goethe.de/prj/hum/pt/dos/ctr/24659660.html>. Acesso em 06 mai. 2024.

LISSARDRY, Gerardo. **Como 2022 mostrou a importância do 'centro' político em países das Américas.** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-64105813>. Acesso em 06 mai. 2024.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe.** São Paulo: Abril Cultural, 1979 (coleção Os Pensadores).

MARTINS, José Antônio. **Corrupção.** São Paulo: Editora Globo, 2008 (coleção Filosofia frente e verso).

MARR, Andrew. **Uma história do mundo.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

MATTOS, Alessandro. **Esquerda e direita: o que dizem história e teoria.** Disponível em: <https://www.politize.com.br/esquerda-e-direita-historia-teoria/>. Acesso em: 02 jan. 2023.

MESSAGI, Mário. **Experimentando a indissociabilidade na prática, em sala de aula.** Disponível em: <http://rebej.abejor.org.br/index.php/rebej/article/view/308/287>. Acesso em 16 mai. 2023.

MONTEIRO, João Paulo. Filosofia política e “método experimental”. In: HUME, David. **Ensaio políticos.** São Paulo: Almedina, 2021. pp. 15-33.

MORA, José Ferrater. **Dicionário de filosofia.** Tradução de Maria Stela Gonçalves, Adail U. Sobral, Marcos Bagno e Nicolás Nyimi Campanário. São Paulo: Edições Loyola, 2001. T. 2.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o político.** Tradução de Fernando Santos. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

MOUFFE, Chantal. **Por um populismo de esquerda.** São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

NANCY, Jean-Luc. **Esquerda/direita.** In: NOVAES, Adauto (org.). **Mutações: a outra margem da política.** São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2019, pp. 173-187.

O GLOBO. **Esquerda, direita, centro: veja o mapa político da América do Sul após a eleição no Equador.** Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/10/16/esquerda-direita-centro-veja-o-mapa-politico-da-america-do-sul-apos-a-eleicao-no-equador.ghtml>. Acesso em 06 mai. 2024.

REINO dos Céus. In: Enciclopédia Católica Popular. São Paulo: Paulinas, 2004. Disponível em: http://sites.ecclesia.pt/catolicopedia/artigo.php?id_entrada=1654. Acesso em: 29 ago. 2022.

ROSENBLUM, Nancy L. *On the side of the angels: an appreciation of parties and partisanship*. New Jersey: Princeton University Press, 2008.

RUSSELL, Bertrand. **História da filosofia ocidental, vol. 3.** Tradução de Hugo Langone. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

SAGAN, Carl. **O mundo assombrado pelos demônios.** São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SANIELE, Bruna. **Número de imigrantes no Brasil cresce 24% em dez anos.** Radioagência Nacional, 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2021-12/numero-de-imigrantes-no-brasil-cresce-24-em-dez-anos>. Acesso em 29 set. 2022.

SANTOS, Leonel Ribeiro dos. **Kant: da reinvenção do Republicanismo à ideia de uma “República Mundial”.** Cadernos de Filosofia Alemã, São Paulo, nº 16, jul/dez 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/filosofiaalema/article/view/64819/67436>. Acesso em: 20 jul. 2022.

SERVICE, Robert. **Camaradas: uma história do comunismo mundial.** Rio de Janeiro: Difel, 2018.

SINGER, André; ARAUJO, Cicero; BELINELLI, Leonardo. **Estado e democracia: uma introdução ao estudo da política.** Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno.** São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

STRAUSS, Leo. **Uma introdução à filosofia política: dez ensaios.** São Paulo: É Realizações, 2016.

The Political Compass. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/The_Political_Compass. Acesso em: 12 mar. 2024.

TOKAR, Brian. **A estupidez perigosa do eco-primitivismo: Uma resposta a John Zerzan e Derrick Jensen.** Disponível em: <https://www.federacaoanarquista.com.br/a-estupidez-perigosa-do-eco-primitivismo-uma-resposta-a-john-zerzan-e-derrick-jensen/#/>. Acesso em: 12 mar. 2024.

TORMEY, Simon. **Populismo: uma Breve Introdução.** São Paulo: Cultrix, 2019.

TOSI, Giuseppe. **10 lições sobre Bobbio**. Rio de Janeiro: Vozes, 2016 (Coleção 10 lições).

VERNANT, Jean-Pierre. **As origens do pensamento grego**. Rio de Janeiro: Difel, 2022.

WEFFORT, Francisco Correa (org.). **Os clássicos da política, vol. 1**. São Paulo: Ática, 2006.

ZANELLA, Camile Margarida. **O cinema como provocação política em tempos de pós-verdade**. Dissertação (mestrado em filosofia) - Universidade Estadual do Paraná, Campus de União da Vitória, Programa de Pós-Graduação em Filosofia – PROF-FILO. União da Vitória, 113p. 2019.

ANEXO 1 – EXPLICAÇÃO DOS QUADRANTES

Liberalismo de Esquerda (Liberalismo Social): indivíduos neste quadrante procuram defender a liberdade individual enquanto taxam o mercado de forma a prover benefícios sociais àqueles que necessitam. Eles tendem a se ver como indivíduos que buscam um equilíbrio entre liberdade individual e justiça social, e são a favor do multiculturalismo, governo secular e cooperação internacional. Enquanto são tipicamente céticos em relação ao envolvimento do estado em questões sociais, eles, mesmo assim, veem como atribuição legítima do Estado o combate à discriminação e a garantia de tratamentos iguais.

Comunitarismo de Direita (Conservadorismo): indivíduos neste quadrante procuram manter a ordem social e econômica tradicionais e defender a soberania do estado. Eles tendem a se ver como defensores do que os seus antepassados gostariam, favorecendo leis estritas de imigração, valores tradicionais e forte poder militar. Enquanto eles tipicamente veem um papel para o Estado em questões de segurança nacional e cultural, eles tendem a ser mais céticos em relação ao envolvimento estatal na economia.

Comunitarismo de Esquerda (Democracia Social): indivíduos neste quadrante buscam promover soluções comuns para problemas sociais e econômicos. Eles tendem a se ver como apoiadores de uma forma de governo que freie o capitalismo em excesso e diminua a desigualdade em virtude de uma economia mista e um estado social universal. Eles procuram encorajar soluções coletivas, redistribuição econômica e valores compartilhados por toda a sociedade por meio de uma democracia participativa e do Estado.

Liberalismo de Direita (Libertarianismo): indivíduos neste quadrante buscam defender a liberdade como o bem político primário, em todos os aspectos. Eles tendem a se ver como firmes defensores da liberdade pessoal e econômica e são profundamente céticos em relação a planos e objetivos coletivos, em vez disso, salientam a capacidade do indivíduo de tomar suas próprias decisões e da associação voluntária. Eles tipicamente veem o Estado com menor importância do que os indivíduos dos outros três quadrantes, acreditando na ordem social espontânea do mercado.



desigualdade economicamente gera uma
qualidade de vida melhor nos países ricos
não mais bem aplicadas. ♥



Alunos:

Comunitarismo de Direita

01. R: Não, pois mesmo legalizando tal coisa o tráfico não diminuiria.

Legalizá-la não restauraria o direito de se usar drogas responsávelmente pois drogas, quase sempre, não combinam com responsabilidade social.

Não existe absolutamente nenhuma evidência que a legalização esteja resolvendo o problema no mundo. E para sentir algum efeito a legalização deverá ser globalizada, ela terá efeito se aprovada apenas em alguns países.

02. Sim, pois cada pessoa deve ter consciência do risco que está correndo e da falta de segurança que ela corromde, portanto deve ser escolhida de maneira responsável.

03. Não, pois sem uma economia estável não podemos falar de igualdade, por exemplo: não há igualdade em países como a Venezuela que tem a economia destruída.

Nome: / /

LIBERALISMO DE ESQUERDA

1-1 Mercentia de xuxis ser legalizada?

-> Sim / Não

-> Por quê?

R: Sim, porque diminuiria a criminalidade, igual nos E.U.A. onde a sua legalização diminuiu crimes violentos na fronteira do país segundo estudo publicado no "The economic journal", roubos e assassinatos caiu 12,5%. Diminuiu o tráfico, afinal o seu mercado é muito lucrativo movimentando 130 milhões por ano segundo pesquisa de 2011, sendo que o tráfico rende 10 bilhões por ano, sendo a mercentia 0,68% de todo o tráfico e que diminuiria uma grande parcela dele, e além do mais, a mercentia é a droga mais inofensiva que existe, pois a sua reação é rebochante, é uma droga calmante.

2-1 Se as pessoas querem dirigir sem usar cinto de segurança, essa decisão deve lhes caber.

-> Sim / Não

-> Por quê?

/ /

Nessa questão, temos duas opiniões completamente distintas, pois a primeira é a qual pode ser decisiva dos indivíduos desde que o mesmo se responsabiliza pelas consequências, digamos que o indivíduo se envolve em um acidente e se machuca por conta da ausência de cinto e tente alegar que a culpa seja de outros cidadãos, não seria certo, pois ele se feriu pelo sua irresponsabilidade. É de outra argumentação podemos afirmar que na maioria dos acidentes, os ferimentos são leves ou praticamente nulos pelo uso do cinto de segurança.

3- Igualdade é mais importante que crescimento econômico?

-> Sim/não

-> Porquê?

Sim, pois segundo o economista Frederico Cingano, "Quando a desigualdade de renda aumenta, o crescimento econômico cai".

~~Outros~~ Outros pesquisadores também chegaram a conclusões semelhantes, pois se a parte de renda dos mais ricos aumenta, o crescimento do PIB cai em médio prazo. Mas ainda é incerto se a ligação entre desigualdade e crescimento econômico é positiva, negativa ou simplesmente não existe, pois é muito difícil ~~provar~~ provar uma relação causal.